



**Marília Araujo Fernandes**

**Feminismos em gira: performances discursivo-identitárias  
em um grupo virtual de apoio a mulheres sobreviventes de  
violência de gênero**

**Tese de Doutorado**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Letras/Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da PUC-Rio.

Orientadora: Maria das Graças Dias Pereira

Rio de Janeiro  
Abril 2024



**Marília Araujo Fernandes**

**Feminismos em gira: performances discursivo-identitárias  
em um grupo virtual de apoio a mulheres sobreviventes de  
violência de gênero**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção  
do grau de Doutora pelo Programa de Pós-graduação  
em Estudos da Linguagem da PUC-Rio. Aprovada pela  
Comissão Examinadora abaixo:

**Maria das Graças Dias Pereira**

Orientadora

Departamento de Letras – PUC-Rio

**Adriana Nogueira Accioly Nóbrega**

Departamento de Letras – PUC-Rio

**Luciene Alcinda de Medeiros**

PUC-Rio

**Amitza Torres Vieira**

UFJF

**Amanda Motta Castro**

FURG

Rio de Janeiro, 19 de abril de 2024

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

### **Marília Araujo Fernandes**

Licenciou-se em Letras (Português/Literaturas) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) no ano de 2008. É Mestra em Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), defendendo sua dissertação no ano de 2011.

#### Ficha Catalográfica

Fernandes, Marília Araujo

Feminismos em gira : performances discursivo-identitárias em um grupo virtual de apoio a mulheres sobreviventes de violência de gênero / Marília Araujo Fernandes ; orientadora: Maria das Graças Dias Pereira. – 2024.

147 f. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2024.

Inclui bibliografia

1. Letras – Teses. 2. Feminismos. 3. Performances identitárias. 4. Posicionamento. 5. Narrativas em giras de conversa. 6. Interação. I. Pereira, Maria das Graças Dias. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Letras. III. Título.

CDD: 400

À Ana Nogueira (*in memoriam*).

## **Agradecimentos**

À Umbanda Sagrada, por ser meu alicerce.

Aos meus pais, Fátima e Antônio, e ao meu irmão, Pedro, pelas lições de vida.

À família que venho construindo, Thiago, Álvaro e Ângelo (“no prelo”), por serem paz em meio ao caos.

Às minhas amigas iluminadas, Zilmar Duarte e Natália Seixas, pelo suporte emocional.

Aos meus LingCults queridos, Renata Amaral, Talita Rosetti e Lucas Santiago, pelo companheirismo.

Às minhas “PISFLEMB”, por serem inspiração.

Ao Grupo de Apoio à Mulher e à Solange Revorêdo, pela confiança.

À minha orientadora, Profa. Maria das Graças Dias Pereira, pela paciência.

Às professoras da Banca de Qualificação, Adriana Nóbrega e Glenda Melo, pelas sugestões valiosas para a condução desta pesquisa.

Às professoras Adriana Nóbrega, Amanda Motta Castro, Amitza Vieira e Luciene Medeiros, por abrilhantarem minha Banca de Defesa de Doutorado.

À Profa. Inés Miller, pelo afago em tempos de Pandemia.

Aos funcionários da Secretária de Letras, em especial ao Wellington Azevedo, pela eficiência.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – código de financiamento 001.

## Resumo

Fernandes, Marília Araujo; Pereira, Maria das Graças Dias (orientadora); **Feminismos em gira: performances discursivo-identitárias em um grupo virtual de apoio a mulheres sobreviventes de violência de gênero.** Rio de Janeiro, 2024. 147 p. Tese de Doutorado – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

A presente pesquisa investiga, na construção de narrativas e posicionamentos, os discursos que emergem nas interações entre as integrantes de uma rede de apoio e acolhimento a sobreviventes de violência de gênero. Nesse sentido, os objetivos deste estudo são: (i) analisar as narrativas e os posicionamentos construídos nas giras de conversa promovidas por esse coletivo; e (ii) compreender os discursos que emergem nessas interações. A perspectiva teórica deste trabalho está pautada em estudos sobre as performances identitárias na interação e na teoria do posicionamento em interface com postulados teóricos de estudos da narrativa em articulação com a Linguística Aplicada indisciplinar. A metodologia da pesquisa é qualitativa e interpretativista, inspirada na etnografia virtual. Os dados consistem em giras de conversa mensais promovidas pelo coletivo. Nesse sentido, como contribuição social, esta tese sinaliza a importância de grupos de apoio e acolhimento plurais como espaço fértil para letramento feminista. A falta dessa diversidade pode impedir o dimensionamento de como discursos excludentes são capazes prejudicar o acolhimento à mulher sobrevivente de violência de gênero e o combate a esse tipo de violência.

## Palavras-chave

Feminismos; Performances identitárias; Posicionamento; Narrativas em giras de conversa; Interação.

## **Abstract**

Fernandes, Marília Araujo; Pereira, Maria das Graças Dias (advisor); **Feminisms in conversation circles: discursive-identity performances in a virtual support group for women survivors of gender violence**. Rio de Janeiro, 2024. 147 p. Tese de Doutorado – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This research investigates the discourses that emerge in the interactions between the members of a support and reception network for survivors of gender-based violence. In this sense, the objectives of this study are: (i) to analyze the narratives and positions constructed in the conversation circles; and (ii) to identify/understand the discourses that emerge in these interactions. The theoretical perspective of this work is based on studies on identity performances in interaction and positioning theory in interface with theoretical postulates of narrative studies in articulation with interdisciplinary Applied Linguistics. The research methodology is qualitative and interpretivist, inspired by virtual ethnography. The data consists of monthly conversation sessions organized by the collective. In this sense, as a social contribution, this thesis points to the importance of plural support and reception groups as a fertile space for feminist literacy. The lack of this diversity can hinder the understanding of how exclusionary discourses are capable of hindering the reception of women who are survivors of gender-based violence and the fight against this type of violence.

## **Keywords**

Feminisms; Identity performances; Positioning; Narratives in conversation circles; Interaction.

## **Lista de abreviaturas e siglas**

ANPOCS Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais  
CAMTRA Casa da Mulher Trabalhadora  
CEDAW Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher  
CEJIL Centro pela Justiça e o Direito Internacional  
CLADEM Comité de América Latina y el Caribe para la Defensa de los Derechos de las Mujeres  
CEDIM CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER  
CFEMEA Centro Feminista de Estudos e Assessoria  
CREMV Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência  
CRAS Centro de Referência de Assistência Social  
CDHMIR Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial  
CONEP Comissão Nacional de Ética em Pesquisa  
DEAM Delegacias de Atendimento à Mulher  
FBSP Fórum Brasileiro de Segurança Pública  
GRAM Grupo de Apoio à Mulher  
LMP Lei Maria da Penha  
MPU Ministério Público da União  
MS Ministério da Saúde  
NTIC Novas Tecnologias de Informação e Comunicação  
OEA Organização dos Estados Americanos  
OMS Organização Mundial de Saúde  
ONU Organização das Nações Unidas  
SECNS Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Saúde  
SPM Secretaria de Políticas para as Mulheres

## Sumário

<b>1 Introdução</b>	<b>11</b>
1.1 Eu, mulher	13
1.2 Minha experiência pessoal com violência de gênero e feminismos	14
1.3 Pandemia, giras de conversa e configuração da pesquisa	17
1.4 Perguntas de pesquisa e objetivos	18
1.5 Justificativa e relevância de meu estudo	19
1.6 Organização dos capítulos desta tese	21
<b>2 Um breve estado da arte sobre o tema da pesquisa</b>	<b>23</b>
<b>3 Feminismos</b>	<b>31</b>
3.1 Feminismos de primeira e segunda onda	32
3.2 Feminismos de terceira e quarta onda	36
<b>4 Violência de gênero</b>	<b>43</b>
4.1 Algumas definições	43
4.2 A Lei Maria da Penha	45
4.2.1 Dos tratados internacionais à Lei nº 11.340/2006	46
4.3 Uma lei, muitas margaridas	51
<b>5. Posicionamento teórico e analítico</b>	<b>56</b>
5.1 Estudos da narrativa	56
5.1. 1 Os conceitos fundadores e alguns desdobramentos	57
5.1.2 Narrativas em perspectiva interacional, colaborativa e sequencial	60
5.1.2.1 Pequenas histórias	61
5.1.2.2 Segundas histórias	62
5.2 Narrativas, vida social e discurso	64
5.3 Posicionamento	64
5.3.1 O modelo de Bamberg	67
5.4 Performance	69

<b>6</b>	<b>Percurso metodológico da pesquisa</b>	<b>72</b>
6.1	Natureza da pesquisa	72
6.1.1	Pesquisa etnográfica <i>online</i>	73
6.2	Campo e participantes da pesquisa	75
6.2.1	O Grupo de Apoio à Mulher	75
6.2.1.1	Grupo de <i>WhatsApp</i> GRAM	77
6.2.1.2	Giras de conversa por videochamada via <i>Google Meet</i>	78
6.2.2	As participantes da pesquisa	79
6.3	Instrumentos metodológicos, geração e tratamento dos dados	81
6.4	Diário de campo	82
6.5	Aspectos éticos da pesquisa	83
<b>7</b>	<b>Feminismos em gira</b>	<b>85</b>
7.1	“Não é possível que uma juíza coloque os valores pessoais dela acima da lei”	85
7.2	“A gente tem que olhar a especificidade de cada tipo de mulher”	95
7.3	“Uma das psicólogas voluntárias julgou as meninas”	105
7.4	“A minha vida não pode ser utilizada para controlar corpos”	115
<b>8</b>	<b>Considerações parciais</b>	<b>125</b>
8.1	Perguntas e respostas de pesquisa	126
8.2	Contribuições e limitações do estudo	129
8.3	Transbordamentos	130
<b>9</b>	<b>Referências</b>	<b>132</b>
<b>10</b>	<b>Anexos</b>	<b>143</b>

## Introdução

Em *Esperança Feminista* (2022), Débora Diniz e Ivone Gebara nos ensinam que os feminismos são impulsionados pelas nossas práticas. Nesse sentido, as autoras enumeram doze verbos essenciais como guias de nossa conduta feminista: ouvir, imaginar, aproximar, acalentar, lembrar, reparar, recriar, celebrar, compartilhar, perguntar, falar e desobedecer. Todas essas ações se configuram como uma nova gramática ético-política de meninas e mulheres (Diniz; Gebara, 2022).

Neste momento inicial de minha tese, retomo o primeiro desses verbos. A ação de ouvir é especialmente cara para a existência desta pesquisa, já que trato de um coletivo virtual de apoio e acolhimento a mulheres cis e trans sobreviventes de violência de gênero, do qual sou voluntária: o Grupo de Apoio à Mulher (GRAM).

Nosso grupo, em linhas gerais, visa ao acolhimento psicossocial e orientação jurídica de nossas assistidas, ao letramento em gênero e feminismos. Além disso, estamos engajadas na luta por direitos específicos de todas nós, mulheres cis e trans, tais como direito à vida, à liberdade, à segurança pessoal; à igualdade e a estar livre de todas as formas de discriminação.

No GRAM, somos margaridas<sup>1</sup> com diferentes vivências, distintas realidades socioeconômicas e de diversos cantos do Brasil. No entanto, todas chegamos ao grupo trazendo a demanda de termos sofrido violência de gênero em algum momento da vida em razão de sermos mulheres, e a imensa maioria desses atos foram perpetrados por nosso(s) parceiro(s) íntimo(s). Assim, no GRAM, ouvir é atividade precípua.

O verbo escutar como ato de ouvir é essencial no acolhimento de novas assistidas. Chegamos dilaceradas e precisamos ser ouvidas, sem julgamentos. Como coletivo, também é necessário que aquelas que decidimos permanecer passemos a escutar as mulheres que vêm depois, com suas dores. Ouvir requer

---

<sup>1</sup> Forma afetuosa como nossa idealizadora chama as mulheres assistidas pelo GRAM. O nome remete à Margarida Maria Alves, assassinada em 1983, quando lutava pelos direitos dos trabalhadores na Paraíba. É anualmente eternizada na Marcha das Margaridas, ação organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, que acontece em Brasília, sempre no dia 12 de agosto.

prática, empatia e estarmos abertas para sermos afetadas pela interação (Diniz; Gebara, 2022).

Ciente da necessidade de um ouvir atento (até porque também já fui ouvida quando vitimada pela violência de gênero) e inspirada por esse desejo de escutar cada vez mais e com mais empatia, passei a olhar especialmente para as giras de conversa<sup>2</sup> promovidas pelo GRAM. Interessei-me em investigar como ocorre a construção de entendimentos sobre violência de gênero nessas interações e que discursos emergem nesses encontros.

Diante do quadro, em um primeiro momento, teço uma breve apresentação acerca das ondas que marcam o movimento feminista brasileiro e que trazem em si múltiplos atravessamentos, visto que o Brasil é um país marcado pela pluriversalidade de mulheres. Em seguida, apresento questões sobre a violência de gênero que guiaram minha investigação. Adiante, trago a contribuição dos estudos da narrativa, posicionamentos e performances como lente para análise das narrativas geradas por nós ao longo de nossas giras de conversa virtuais.

Procurei estabelecer um diálogo com variadas áreas do conhecimento. Entendo que o objeto de estudo da minha pesquisa demanda uma abordagem engajada e resistente, que só pode ser desenvolvida na intersecção teórica, na pluralidade, possibilitando uma análise mais consciente das questões sociais, que abrangem também aspectos linguísticos, históricos, sociológicos, antropológicos, entre outros.

Tracei uma trajetória metodológica, aliada à fundamentação teórica selecionada, de caráter qualitativo, interpretativista, de cunho etnográfico *online*. Para fins de pesquisa, acompanhei, como sobrevivente de violência de gênero, voluntária e pesquisadora, o grupo de interações via *WhatsApp* de mulheres assistidas; gerei dados a partir de giras de conversa por videochamadas via *Google Meet* entre junho e dezembro de 2022; e fiz uso do diário de campo. Os dados analisados são gravações geradas com as participantes dessas giras de conversa promovidas pelo GRAM.

Início minha jornada situando o ponto de onde parte minha voz como mulher, sobrevivente e pesquisadora, estabelecendo também minha conexão com o

---

<sup>2</sup> Trata-se da realização de atividades organizadas em formato virtual. Os encontros partem da pedagogia griô, que valoriza a roda e a oralidade como forma de transmissão de saberes.

assunto e destacando a configuração da pesquisa. A seguir, exponho as questões que pretendo analisar ao longo da tese, buscando tornar os objetivos da investigação mais compreensíveis. Em seguida, tratarei da importância do projeto em questão. Para finalizar, descrevo a organização dos próximos capítulos.

## 1.1

### **Eu, mulher**

Destino este espaço para situar parte de minha trajetória, como quem vem desbravando esta investigação. Tenho consciência de que minha autodescrição está sendo construída a partir dos recortes que considero relevantes aqui e agora, por isso mesmo, limitada. Porém, entendo que apresentar os motivos pelos quais escolhi este assunto e sua abordagem é um ato político e é preciso explicar algumas questões importantes. Primeiramente, preciso explicar como me compreendo uma mulher.

Sou uma mulher, branca, cisgênero, heterossexual, mãe, nascida na Baixada Fluminense, criada no subúrbio carioca, de uma classe trabalhadora empobrecida e descendente de imigrantes portugueses que fugiram dos efeitos nefastos do Salazarismo. Entendo que imigrantes europeus, mesmo que evadidos de uma zona rural europeia miserável, e seus descendentes em uma sociedade racista à brasileira contribuíram com o “branqueamento” do Brasil. Portanto, faço parte do grupo que obtém privilégios pela pertença racial e hoje tenho a consciência de que, mesmo analfabetos e trabalhando como calafate/comerciário, meus avós maternos e paternos prosperaram socioeconomicamente no Brasil em razão da raça.

Apesar de a tradição católica ter atravessado o oceano com meus avós, minha família se converteu à Umbanda quando eu ainda era pequena. Por essa razão, a questão racial sempre esteve próxima a mim por ter sido criada dentro de um terreiro, um ambiente integrado por valores afro-brasileiros, liderado por uma mulher negra e constituído por médiuns, em sua maioria, negros. Inclusive, a minha família foi a primeira família branca a se estabelecer como parte do corpo mediúnico.

Para além do axé, meu pai e minha mãe socializaram a mim e a meu irmão em um lar onde qualquer forma de preconceito e discriminação era inadmissível.

No entanto, no convívio com a parentela, percebia, desde criança, que havia um ar de superioridade pela ascendência europeia, com falas que desmereciam o Brasil, a cor da pele e a orientação sexual de pessoas de nosso convívio.

Ao ingressar na graduação em Letras – Português/Literaturas, na Universidade do Rio de Janeiro, em 2003, tive a honra de estudar nessa casa junto dos primeiros alunos oriundos de cotas raciais no Brasil. Assim, pude assistir de perto meus colegas serem alvo de comentários nitidamente racistas por parte de integrantes do corpo docente e discente. Também acompanhei conflitos de colegas LGBTQIAP+ dentro da universidade.

Nesse convívio, pude perceber o racismo, a LGBTQIAP+fobia que havia em mim e que passaram despercebidos ao longo de minha infância e adolescência. Havia em mim um sentimento de “pesar” ao me relacionar com esses colegas, pelas dificuldades que enfrentavam. Esse sentimento trazia implícita uma ideia de “superioridade”. Assim, quando percebi que, mesmo tendo um círculo social diverso desde pequena e um ideal racional antirracista e de respeito às diversidades, eu ainda estava sendo protagonista dessas formas de preconceito.

Esse choque de realidade me levou a buscar como e por qual razão eu havia subjetivado esses preconceitos em mim de forma tão sorrateira, silenciosa. Desde então, tornei-me uma mulher em constante processo de desconstrução dessas fobias e estou passando por novos e intensos processos de letramento. E mais ainda: tenho o dever de desconstruir a mim mesma e contribuir para o rompimento do “pacto narcísico” entre meus pares.

## 1.2

### **Minha experiência pessoal com a violência de gênero e os feminismos**

Neste momento, tratarei de como me tornei sobrevivente de violência de gênero, feminista e voluntária em um coletivo de apoio e combate à violência de gênero. Também tentarei explicar sobre meu incômodo em presenciar situações em que sobreviventes de violência de gênero são vitimadas pelo racismo, pela homofobia, pela transfobia, pelo etarismo, pelo capacitismo, dentre outros traços do colonialismo, dentro e fora dos limites de um grupo de apoio feminista.

Minha história com a violência de gênero começou quando conheci um homem quase dez anos mais velho que eu, com quem me casei apenas após seis meses de namoro. Ao longo de cinco anos de relacionamento, sofri violência física, psicológica, patrimonial e moral.

Os ciclos de violência se tornaram cada vez mais frequentes e os episódios de tensão cada vez mais corriqueiros a partir de 2012, quando ingressei em uma instituição composta majoritariamente por homens, aumentando os ciúmes. Com meu pedido de divórcio, vieram as ameaças de morte e outras formas de perseguição que perduraram por, pelo menos, mais quatro anos.

A partir dessa minha experiência pessoal, como sobrevivente de violência pela condição de ser mulher, passei a me engajar em campanhas e coletivos que acolhem mulheres e combatem essa forma de violência. Nesse universo, conheci e me tornei voluntária do Grupo de Apoio à Mulher (GRAM), coletivo feminista vinculado à Casa da Mulher Trabalhadora<sup>3</sup> (CAMTRA).

Assim, ao acompanhar virtualmente as assistidas que passaram pelas mesmas formas de violência que eu, comecei a perceber que a interação dessas mulheres no GRAM é fundamental, não só para a verbalização da dor, mas também para seu fortalecimento e superação desses relacionamentos violentos. Nesse mesmo espaço, percebia divergências entre as assistidas, no que diz respeito às diversas formas de compreender o que é ser mulher e de “lidar” com os diversos feminismos e seus atravessamentos. Entendo que isso se dá pelo fato de nosso público de assistidas ser bastante diverso e quanto mais variado for um grupo de escuta mútua, mais fundamentos do sistema patriarcal dentro de nós são revolvidos (Diniz; Gebara, 2022).

Atualmente, o GRAM é composto principalmente por mulheres negras e cis em situação de vulnerabilidade socioeconômica e temos, em menor número, mulheres brancas e de classes trabalhadoras mais favorecidas. São estas últimas que, por vezes, agem sem empatia para com as demais integrantes que não gozam dos mesmos privilégios. Até mesmo nossa líder e idealizadora é alvo frequente de

---

<sup>3</sup> É uma organização feminista que busca promover uma sociedade mais justa e igualitária, por meio da assistência a mulheres na luta pelos seus direitos e no fortalecimento da sua autonomia. A CAMTRA se dedica a ajudar as mulheres trabalhadoras, tanto do campo quanto da cidade, assim como as jovens periféricas e de movimentos sociais, por meio de projetos e ações. Ver: <https://camtra.org.br/>

comentários racistas e de classe, vindos, normalmente, dessas margaridas privilegiadas que buscam ajuda no coletivo. Há também aquelas que se autodeclararam feministas e dispararam toda classe de críticas às margaridas que são profissionais do sexo e mulheres trans.

Assim, a partir dessas tensões, passei a questionar minha própria forma de lidar com o atendimento no coletivo e venho buscando enegrecer/descolonizar minha forma de pensar, trazendo para a minha prática feminista novas matizes. O feminismo pelo qual me pautava até então era aquele que, dentre outras omissões, silencia muitas questões com seu falso universalismo e ignora a necessidade de pensar a complexidade de como opera a matriz de opressão em seu conjunto o acolhimento das sobreviventes. Esse anseio aprofundou meu interesse sobre os traços da branquitude e do colonialismo no feminismo europeu estabelecido no Brasil. Mergulhada nessas inquietudes, aproximei-me da luta e das teorizações feministas cunhadas por mulheres negras e latinas.

As feministas de orientação europeia vimos dando continuidade ao mito moderno e sua razão eurocêntrica, ostentando conquistas que, no fundo, beneficiam um número reduzido de mulheres já dotadas de privilégios graças aos grupos de origem. (Re)produzimos uma representação e uma imagem de mulher como em eterno estado de sujeição, de menor poder e em uma hierarquia com um homem também universal. Inclusive, em nível global, feministas dos países considerados desenvolvidos mantêm uma agenda de libertação que impôs ao resto do mundo e, em particular, às mulheres dos países que consideram menos avançados em termos socioeconômicos. Isso que tem sido denunciado pelas mulheres de países em desenvolvimento: um “desejo salvacionista” que não é nada além de imperialista (Zakaria, 2021).

Por muito tempo, também estive convencida de que essa era a verdade e que poderia participar de projetos capazes de definir programas libertários que permitiriam que outras mulheres escapassem de sua sujeição em relacionamentos violentos. Essa feminista que fui olhava para as “vítimas” de violência de gênero como se não fossem detentoras de nenhuma agência diante da opressão que vivenciavam, como mulheres que precisavam ser salvas.

Hoje, meu trabalho como voluntária e pesquisadora vem sendo reconfigurado a partir de minhas próprias desconstruções-reconstruções. Agora creio que a chave não está no feminismo como “salvador”, mas sim nas ações

cotidianas das mulheres resistentes e suas diversidades, permitindo assim a desconstrução da ideia de um feminismo singular (Xavier, 2021).

### 1.3

#### **Pandemia, giras de conversa e configuração da pesquisa**

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o mundo estava enfrentando uma pandemia causada pelo novo Coronavírus SARS-CoV-2. A disseminação da doença levou os países, incluindo o Brasil, a adotarem diferentes estratégias para conter o avanço do vírus entre a população, incluindo protocolos de distanciamento social.

Entretanto, essas importantes medidas requeridas pela Pandemia de COVID-19 resultaram em mais tempo em casa, o que levou a um crescimento global das situações de violências de gênero, em especial exercidas por familiares e parceiros íntimos no âmbito doméstico. Os dados levantados à época destacaram a convivência forçada das mulheres com possíveis agressores, a sobrecarga de trabalho doméstico, o abuso de álcool/outras drogas e o acesso a armas de fogo como fatores potencializadores para o agravamento de conflitos domésticos.

Com o agravamento da situação sanitária, percebi a chegada massiva (e quase diária) de mulheres ao GRAM. Elas solicitavam ajuda por serem de alguma forma vitimadas por situações de violência de gênero. Esse aumento de nossa demanda pode ser explicado pela dificuldade enfrentada pelas restrições de acesso a redes de proteção convencionais ou aos serviços de denúncia tradicionais, já que houve a suspensão das atividades presenciais de atendimento às sobreviventes de violência de gênero. O GRAM era, portanto, uma alternativa virtual para solicitar ajuda.

Em nosso coletivo, acolhíamos e auxiliávamos nos primeiros procedimentos quanto ao registro de boletim de ocorrência, à solicitação de medidas protetivas e ao encaminhamento para locais seguros. Tudo isso foi possível a partir do acionamento da rede interna de profissionais voluntárias e o direcionamento para, na medida do possível, as mulheres em situação de maior perigo chegassem a abrigos temporários ou casa de parentes.

Nesse ínterim, houve a popularização de ferramentas de comunicação mediada como o *Google Meet* e foi por meio dela que iniciamos as giras de conversa promovidas pelo GRAM. Em meados de 2021, a voluntária Simone (nome fictício) sugeriu que fizéssemos uso dessa ferramenta para promovermos encontros virtuais, em que pudéssemos estar juntas, margaridas novas e antigas, para interagirmos livremente. Assim, passamos a nos encontrar mensalmente para conversarmos sobre assuntos diversos e que fossem de interesse de todas.

Nas primeiras giras, era comum que recém-chegadas ao grupo tomassem o turno para contarem longas histórias de violência de gênero que sofreram. Com o passar do tempo, as margaridas que já se encontravam em segurança (e que, muitas vezes, já haviam superado as situações de violência) passavam a tratar sobre a conjuntura social da violência de gênero e a falar sobre as violências que presenciávamos ou que eram amplamente divulgadas pela mídia etc.

Nesse contexto, começaram a emergir com frequência contagens de experiências com a violência de gênero e de nosso fazer feminista, trazidas para as giras de conversa por meio de narrativas. Assim, esses encontros se mostraram um ambiente privilegiado para que eu pudesse explorar interações em que todas nós pudéssemos falar desembaraçadamente sobre as agressões sofridas por nós e por outras companheiras, integrantes do GRAM ou não.

Assim sendo, essas interações entre/com as participantes são importantes, não só para verbalizarem suas dores e se fortalecerem ao longo do rompimento da relação com seus agressores, mas também esses encontros são valiosos espaços para letramento nos mais diversos feminismos e para proporcionar a convivência com a outridade. A falta desse contato pode impedir o dimensionamento de como discursos excludentes são capazes de ferir e atrapalhar o acolhimento à mulher sobrevivente de violência de gênero e do combate a esse tipo de violência.

## 1.4

### **Perguntas de pesquisa e objetivos**

As perguntas de pesquisa desta tese surgem, então, a partir de minhas reflexões sobre nossas giras de conversa:

- i) Como ocorre a construção de entendimentos sobre violência de gênero nas giras de conversa?
- ii) Que discursos emergem nesses encontros virtuais?

Por conseguinte, como objetivo geral, intento investigar, na construção de narrativas e posicionamentos, os discursos que emergem nas interações entre nós, integrantes de uma rede feminista de apoio e acolhimento a sobreviventes de violência de gênero. Como objetivos específicos, buscarei analisar as narrativas e os posicionamentos construídos nas giras de conversa promovidas pelo GRAM; e compreender os discursos que emergem nessas interações.

## 1.5

### **Justificativa e relevância de meu estudo**

Primeiramente, justifico o presente estudo pela inegável relevância social que o tema da violência de gênero possui e pelas estatísticas que, ano após ano, trazem dados alarmantes sobre tal violência. Em 2023, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública divulgou que em 2022, houve um aumento de todas as formas de violência contra a mulher. De acordo com a quarta edição da pesquisa *Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*, cerca de 30% das mulheres brasileiras foram vítimas de violência ou agressão no decorrer do ano de 2022. O estudo também apontou uma significativa elevação nos índices de incidência de violência, contrastando com a estabilidade observada nas pesquisas anteriores (FBSP, 2023).

Em janeiro deste ano, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA) apresentou a sétima edição do *Dossiê: Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023*, denunciando 155 mortes de pessoas trans no Brasil, sendo 145 casos de assassinatos e 10 que cometeram suicídio após sofrer violências ou devido à invisibilidade trans. O número de assassinatos aumentou 10,7%, em relação a 2022, quando houve 131 casos (Benevides, 2024).

De modo geral, entendo que o aumento da violência contra mulheres cis e trans nos últimos anos pode ser explicado pelo entrelaçamento de três fatores.

Inicialmente, houve uma expressiva diminuição no investimento público em programas de combate à violência de gênero.

O projeto de orçamento do governo federal durante do mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro cortou em 94% os recursos que eram normalmente destinados a essa pauta. Assim, diversas ações cruciais para prevenir a violência foram prejudicadas, tais como fornecimento de serviços especializados para atender mulheres em situação de violência, incentivo a políticas de empoderamento feminino, e construção de estruturas como Casas da Mulher Brasileira e Centros de Atendimento à Mulher (Bueno et al., 2023).

Em seguida, o extremismo político, com o aumento do conservadorismo, fortaleceu os princípios do patriarcado. Ao divulgar e apoiar tais ideias, Bolsonaro colaborou para fomentar os conflitos e a agressão de mulheres na sociedade (op. cit).

Em terceiro lugar, a pandemia do coronavírus ocasionou o distanciamento social que, além de dificultar o acesso aos serviços convencionais de proteção, também intensificou os conflitos conjugais e familiares. O convívio doméstico foi mais intenso e houve uma redução do controle social sobre possíveis atos violentos (op. cit).

No intento de ir além do que essas estatísticas atestam, penso que também seja importante problematizar aspectos da interação entre mulheres cis e trans no interior de grupos de apoio como o GRAM. Investigar esses espaços idealizados por e para sobreviventes, em que nós feministas atuamos, pode traçar uma melhor compreensão de como nos relacionamos e as questões sociais que nos afetam. A pesquisa também nos possibilita encontrar bases teóricas e éticas para discutirmos aspectos sociais que influenciam nesse processo de acolhimento e, consequentemente, a relação voluntária-assistida e assistida-assistida.

Portanto, acredito que trazer para o espaço acadêmico esse enfoque enriquece a reflexão sobre o tema em questão e potencializa o compromisso que temos com nossas margaridas, com o movimento feminista e com a sociedade como um todo. Afinal, defendo a construção de conhecimentos outros, forjados por nossas experiências de mulheres subalternizadas, colonizadas e marginalizadas e, sobretudo, a partir de nossas lutas para um atendimento de suas próprias necessidades (Espinosa Miñoso, 2014).

## 1.6

### Organização dos capítulos desta tese

Após estabelecer a introdução do tema deste estudo e situar a contextualização pessoal, epistemológica e social que fundamentam minha motivação, os questionamentos e a importância da pesquisa, passo a apresentar a organização desta tese que está dividida em oito capítulos, sendo este o primeiro.

No segundo capítulo, apresento um mapeamento breve das pesquisas sobre a violência de gênero no Brasil nos últimos cinco anos, destacando especialmente as áreas que tenham mais afinidade com os estudos linguísticos ou que tragam oportunidades para discussões inter-/transdisciplinares.

Em seguida, no capítulo 3, examino os avanços pioneiros que caracterizaram a primeira e segunda onda feminista. Em seguida, trato da terceira e quarta onda, que abordam temas relacionados a gênero, como etnia, classe social, além de outras reivindicações importantíssimas para os feminismos mais recentes.

No capítulo 4, explicarei no que consiste essa modalidade de violência e suas formas de enfrentamento a partir de importantes estudiosas. Também encaminharei a discussão para uma visão de violência de gênero com olhar mais atento e crítico às questões moderno-coloniais.

No capítulo 5, abordo o posicionamento teórico e analítico que alicerça a análise das narrativas emergentes na interação nos dados gerados. Para tanto, discorro sobre os estudos da narrativa. Em seguida, centro-me na teoria do posicionamento postulada e performances.

Para o capítulo 6, trago as questões teórico-metodológicas desta pesquisa de natureza qualitativa e interpretativa. Primeiramente, situo meu trabalho no âmbito dos estudos de cunho etnográfico *online*. Na sequência, ofereço maior detalhamento sobre o campo, as participantes, o diário de campo e as giras de conversa gravadas via *Google Meet*. Por fim, trato dos aspectos éticos da pesquisa como um todo.

Para a análise dos dados gerados, ocupo-me da análise feita a luz de pressupostos teóricos dos estudos da narrativa, posicionamento e performances.

Finalmente, no capítulo 8, considero a análise e as reflexões feitas no percurso do presente estudo, compartilhando observações sobre as contribuições da investigação.

Nos anexos, apresento a Carta de Anuência para a realização da pesquisa no GRAM e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Por fim, forneço a tabela de convenções de transcrição dos dados gerados.

## 2

### Um breve estado da arte sobre o tema da pesquisa

Neste capítulo, pretendo apresentar de forma sucinta o que tem sido produzido no país no último quinquênio sobre o tema da violência de gênero. Para tal intento, conduzi um mapeamento bibliográfico, priorizando áreas que apresentassem maior afinidade com os estudos da linguagem ou que oferecessem possibilidades de debates inter-/transdisciplinares.

Os estudos feitos acerca da violência de gênero no Brasil já possuem uma história sólida, abrangendo sobretudo as esferas do Direito, Antropologia, Sociologia, Psicologia e Serviço Social. No entanto, o assunto voltou com força ao debate no meio acadêmico a partir da eleição de Jair Bolsonaro para presidente em 2018. Seu governo misógino e transfóbico, concomitante à Pandemia de COVID-19, resultou em uma piora significativa nos índices de tal violência (Bueno et al., 2023).

Durante esta revisão das pesquisas sobre esse assunto, estabeleci como limite temporal o intervalo entre os anos de 2019 e 2023. Incluí pesquisas de Doutorado que ainda estavam em andamento quando Bolsonaro foi eleito, bem como aquelas que foram concluídas durante esse período infeliz de nossa história. Utilizei o Banco de Teses e Dissertações da CAPES nesta busca e selecionei para análise os trabalhos que tratam do tema em questão dentro das áreas sociais e humanas, com uma perspectiva interseccional, alinhada à abordagem que adoto nesta tese. Apresento aqui esses estudos, respeitando cronologicamente o ano de defesa.

Santos (2019), na área de Saúde Coletiva, em *Violência e dor em narrativas de mulheres transexuais em Manaus*, analisou, por meio de uma avaliação crítica que vai além de concepções essencialistas sobre gênero e sexualidade, os relatos pessoais de oito mulheres trans com o intuito de compreender a ligação entre a situação de vulnerabilidade social em que se encontram e os atos violentos que enfrentam. Diversas informações foram registradas a respeito das várias etapas da vida das voluntárias, desde a infância até a maturidade, assim como suas relações dentro do ambiente familiar, escolar, profissional, amoroso e nos serviços de suporte. Na pesquisa, foi especificado que a dor experimentada é interpretada de

maneiras diversas, podendo inclusive ser transformada e, em determinadas situações, ser silenciada e esquecida. A elaboração de mecanismos de defesa e proteção pode ajudar a diminuir a vulnerabilidade das entrevistadas, equipando-as com habilidades para enfrentar e resistir mesmo em ambientes sociais adversos.

No Direito, Lucena (2020), na tese *Morte violenta de mulheres no Brasil e novas vulnerabilidades: da violência do patriarcado privado à violência do patriarcado público*, investigou como a violência de gênero letal se manifesta atualmente, contextualizando o assunto nas dinâmicas contemporâneas do patriarcado, capitalismo e racismo. A autora mostra que a participação das mulheres em espaços públicos e a sua maior exposição ao mercado e ao Estado (marcados pelo patriarcado, neoliberalismo e racismo), com a guerra às drogas como mecanismo de controle social nesse cenário, geram novas fragilidades que as tornam mais suscetíveis à violência, resultando em agressões mais diversas.

Macedo (2020), em *Colonialidade da sexualidade: uma análise comparada e colaborativa sobre violência em relações lésbicas em Bogotá, Brasília e Cidade do México*, trata da violência em relacionamentos entre mulheres, assunto ainda pouco explorado dentro da temática da violência de gênero. A partir das leis de proteção contra tal violência na América Latina e Caribe, juntamente com a literatura produzida na região sobre o tema, foram tratados conceitos, tipos e manifestações da violência em relacionamentos lésbicos. Além disso, foram examinadas as consequências desses casos de violência, ligadas aos processos da heterossexualidade compulsória na sociedade lesbofóbica; ao modelo de relação baseado no ideal de amor romântico entre mulheres; e ao pensamento heteronormativo na interiorização da lesbofobia.

Ramos (2020), em *Transfeminicídios: os assassinatos de travestis e mulheres transexuais na Paraíba*, analisa a circularidade do poder na violência letal que atinge essas sujeitas trans, sustentando que esses crimes são uma forma de feminicídio e correspondem ao efeito de um tipo específico de necropoder que tem como finalidade a produção da morte. Para tal intento, recorreu a um estudo de caso e de dados sobre os crimes violentos letais intencionais contra mulheres transexuais na Paraíba fornecidos pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado e pela Secretaria da Mulher e Diversidade Humana da Paraíba.

Oliveira (2020), em *Produção do conhecimento do serviço social brasileiro no campo da violência de gênero contra a(s) mulher(es): uma abordagem feminista*

*de(s)colonial*, analisou estudos realizados entre 2007 e 2017 sobre a violência de gênero contra as mulheres com uma abordagem feminista de(s)colonial na área do Serviço Social brasileiro. Seus resultados apontam para concepções de gênero e violência de gênero que dão ênfase à relação entre classe e gênero. Oliveira também chama a atenção para a falta de abordagem interseccional na área e a influência das experiências profissionais desses autores nas produções sobre gênero.

No campo da Psicologia Social, Muassinle (2021) investiga na tese *Múltiplas faces da violência contra mulher imigrante e interseccionalidade: do estado do conhecimento a evidências empíricas no Brasil* as várias situações de vulnerabilidade social enfrentadas por mulheres imigrantes no Brasil e a ligação íntima desse quadro às diversas formas de violência que sofrem. Participaram desse estudo mulheres imigrantes no Brasil, provenientes de países da África Ocidental, América Central e do Sul. Os principais resultados indicam que, ao longo de suas vidas, desde seus países de origem até suas experiências no Brasil, essas imigrantes enfrentaram violência física, psicológica e estrutural, que se manifestam de várias formas e em diferentes interseccionalidades de identidades (como ser mulher, imigrante, negra ou branca, ter baixa condição socioeconômica e ser obesa).

Na área da Sociologia, Stuker (2021), em *Sobrevivências: transferência condicionada de renda e processos de emancipação feminina da violência doméstica*, tratou dos impactos do Programa Bolsa Família nas variáveis que afetam a capacidade das mulheres se desvencilharem de relacionamentos abusivos. As bases teóricas deste estudo ressaltam como o sistema capitalista, o sexismo e o racismo influenciam as mulheres em condições de vulnerabilidade socioeconômica. A pesquisa de campo foi realizada em distintos cenários socioeconômicos e étnico-raciais do Brasil: majoritariamente em Porto Alegre (RS) e Juazeiro (BA), além de um município de pequeno porte do RS e Petrolina (PE). O estudo concluiu pela emancipação da violência doméstica por meio do programa.

Cantares (2021), no campo da Psicologia, em *Prevenção à violência de gênero na escola pública: rompendo silêncios*, trata da falta de destaque/desinteresse em ações preventivas à violência de gênero, sobretudo na educação pública brasileira. Por meio da pesquisa-ação, produziu diários de campo como pesquisadora-psicóloga inserida no Espaço de Convivência, Ação e Reflexão (ECOAR), no município Campinas. Utilizou-se de fundamentos teórico-

metodológicos como a epistemologia qualitativa inspirada pelo materialismo histórico-dialético e o feminismo interseccional.

No Serviço Social, Cavalcanti (2021), em *“Nós somos tão invisíveis aos poderes”*: a Lei Maria da Penha nas periferias de João Pessoa, analisa as restrições e os benefícios da aplicação da Lei nº 11.340/2006 em relação às mulheres que residem em comunidades periféricas de João Pessoa (PB). Ao analisar as narrativas das entrevistadas, foi possível identificar as especificidades da violência doméstica, incluindo a resistência e desrespeito às normas de gênero, bem como a aceitação social da violência contra as mulheres em casa.

Colonese (2022), em *Violência por parceiro íntimo na gestação: análise do pré-natal ao puerpério no âmbito da saúde pública*, realizou um estudo de campo com 48 gestantes atendidas em um serviço de saúde primária no Rio de Janeiro. Nesse ambiente, analisou as violências contra mulheres grávidas cometidas por parceiros íntimos e sua relação com desfechos perinatais adversos e aborto. Seus resultados apontam que gestantes negras com escolaridade até o fundamental completo tinham maior probabilidade de sofrer violência por parte do parceiro. Também concluiu que a violência psicológica durante a gestação estava associada a partos de recém-nascidos com baixo peso e prematuros.

Gonçalves (2022), na área da Sociologia, debate em sua tese *“Vidas matáveis”*: feminicídio de mulheres negras e interseccionalidades de gênero, raça e classe sobre o feminicídio de mulheres negras, realidade social frequentemente reproduzida no Brasil a partir da análise de processos judiciais. 138 processos de homicídios dolosos cometidos contra mulheres negras e não negras no estado do Rio Grande do Sul, entre 1950 e 2010. A abordagem destaca as interseccionalidades de classe e raça, já que as estatísticas apontam que as mulheres negras têm sido as principais vítimas dessas mortes. Os resultados da pesquisa trazem que, em comparação com as mulheres negras, as não negras são mais frequentemente vítimas de feminicídio íntimo, perpetrado por parceiros ou ex-parceiros, principalmente no ambiente doméstico. Por outro lado, as mulheres negras são mais vitimadas em espaços públicos, caracterizando suas mortes como feminicídio necropolítico. Essa discrepância entre as mortes de mulheres negras e não negras evidencia a falta de eficácia das políticas públicas de combate à violência contra as mulheres, considerando a interseccionalidade de gênero, raça, classe e território.

Oliveira (2022), em sua tese *“O perdão que ele me pediu nunca me limpou”*, *circuitos de violência contra as mulheres: o registro de uma cartografia*, na área de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, analisa criticamente a violência na vida das mulheres devido à sua condição de gênero, reconhecendo a violência como um fator determinante para o seu adoecimento. Para isso, foi realizado um estudo em uma área urbana de Salvador (BA), envolvendo grupos de aproximadamente 130 estudantes do curso de Serviço Social de uma instituição privada. A escrita de cartas foi utilizada como método de coleta de dados, utilizando as experiências de cada mulher como base para analisar criticamente a rota da violência em suas vidas. Os resultados demonstraram que o patriarcado, principal responsável pela violência contra as mulheres, consegue se moldar às novas formas de poder masculino, adaptando-se às novas realidades decorrentes das mudanças sociais.

Passos (2022), em *Lei Maria da Penha e rede de enfrentamento à violência contra mulheres: complexidade e multidimensionalidade*, na área de Educação, realizou uma análise sobre o funcionamento da rede de proteção criada pela Lei nº 11.340/2006 no município de Salvador. A pesquisa buscou compreender se a legislação oferece mecanismos eficazes para prevenir, proteger e punir casos de violência doméstica. O estudo também teve como objetivo examinar a complexidade da construção de uma rede de proteção eficaz por meio de dados históricos e estatísticos. Foram também analisadas diversas medidas de proteção, como a atuação dos tribunais especializados em violência doméstica, a contratação de equipes multidisciplinares para atender vítimas e familiares, e a ampliação das condições para prisão de agressores. A pesquisa destacou conquistas importantes, como o Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM), que oferece suporte jurídico, psicológico e social para as sobreviventes, bem como atendimento às crianças que acompanham suas mães.

Sousa (2022), em *Transmarias: direito; direitos e gênero nos embates e enredamentos discursivos sobre a vitimação trans na Lei Maria da Penha*, aborda a aplicabilidade da Lei Maria da Penha em casos de violência doméstica e familiar contra mulheres trans e travestis. O objetivo é analisar os conflitos e trocas de discursos que surgem a partir desse tópico, destacando como o Estado e o gênero são influenciados por esses sistemas de significação. Os resultados indicaram a existência de duas correntes discursivas principais, denominadas “articuladora” e

“opositora”. A primeira é apoiada por diferentes atores de instituições e movimentos sociais que defendem a utilização da Lei nº 11.340/2006 em casos de violência contra mulheres trans. Já a segunda surge apenas internamente na comunidade interpretativa, argumentando que a lei não deve ser aplicada a pessoas trans. Em suma, as construções de significado são moldadas por questões de gênero, raça e classe, influenciando as atuais condições de reconhecimento dos direitos das pessoas trans.

Azevedo (2023), em *Novos enquadramentos da violência contra as mulheres no ambiente on-line: análise dos ataques de grupos masculinistas contra o blog “Escreva Lola escreva”*, no campo da Educação, aborda os desafios da violência contra a mulher no meio digital. A intersecção é uma ferramenta essencial para analisar a experiência de Lola Aronovich e sua produção de conteúdo *online*, bem como as diferentes formas de violência que ela enfrenta, elementos que levam à sua desumanização. Ao mesmo tempo, a intersecção foi fundamental para entender os grupos masculinistas, que se beneficiam de privilégios relacionados à raça e à orientação sexual, em um quadro de aumento do fascismo no Brasil. O estudo destaca como na sociedade contemporânea existem mecanismos que visam controlar as pessoas através da disseminação de informação.

Nas Ciências Sociais, Dominguez Aguirre (2023), em sua tese *Gênero e colonialidade: feminicídio e masculinidades na América Latina*, realizou uma investigação de natureza qualitativa e etnográfica sobre o feminicídio, estabelecendo conexões que vão desde o nível local até o global com base nas experiências de mulheres que foram assassinadas ou sofreram tentativa de assassinato (mulheres cis, trans e travestis) por questões de gênero na cidade de São Leopoldo. A análise apresentou o feminicídio como uma forma de controle e terror promovida pelo Estado envolvido na economia global e no capitalismo extremado. Para isso, foram utilizados conceitos como modernidade/colonialidade, interseccionalidade, gênero/masculinidades, raça/branquitude, neoliberalismo e necropolítica. A autora compreende que o sistema de gênero moderno-colonial cria agentes da morte entre os homens colonizados.

Guimarães (2023), na Ciência Política, examina em sua tese *(Re)produção de desigualdades na implementação de políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres sob uma perspectiva interseccional* a rotina da primeira Delegacia de Atendimento Especializado às Mulheres (DEAM) de Pernambuco, a

fim de entender as relações estabelecidas entre usuários e funcionários de rua de nível básico (inspetores, escrivães e policiais) e os impactos disso na perpetuação de desigualdades raciais, de classe e de gênero. Esta pesquisa é orientada pela combinação de perspectivas analíticas dos estudos sobre implementação de políticas públicas, burocracia de nível de rua, interseccionalidade e desigualdades sociais. Foi conduzida uma pesquisa etnográfica ao longo de seis meses, cujos resultados evidenciaram que as desigualdades raciais, de classe e de gênero também são parte integrante dos processos de implementação.

Por fim, Simon (2023), em *Rompendo o silêncio e o anonimato: feminicídio como fenômeno geográfico*, aborda o fenômeno do feminicídio, explorando sua relação com a violência de gênero, em algumas cidades do São Paulo. Há a compreensão do feminicídio não só como uma questão legal, mas também política e geográfica, com impactos na saúde das mulheres. Ao longo da análise, a autora destacou a relevância de amplificar as vozes das mulheres que sobreviveram ao feminicídio, acolhendo seus relatos de superação, especialmente em casos de violência doméstica. O feminicídio não é um problema abstrato, mas sim profundamente enraizado em condições geográficas específicas.

Acredito que este mapeamento pode traçar um perfil interessante das últimas pesquisas que caminham a partir da valorização de questões como modernidade/colonialidade, interseccionalidade, gênero/masculinidades, raça/branquitude. Todas elas são importantes para um melhor enfrentamento da violência de gênero, a partir do momento que descortinam suas raízes mais profundas, possibilitando que atuemos ainda na prevenção.

Destaco que, dentre essas pesquisas analisadas, mulheres trans ainda sejam tratadas separadamente das mulheres cis. Entendo que isso ainda aconteça no âmbito acadêmico devido à situação de extrema vulnerabilidade da mulheres trans, aquelas que rompem afrontosamente com o cis-tema.

Inclusive apresentei resultados de discussões no âmbito jurídico sobre a aplicabilidade da Lei Maria da Penha para mulheres trans, pois grande parte da sociedade e do sistema de Justiça brasileiro ainda se posicionam no sentido da visão biologizante, o que gerava uma grande divergência jurisprudencial até a mudança de entendimentos do Supremo Tribunal Federal (STF) e do próprio STJ sobre questões de gênero que concluiu pela concessão das medidas protetivas a mulheres trans em abril de 2022.

Finalmente, devo salientar o fato de que a imensa maioria dos trabalhos apresentados nesse brevíssimo sobrevôo pelo estado da arte do último quinquênio sobre o tema da violência de gênero foram conduzidos por mulheres. Sendo assim, fica latente a importância de nosso engajamento na causa e o exemplo para as próximas gerações de pesquisadoras porvir.

No próximos dois capítulos tratarei mais detidamente das questões de gênero e violências que embasam teoricamente este meu estudo.

### 3

## Feminismos

Neste capítulo, intento apresentar entendimentos sobre feminismos, no plural. Dessa forma, objetivo elaborar uma base teórica para compreender melhor o fenômeno, a fim de auxiliar na análise dos discursos feministas e antifeministas presentes nesta investigação.

Minhas experiências no contato cotidiano com as diversas vertentes feministas aumentam minha compreensão de que quaisquer tentativas de minha parte para propor uma definição acerca do que seriam feminismos resultaria em uma sentença bastante incompleta e provisória. No entanto, arrisco-me a dizer que compreendo feminismos como movimentações de ordem teórico-prática de resistência e luta contra discriminações e opressões às mulheres cis ou trans<sup>4</sup>. Podem ser iniciativas individuais ou articuladas em grupos organizados. Nessas pautas devem estar incluídas ações antirracistas, anticapacitistas, anticapitalistas, anti-imperialistas, ambientalistas e transinclusivas.

A história movimento feminista no Brasil é dividida em quatro ondas, que são marcadas por suas principais reivindicações e influenciadas pelos desafios e conquistas feministas ao redor do mundo. O termo “onda” remete à periodização do movimento, que apresenta demandas mais acentuadas em determinadas épocas. Essas ondas são

irrupções em que, de repente, não mais que de repente, mulheres diversas se juntam, mostram-se “irmanadas” na agitação de “causas” ou motivações políticas que se avolumam e que avançam como onda. Esta, depois de atingir um ponto alto, desce, invadindo os mais variados territórios, em diversos tempos; em seguida, tudo parece dissipar-se. Diria que um maior rigor na produção do conhecimento dessas “causas”/motivações depende, sim, de pesquisa de fontes, mas sob uma leitura orientada por conceitos que admitam esses movimentos conjunturais como partes de um vasto tecido social, em grande medida, submersas, vindas de diferentes tempos históricos, trançadas entre si e que avançam em infinitas combinações de “ramificações” (...), sinalizando movimentos e transformações de visões de mundo (COSTA, 2009, p. 4).

---

<sup>4</sup> Serão aglutinadas aqui como mulheres trans as travestis, as mulheres transexuais, transgêneras e, ainda, aquelas com expressões múltiplas não-cisgêneras de feminilidade. Essas expressões e identidades de gênero são experiências assignadas pelas próprias sujeitas históricas e políticas que, hoje, seja no movimento social, no campo acadêmico ou no campo das políticas públicas.

A metáfora das ondas, portanto, sugere que os elementos das ondas anteriores ou subsequentes coexistem e que uma nova onda não implica uma quebra em relação às mobilizações políticas prévias (Perez; Ricoldi, 2023).

Assim sendo, aqui, em um primeiro momento, explorarei os movimentos desbravadores que compuseram a primeira e a segunda onda. Na sequência, trato da terceira e da quarta onda, que entrelaçam questões de gênero, raça, classe, bem como outras demandas que impactam no “ser mulher”.

### 3.1

#### Feminismos de primeira e segunda onda

Na primeira onda do feminismo tivemos como foco a paridade de direitos no exercício da vida pública. Primeiramente, levantamos a bandeira do direito a aprender a ler e a escrever, antes reservado ao sexo masculino.

Foi apenas em 1827 a primeira lei<sup>5</sup> que autorizava a abertura de escolas públicas femininas. Nessas instituições, geralmente confessionais, recebíamos educação para atender ao papel social de mães, esposas e gestoras domésticas (Duarte, 2019).

As poucas de nós que tiveram acesso a um ensino diferenciado se empenharam em estender esse conhecimento. Enfrentando a opinião pública, essas pioneiras abriram escolas e publicaram livros, delineando a gênese do feminismo brasileiro. A origem de nossa literatura feminina está intimamente ligada a esse momento, pois “só o desejo de sair do fechamento doméstico já indicava uma cabeça pensante e um desejo de subversão” (Muzart, 2003, p. 267).

Nísia Floresta foi uma das primeiras de nós a publicar textos em jornais da grande imprensa. Foi no seu livro *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, lançado em 1832, que tratou sobre o nosso direito à instrução e ao trabalho remunerado, exigindo também que fôssemos respeitadas como seres inteligentes. Essa obra é considerada como texto fundante do feminismo brasileiro, no qual Nísia

---

<sup>5</sup> O ensino da mulher no Brasil. Disponível em: <<https://www.gov.br/prf/pt-br/noticias/uniprf/2023/marco/o-ensino-da-mulher-no-brasil>>. Acesso em: 10 abr. 2023.

empreende uma espécie de antropofagia libertária: assimila as concepções estrangeiras e devolve um produto pessoal, em que cada palavra é vivida e os conceitos surgem extraídos da própria experiência (DUARTE, 2019, p. 29).

Nísia nos ensina que a inferioridade imposta às mulheres resulta das desigualdades na nossa socialização, o que já aponta para a noção de gênero que temos hoje, como uma construção sociocultural. Ela também identifica a origem desse preconceito contra nós como herança cultural portuguesa (Floresta, 1989 [1832]).

Em outras obras, sobretudo em *Opúsculo humanitário*, de 1853, propôs um projeto nacional para que saíssemos da ignorância. Comparando nossa realidade com a de mulheres de outros países, ela argumentava que o progresso de uma sociedade deve levar em conta a importância dada a nós (op. cit).

Outra intelectual importantíssima foi Maria Firmina dos Reis. Sua atenção para as nossas reivindicações locais, que esbarravam em questões mais graves como a escravização de irmãs oriundas de África, trouxe novos matizes ao feminismo que estabelecíamos à época.

Seu primeiro romance, *Úrsula*, lançado em 1859, tem temática antiescravista. Esse texto traçou diretrizes para os romances abolicionistas que seriam publicados décadas depois no Brasil. Inclusive, oito anos antes da sanção da Lei Áurea, Maria Firmina fundou a primeira escola mista para o ensino de primeiras letras a filhos de lavradores na cidade de Maçaricó, no Maranhão (Muzart, 2013).

Na segunda metade do século, passamos a pleitear a emancipação política. Foi um segundo momento do feminismo, que se estabeleceu por meio de um grande número de jornais e revistas feministas (Duarte, 2019). Nessa seara, destaco Francisca Senhorinha, que dirigiu o periódico *O Sexo Feminino*. Em seus artigos, Senhorinha advertia-nos que a manutenção da ignorância feminina é de interesse dos homens (Buitoni, 1981).

Josefina Álvares nos conduziu a refletir sobre a construção ideológica do gênero feminino, questionando a tutela masculina. Denunciou, no jornal *A Família*, diversas formas de opressão, tais como: nossa falta de acesso ao ensino superior, ao divórcio, ao trabalho remunerado e ao voto. Seu grande ideal era “fazer da brasileira um modelo feminino de educação e cultura espiritual, ativa, distinta e forte” (*A família*, ano I, n. especial). Lançou também uma campanha nacional a favor de nosso sufrágio, conseguindo, inclusive, encenar sua peça *O voto feminino*, em 1878.

Foi nessa época que mulheres das classes mais abastadas começaram a cursar o nível superior, seja aqui seja no exterior. Mesmo sob a desaprovação social, estas mulheres, voltavam formadas e reforçavam o coro contra a ideia de que a deveríamos ser dedicadas apenas ao lar (Rosemberg, 2012).

Nessa atmosfera, no século XX, reiteramos pleitos, como direito ao voto e ao curso superior, e apresentamos novas demandas, como a ampliação do campo de trabalho feminino. Bertha Lutz é um ícone desse período, pois fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que buscou centralizar todas que estávamos na mesma luta.

A década de 1920 foi desenhada por dois perfis feministas bastante distintos. Por um lado, havia um feminismo burguês, muito bem estabelecido na grande imprensa. Por outro, havia um movimento anarcofeminista, mais libertário e preocupado com a classe operária.

Nesse momento, destacou-se Leolinda Daltro, liderança em diversas passeatas que chamaram a atenção de Justo Chermont. Tal senador apresentou o primeiro projeto de lei em favor de nosso voto. No entanto, o fato levantou a ira dos demais integrantes do Senado, da Câmara e a imprensa antifeminista. Isso ocasionou um contra-ataque, visando nos desmoralizar e adiar nossos anseios.

Felizmente, em 1927, Juvenal Lamartine aprovou a instauração do voto feminino no estado do Rio Grande do Norte. Ao se espalhar a notícia, mulheres de outros estados do Brasil passamos a exigir o mesmo direito com mais fervor. Lançamos então um manifesto feminista que ficou conhecido como “Declaração dos Direitos da Mulher”, assinado, inclusive, pela esposa do então vice-presidente da República.

A autonomia constitui o direito fundamental de todo indivíduo adulto. A recusa desse direito à mulher é uma injustiça social, legal e econômica que repercute desfavoravelmente na vida da coletividade, retardando o progresso geral. As noções que obrigam ao pagamento de impostos e à obediência à lei os cidadãos do sexo feminino sem lhes conceder, como aos do sexo masculino, o direito de intervir na elaboração dessas leis e votação desses impostos, exercem uma tirania incompatível com os governos baseados na justiça (Cardoso, 1981, p. 22).

Após toda essa mobilização, o então presidente Getúlio Vargas incorporou, em 1932, nosso direito de voto no Código Eleitoral. Porém, as mulheres brasileiras

alfabetizadas só pudemos ir às urnas em 1945, pois, em razão de artimanhas políticas, Vargas suspendeu as eleições em 1937.

Em uma segunda onda feminista, cujo ápice ocorreu nos anos 1970, pudemos assentar os direitos que conquistamos até então. Foi em 1973 que a ONU estabeleceu o 8 de março como o Dia Internacional da Mulher e aqui no Brasil passamos a celebrar a data de maneira mais organizada.

Esse período, aqui marcado pela ditadura militar, fez com que nós lutássemos contra a censura e pela retomada da democracia no país, além das pautas universais, como a luta pela igualdade de direitos. Nesse período também debatemos os temas relacionados à sexualidade, ao direito ao prazer sexual e ao aborto.

Com a criação da pílula anticoncepcional, pudemos desvincular a relação entre sexo e maternidade. Assim, abrimos mais possibilidades de igualdade no campo afetivo-sexual, bem como um planejamento familiar mais interessante para nós (Duarte, 2019). Foi nessa década também que passamos a nos engajar mais no enfrentamento da violência de gênero contra mulheres, assunto que explorarei no próximo capítulo desta tese.

Na atuação política, começamos a nos destacar em partidos e nos candidatar para diversos cargos. Mais adiante, já na década de 1980, 26 deputadas federais articularam o “lobby do batom” para que fossem garantidos avanços para nós mulheres por ocasião da promulgação da Constituição Federal de 1988.

Nesse mesmo período, no campo acadêmico, as feministas universitárias dos grandes centros urbanos brasileiros inauguramos institucionalmente os estudos sobre a mulher. Estabelecemos grupos de trabalho na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)<sup>6</sup> e núcleos de estudos<sup>7</sup> aos moldes do que acontecia na Europa e nos Estados Unidos. Destaco que o primeiro núcleo de estudos criado em uma universidade brasileira foi o Núcleo de Estudos da Mulher (NEM), na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-

---

<sup>6</sup> Em 1979, foi criado na ANPOCS o GT Mulher e Força de Trabalho e, em 1980, o GT Mulher e Política.

<sup>7</sup> Em 1981, é criado na UFCE o Núcleo de Estudos, Documentação e Informação sobre a Mulher (NEDIM) e, em 1983, na UFBA, o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM). Em 1984, são criados mais três núcleos nas seguintes instituições: UFRGS, UFSC e UFMG. (COSTA; SARDENBERG, 2015).

Rio), em 1981, instituição em que a presente pesquisa foi desenvolvida (Costa; Sardenberg, 2015).

Nesse novo universo, duas dimensões se tornaram primordiais para a categoria gênero. A primeira diz respeito à ideia de que a biologia sexual não é determinante para um comportamento masculino ou feminino diferenciado: “o gênero é um produto social, aprendido, representado, institucionalizado e transmitido ao longo das gerações” (Sorj, 1992, p. 100). A segunda traz a noção de que o poder é distribuído de maneira desigual entre os sexos.

Coube à teoria feminista colocar a nossa opressão no cerne de suas reflexões e, por consequência, o status teórico equivalente ao da exploração de classe (op. cit). Para tal, a universalidade da categoria gênero foi presumida, priorizando o gênero sobre outras dimensões que caracterizam um grupo social e criando uma utopia emancipatória das mulheres.

Diante do exposto sobre as duas primeiras ondas feministas, observo que nossas questões foram pensadas, com raríssimas exceções, por e para mulheres brancas, cis, heterossexuais e socioeconomicamente privilegiadas, desde as primeiras décadas do século XIX. Essa prática narcisista contribuiu para a perpetuação do racismo, do sexismo, dentre outras opressões sociais, ao marginalizar as experiências e conhecimentos de mulheres negras, indígenas, trans e de países em desenvolvimento.

Foi apenas a partir dos anos 1980 que trouxemos a discussão de raça e classe social para o centro do movimento. Assim, iniciamos o processo de rompimento das amarras de uma visão eurocêntrica e universalizante de mulheres (Carneiro, 2003). Essas “novas” preocupações marcaram os feminismos de terceira e quarta onda, que serão tratados na seção a seguir.

## **3.2**

### **Feminismos de terceira e quarta onda**

Nesta seção tratarei das chamadas terceira e quarta onda feminista, responsáveis pelas críticas ao próprio movimento. Aqui apresentarei estudos valiosos que desvelaram o falso universalismo da categoria mulher que balizou as duas primeiras ondas.

A chamada terceira onda feminista foi responsável pelo reconhecimento de nossa pluralidade e de demandas específicas oriundas dessa diversidade feminina. No Brasil, somos brilhantemente representadas pelas pensadoras Lélia Gonzalez, Luiza Bairros, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, dentre outras companheiras oriundas do movimento negro nacional. Todas elas denunciam tanto os machismos sofridos na militância negra, quanto as desigualdades e o racismo presentes no movimento feminista.

Essa condição, aliás, já vinha sendo tratada, desde 1851, pela estadunidense Sojourner Truth em seu célebre manifesto:

Aquele homem lá diz que as mulheres precisam de ajuda para entrar em carruagens e atravessar valas, e sempre ter os melhores lugares não importa onde. Nunca ninguém me ajudou a entrar em carruagens ou a passar pelas poças, nem nunca me deram o melhor lugar. E eu não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem o meu braço! Eu arei a terra, plantei e juntei toda a colheita nos celeiros; não havia homem páreo para mim! E eu não sou uma mulher? Eu trabalhava e comia tanto quanto qualquer homem – quando tinha o que comer –, e ainda aguentava o chicote! E eu não sou uma mulher? Dei à luz treze crianças e vi a maioria delas sendo vendida como escrava, e quando gritei a minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E eu não sou uma mulher? (TRUTH, 2018, s.p.).

São malsinações ressoam até os dias de hoje, pois, em muitos espaços, ainda não discutimos o que vai além da mulher branca, cisgênero, heterossexual e de classes trabalhadoras mais abastadas. Ainda ignoramos “a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito caro pelo fato de não serem brancas” (Gonzalez, 2011, p. 14) e que representam “uma espécie de carência dupla, uma dupla alteridade”, visto que são “antítese de ambos, branquitude e masculinidade” (Ribeiro, 2018, p. 11).

O conceito de interseccionalidade, proposto por Kimberlé Crenshaw em 1989, permitiu-nos uma melhor análise da condição da mulher negra a partir dos diferentes tipos de opressão que sofrem, evitando que universalizemos a noção de mulher. Tal construto “busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação” (Crenshaw, 2002, p. 177), como o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios de desempoderamento.

Quando erradamente tratamos como homogêneo o debate por direitos, ignoramos as desigualdades presentes nas vivências das mulheres negras e invisibilizamos realidades que as inferiorizam (Ribeiro, 2018). Para que tornemos esse debate cada vez mais autêntico, Lorde (2019) nos ensina que é preciso que as

mulheres negras se posicionem como seres que partem de uma realidade diferente. Além disso, é necessário que nós brancas problematizemos nossos privilégios para que a fantasiosa universalidade não resulte em exclusão (Ribeiro, 2018) e que não cometamos racismo por omissão, cujas raízes estão em uma cosmovisão eurocêntrica e colonialista da realidade (Gonzalez, 2011).

O racismo à brasileira é pernicioso, visto que é capaz de manter negros e indígenas em condição de subordinação e, ao mesmo tempo, instituir uma ideologia de branqueamento, que massifica a cultura branca ocidental como universal (Nascimento, 1982). Assim, o racismo é uma construção ideológica com benefícios socioeconômicos para nós brancos, de todas as classes sociais (privilégio racial), ao mesmo tempo em que é um “sintoma da neurose da cultura brasileira”, que pensa ser uma sociedade branca, escondendo constantemente a herança cultural afro-indígena.

Nesse sistema, as amefricanas e as ameríndias foram e permanecem sendo as destinatárias preferenciais dessas opressões em nosso continente (Gonzalez, 2011). Sobre elas recai uma violência simbólica específica – que não sofrem apenas a opressão do racismo, mas também do sexismo. Gonzalez (1981) nos alerta sobre a objetificação da mulher negra sob os estereótipos de mulata, mãe preta e empregada doméstica, proveniente da figura da mucama. E mais ainda: que “o grande contingente de brasileiros mestiços resultou de estupro, de violentação, de manipulação sexual da escrava” (Gonzalez, 1981, p. 110).

Assim, temos pautas feministas discrepantes quando pensamos em lutar pelo direito ao trabalho fora de nossas residências. Essa reivindicação só poderia vir da parte de nós, mulheres brancas, pois as companheiras negras já vivem essa realidade desde quando suas ancestrais foram sequestradas e trazidas para serem escravizadas em solo brasileiro. “Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados (...). Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas tipo exportação (Carneiro, 2011, p. 2)”.

Quando falamos em igualdade de postos e salários no mercado de trabalho, estamos garantindo emprego para as mulheres que se enquadram nos anúncios de emprego que (des)veladamente exigem “boa aparência”. Nessa pauta, novamente as mulheres negras são preteridas porque “o modelo estético de mulher é a mulher branca” (op. cit, p. 3). “Pensar a divisão sexual do trabalho sem articulá-la com seu

correspondente em nível racial é recair em um racionalismo universal abstrato, discurso masculinizado e branco” (Gonzalez, 2011, p. 14).

No movimento feminista *mainstream* enfocamos durante muito tempo os “dramas” vividos pelas esposas brancas privilegiadas. Utilizamos da ideia de opressão comum para promover liberdade individual a um seletivo grupo de mulheres, que estava mais preocupado em defender seus interesses de classe que em promover justiça social (hooks, 2019).

Na defesa incansável por um feminismo como teoria e prática, Gonzalez se tornou um potente ponto de intersecção entre os feminismos negros e os decoloniais no Brasil. Estes movimentos trazem consigo a força dos diversos segmentos feministas interseccionais, não só estimulando a formação de grupos e redes, mas também visibilizando ainda mais outras formas de ser mulher.

Nesse sentido, o feminismo eurocentrado passou a ser tratado como “um modo de opressão alinhado ao que rejeita: uma branquitude patriarcal e informado na autoridade e na colonialidade de poderes e saberes” (Hollanda, 2020). Portanto, despontaram, dentre outras correntes, o feminismo decolonial; a crítica a um feminismo individualista e neoliberal, registrado no Manifesto Feminista para os 99%; e o transfeminismo.

O feminismo decolonial (Gonzalez, 2011; Lugones, 2008; Curiel, 2014) tem seu foco no sistema moderno-colonial de gênero. Esse sistema seria um pressuposto em comum que paira sobre os conceitos de colonialidade do poder de Quijano (2000) e sobre os trabalhos interseccionais dos feminismos negros dos Estados Unidos, os feminismos de mulheres de países em desenvolvimento e a Teoria Crítica da Raça, que demonstram a exclusão de mulheres não brancas na luta libertária em favor da mulher. Dessa fusão, Lugones defende que para vermos as mulheres de cor é preciso o entendimento de que gênero e raça são fundidos indissolúvelmente:

Isso significa que o termo “mulher” em si, sem especificação dessa fusão, não tem sentido ou tem um sentido racista, já que a lógica categorial historicamente seleciona somente o grupo dominante — as mulheres burguesas brancas heterossexuais — e, portanto, esconde a brutalização, o abuso, a desumanização que a colonialidade de gênero implica (LUGONES, 2008, s. p.).

Assim, se nossa ordem social é “uma matriz de poder onde raça, classe e gênero se sobrepõem e se codeterminam” (Espinosa Miñoso, 2019, p. 109), a

perspectiva do feminismo decolonial permite-nos explicar a complexidade de como opera a matriz de opressão em seu conjunto, a partir dos questionamentos e das experiências daquelas companheiras que estão mais abaixo na escala do privilégio.

Uma posição decolonial feminista significa entender que tanto a raça quanto o gênero, a classe, a heterossexualidade etc. são constitutivos da episteme moderna colonial; elas não são simples eixos de diferenças, são diferenciações produzidas pelas opressões, de maneira imbricada, que produzem o sistema colonial moderno (CURIEL, 2020, p. 133).

Assim, nos estudos da interseccionalidade devemos reconhecer a conexão entre diferentes formas de opressão. A construção de conhecimento que negligencie ou fragmente esses padrões não é adequada para compreendermos plenamente as diversas experiências vividas por mulheres. É “um ponto de vista produzido quando somos/habitamos um corpo submetido ao empobrecimento, ao despejo e à negação sistemática de sua capacidade de desenvolver saberes, críticas e projetos de futuro” (Espinosa Miñoso, 2019, p. 110).

Já o feminismo defendido pelo Manifesto Feminista para os 99% é oriundo dos Estados Unidos e inspirado no movimento *Occupy Wall Street*. O *Feminismo para os 99%* debate as desigualdades sociais e a colonialidade do poder, visa combater a ganância de 1% da população que domina a economia global sobre o limite do campo de atuação das políticas feministas neoliberais. Em 2019, Nancy Fraser, Cinzia Arruzza e Tithi Bhattacharya lançaram um manifesto que estabelece um “novo” feminismo que não isole o gênero de outros marcadores sociais.

Assim, deve estar associado às pautas antirracistas, anticapacitistas, anticapitalista, anti-imperialista, ambientalistas e transinclusivas. Defende que o conceito de empoderamento não deve ser tratado como uma escalada rumo à ascensão socioeconômica individual ou de um grupo específico. Deve ser entendido como um processo coletivo de melhoria de vida.

Entendem o feminismo liberal como cooptado pelo neoliberalismo progressista, que incorpora elementos para aumentar o apoio político e sua hegemonia. Esse neoliberalismo “celebra a diversidade em benefício próprio” e “combina ideais truncados de emancipação e formas letais de financeirização” (Fraser, 2017). Nesse sentido, incorpora pautas e procura rejeitar “o reducionismo de classe de esquerda que entende a classe trabalhadora como uma abstração vazia, homogênea” (p. 123).

Um outro movimento importante é o transfeminismo. A interseccionalidade defendida pelo feminismo trans é especialmente a mais afrontosa entre os feminismos mais recentes, pois busca uma ruptura mais profunda com as concepções tradicionais de feminilidade, visando dismantelar os fundamentos do essencialismo biológico.

Nessa trajetória do feminismo interseccional, as travestis, as mulheres transexuais, as transgêneras e, ainda, aquelas com expressões múltiplas não-cisgêneras de feminilidade foram (e ainda são) as últimas a serem compreendidas como mulheres (Jesus, 2014). Elas apontam para a completa artificialidade do gênero, que agora é entendido como performance, pois o gênero não se funda no órgão sexual (Ramos, 2022).

Desde a teoria de gênero há muito tempo se criou o consenso de que o sujeito do feminismo não é o sujeito mulher, mas os corpos generificados e as relações de gênero atravessadas pelo poder. No entanto na hora de abraçar os corpos das mulheres trans alegam, por exemplo, que estas foram socializadas como homens desde criança e que desse ponto de vista não entendem a experiência de ser mulher quer dizer na militância desconstroem os aprendizados sobre o gênero para de novo assentar as bases de luta sobre uma visão essencialista do ser mulher (DÍAZ-BENITEZ, 2019, p. 327).

Por conseguinte, é necessário incluir e legitimar todas as identidades cisdissidentes. “O transfeminismo é primeiramente um movimento por e para mulheres trans que veem sua liberação estar intrinsecamente ligada à liberação de todas as mulheres (e além)” (Koyama, 2003, p. 245).

Atualmente, estamos vivenciando uma quarta onda feminista, cujos primeiros passos foram dados durante as Jornadas de Junho de 2013. Essa nova fase do movimento ganhou força em 2015, ao formarmos resistência ao Projeto de Lei nº 5.069, que restringia o aborto em casos de estupro, proposto pelo então deputado federal Eduardo Cunha (Álvarez, 2014; Hollanda, 2018).

Entre as particularidades que se destacam nos feminismos atuais, está a nossa atuação intensa por meio das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs), especialmente as mídias sociais. O amplo uso da internet caracteriza esse novo movimento como ciberfeminismo, visto que muitas de nós somos nativas digitais e reconhecemos o poder de alcance dessas mídias para a comunicação. Assim, transformamos esses espaços virtuais em um novo cenário público para a discussão de questões políticas (Perez; Ricoldi, 2023).

Uma segunda característica importante dessa onda é a naturalidade maior com que tratamos a interseccionalidade. A maioria de nós já rejeita a ideia de uma única condição feminina, levando em consideração aspectos como gênero, classe social, raça, etnia, orientação sexual, deficiência e religião (Hollanda, 2018). Essa visão é fruto de nosso contato com estudos e reflexões compartilhadas no próprio ambiente *online*, o que amplificou nosso acesso a esses pleitos (Perez; Ricoldi, 2023).

Também chama atenção a estruturação por meio de coletivos, indicando desejo de nos afastar da hierarquia presente nas organizações mais formais (Perez, 2019). Mesmo quando nossas instituições não conseguem alcançar uma total horizontalidade, há uma tentativa de incluir um maior número e uma maior diversidade de mulheres nas tomadas de decisão.

Em suma, essas particularidades da quarta onda resultaram em uma nova epistemologia feminista, que se destaca pela conexão que faz com a vida diária. Os coletivos tornam mais acessível a aproximação entre teoria e prática e contribuem significativamente para a disseminação do feminismo em nossa sociedade hoje (Matos; Paradis, 2014).

Entendo que todos os tópicos abordados neste capítulo são importantes para a reflexão que faço sobre o tema deste estudo no capítulo de análise de dados. São as ideias do movimento feminista propagadas por essas ondas que influenciam de maneira significativa os entendimentos e as práticas que temos diante das situações de violência discutidas durante as interações no GRAM.

Independente da tendência ou corrente, o movimento feminista sempre teve como objetivo principal a garantia de nossos direitos, entre eles a liberdade e a segurança, amplamente ameaçadas em cenários de violência de gênero. Mesmo lutando há décadas contra esse mal, ainda temos um longo caminho para que o sistema educação-prevenção-coibição dessa violência seja, de fato, ideal, assunto que abordarei no próximo capítulo.

## 4

### **Violência de gênero**

O movimento feminista foi fundamental para desvelarmos a violência de gênero, retirando o problema da esfera íntima e tratando como um problema político e de saúde pública, envolvendo os direitos humanos das mulheres, as mais afetadas. Por meio dessa bandeira, ampliou o diálogo com a academia e com a sociedade civil, criando condições favoráveis à implementação de políticas públicas para tratar dessa modalidade de violência (Bandeira, 2005).

Nesse sentido, apresentarei, neste capítulo, questões importantes referentes ao entendimento sobre a violência de gênero. Em um primeiro momento, explicarei no que consiste essa modalidade de violência e suas formas de enfrentamento a partir de importantes estudiosas, mas ainda sem a uma visão que questione a matriz de opressão que amplifica as dores daquelas que estão mais abaixo na escala do privilégio. Na sequência, trato sobre a visão de violência de gênero com olhar mais atento e crítico às questões moderno-coloniais.

#### 4.1

##### **Algumas definições**

Violência de gênero são ações violentas que acontecem em conjunturas relacionais e, por conseguinte, interpessoais. São agressões físicas, psicológicas, sexuais, patrimoniais e/ou morais, que ocorrem tanto em âmbito privado-familiar como em espaços laborais e públicos (Brasil, 2006). Implicam situações de medo, isolamento e dependência, sendo a violência moral considerada como argamassa para todos os outros tipos (Segato, 2003).

É uma violência que não está relacionada com a orientação sexual e pode ocorrer contra crianças, adolescentes, mulheres cis e trans, inclusive na forma de tráfico humano de mulheres (Lisboa; Zucco, 2022). Seja com o uso de força real seja com coerção simbólica, a finalidade é submeter o corpo e a mente à vontade de outrem (Bandeira, 2014).

A partir dos anos 1990, com o desenvolvimento dos estudos de gênero, o conceito “violência de gênero” passou a disputar os espaços acadêmicos com o conceito “violência contra a mulher” (Saffioti; Almeida, 1995).

O seu uso rejeita explicitamente as explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar (...) a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. (...) Oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens (...). O uso do ‘gênero’ coloca a ênfase sobre todo o sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade (SCOTT, 1995).

Violência de gênero é mais abrangente quanto aos objetos da agressividade predominantemente masculina: maridos, ex-parceiros, pais/padrastos, namorados etc. (Heilborn; Sorj, 1999).

A Conferência de Beijing [1995] adotou o conceito de gênero em detrimento do termo mulher, presente nas outras três conferências internacionais sobre a mulher. Soma-se a esses avanços, “o reconhecimento da desigualdade da mulher como um problema estrutural da sociedade, decorrente das relações entre homens e mulheres, sendo a igualdade de gênero uma questão de interesse universal” (Lisboa; Zucco, 2022, p. 2).

É usual, ainda, ser tratada como sinônimo de “violência conjugal”, por englobar outras violências que se desvelam em relações assimétricas de gênero e poder, como a violência perpetrada pelo homem contra a mulher, a violência praticada pela mulher contra o homem, a violência entre homens e a violência entre mulheres (Araújo, 2004; Bandeira, 2014).

À vista disso, tal violência não se refere a atitudes de destruição de outrem que seja considerado um igual ou visto como alguém que esteja nas mesmas condições de quem a perpetre. Pelo contrário, “ocorre motivada pelas expressões de desigualdades baseadas na condição de sexo, a qual começa no universo familiar, onde as relações de gênero se constituem no protótipo de relações hierárquicas” (Bandeira, 2014, p. 450). Ressalto também que “não se restringe à família, agregando outras situações: o estupro por estranhos, os assédios sexuais no trabalho, o tráfico de mulheres, a prostituição forçada” (Schraiber, 2005, p. 29). São

“diferentes tipos e manifestações, das mais visíveis e letais, às mais invisíveis e sutis” (Bortoli; Zucco, 2016, p. 72).

Remete aos lugares sociais sexuados e expõe as múltiplas desigualdades a que as mulheres e meninas cis e trans estão presas e sob ameaça em sua integridade física, moral e psicológica. O uso da expressão violência de gênero trouxe, portanto, novas inteligibilidades à questão visto que aponta para a complexidade das relações sociais, em nível mais abstrato (Almeida, 2007).

O pensamento acadêmico, na perspectiva feminista, passou a apontar como pilares dessa modalidade de violência o patriarcado e a posição simbólica de dominação masculina. Seria uma “violência apreendida no decorrer dos processos primários de socialização e deslocada para a esfera da sociedade em momentos secundários da socialização e na sociabilidade da vida adulta” (Bandeira, 2005, p. 461). Sendo assim, não compreendo essa problemática como uma patologia de personalidade ou um desvio individual, mas como algo socialmente e (in)conscientemente acordado entre os homens (Soares, 1999).

Ainda há o poder familiar e religioso que silencia a mulher, reproduzindo a máxima “em briga de marido e mulher, não se mete a colher”. Essa lógica familista impele reconciliações, fazendo a mulher abdicar, dentre outras coisas, de sua independência socioemocional e econômica; aceitando a violência como expressão de ciúmes; e acreditando na mudança de comportamento do agressor.

Em suma, assim como Bortoli e Zucco, defendo a importância de que o tratamento da violência de gênero seja dado de forma transversal às instituições primárias de socialização e políticas sociais públicas. Afinal, “se não tivermos espaços para pensarmos nossas relações, internalizaremos dinâmicas instituídas e as manteremos, naturalizando identidades e reforçando discursos violentos e da ordem da moral” (Bortoli; Zucco, 2022, p. 3).

## 4.2

### **A Lei Maria da Penha**

Neste espaço, intento apresentar brevemente o percurso histórico, liderado pelos movimentos brasileiros feminista e de mulheres, trilhado até a sanção da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, e seus desdobramentos até os dias atuais.

Saliento que o enfrentamento da violência contra a mulher no cenário brasileiro foi fomentado pela reascensão do movimento feminista na década de 1970. Nesse momento, o Brasil passava por um importantíssimo processo de redemocratização e, assim, o movimento pode atuar, dentre outras pautas, na denúncia voraz de crimes de homicídio de mulheres que ainda ocorriam sob a disparatada tese da legítima defesa da honra (Medeiros, 2016).

#### **4.2.1**

##### **Dos tratados internacionais à Lei nº 11.340/2006**

Aqui destaco inicialmente os Tratados Internacionais que foram basilares para o processo de construção da Lei Maria da Penha e que são decorrentes de Convenções da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA): a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW/ONU, 1979) e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará, OEA, 1994), respectivamente.

A CEDAW, adotada pela Resolução 34180 da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 18 de dezembro de 1979, entrou em vigor em 3 de setembro de 1981. Esse dispositivo “define em que consiste a discriminação contra as mulheres, estabelece uma agenda para ações nacionais com o fim de eliminá-la e prevê uma série de direitos a serem respeitados, protegidos e implementados (art. 1º ao 16º)” (Pandjarian, 2006, p. 80).

Artigo 1º. Para os fins da presente Convenção, a expressão “discriminação contra a mulher” significará toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos políticos, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo (Brasil, 2004, p. 107).

Ratificando a CEDAW, o Brasil incorporou a definição legal de “discriminação contra a mulher” em 1984. Entretanto, houve reservas do governo militar de João Baptista de Oliveira Figueiredo à época contra artigos que tratavam

especialmente da temática da violência doméstica contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo, pois versavam sobre igualdade no casamento e na família (Santos; Medeiros, 2017). Foi apenas em 1994 que o Brasil retirou esses refreios, visto que contrariavam a Constituição Federal de 1988, a qual registra, como direito fundamental, a igualdade entre mulheres e homens (Pitanguy; Miranda, 2006).

Nesse mesmo ano, ocorreu a Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), evento em que foi adotada a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, popularmente conhecida como Convenção de Belém do Pará. De “vanguarda simbólica e jurídica internacional em âmbito supra continental” (Bandeira; Almeida, 2015, p. 506), veio propor para a questão uma atuação específica no campo jurídico-administrativo, assim como de previsão legal e de políticas públicas específicas par a causa.

A partir da ratificação da Convenção pelo Brasil, em 27 de novembro de 1995, o país acata que violência contra a mulher se trata de “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher na esfera pública como na esfera privada” (OEA, 1994). Assim, o novo paradigma adotado considera que “o privado é público e, por consequência, cabe aos Estados assumirem a responsabilidade e o dever indelegável de erradicar e sancionar as situações de violência contra as mulheres” (Bandeira; Almeida, 2015, p. 506).

Apesar de ser signatário dos dois tratados mencionados, o Brasil descumpriu ambos, sendo o país condenado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, em 2001, pela situação de leniência com a violência cometida pelo ex-parceiro contra a bióloga Maria da Penha Maia Fernandes denunciada pelo Centro de Justiça e Direito Internacional (CEJIL) e pelo Comitê Latino-Americano de Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM). Além de Maria da Penha não ter gozado amplo direito de defesa, seu algoz não foi alvo de investigação judicial rigorosa. Foram 18 anos de impunidade para esse caso de violência de gênero tão emblemático na história do feminismo no Brasil.

A legislação brasileira que vigorava até então era a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispunha sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais. Ela incluía a violência contra a mulher em um rol de crimes de menor potencial ofensivo, praticamente descriminalizando as violências de lesão corporal e ameaça, as mais recorrentes nesses casos (Barsted, 2011).

Frente a essa situação de ausência de punição, um conjunto de operadoras do Direito feministas e o Consórcio de Organizações Não-Governamentais articularam-se para “buscar uma resposta legislativa adequada e coerente com a Convenção de Belém do Pará” (op. cit, p. 15). Destacaram-se na causa as advogadas Leila Linhares Barsted (Cepia), Carmen Campos (Grupo Themis), Silva Pimentel (CLADEM), Iáris Ramalho (CFEMEA), Ester Kosoviski (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Elizabeth Garcez (Agende), Beatris Galli (Advocacy), Rosana Alcântara (CEDIM), além da Defensora Rosane Reis Lavigne e da Procuradora da República Ela Wiecko de Castilho (op. cit).

Essa união resultou na primeira versão do projeto de lei que viria a ser, anos mais tarde, a Lei Maria da Penha e teve como parâmetro as seguintes questões:

a violência contra as mulheres é uma violação dos direitos humanos; o direito à segurança e ao acesso à justiça é parte integrante dos Direitos Humanos; o Estado tem o dever de atuar de forma eficaz na prevenção, no combate e na reparação dessa violência assegurando os Direitos Humanos das Mulheres (op. cit, p. 15).

Em 2003, foi apresentada a primeira versão à Bancada Feminina no Congresso e, no início de 2004, foi entregue à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), que tinha *status* de Ministério. Após dois anos no Congresso Nacional, a Lei nº 11.340/2006 foi finalmente aprovada e sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 7 de agosto de 2006.

A Lei Maria da Penha tem por objetivos principais criar “mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher”, dispor sobre “a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher” e estabelecer “medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar” (Brasil, 2006). Também amplia a compreensão de violência, apresentando suas circunstâncias:

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.

I – no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II – no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III – em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual (BRASIL, 2006).

Outrossim, tipifica suas formas para além da física:

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I – a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II – a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III – a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV – a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V – a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (BRASIL, 2006).

A lei também previu a criação de todo um aparato institucional que contasse com Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAM); Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CREMV); casas abrigo; casas de passagem; Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180; serviços de saúde especializados para atender os casos de violência doméstica contra a mulher e de violência sexual; e os juizados especiais de violência doméstica (Lisboa; Zucco, 2022). Somam-se a esses espaços os serviços não-especializados, que, mesmo antes da existência da lei, já funcionavam como primeiro contato com a rede de apoio: hospitais gerais, serviços de atenção básica, programa saúde da família, delegacias comuns, polícia militar, polícia federal, Centros de Referência de Assistência Social/CRAS, Ministério Público, defensorias públicas (Brasil, 2011).

Uma destacada conquista elencada nessa lei é a previsão, quando necessário, de Medidas Protetivas de Urgência (MPU), visto que são um importante mecanismo de proteção legal para lograr o rompimento do ciclo de violência. Entre os diversos tipos a serem expedidas contra o agressor estão a suspensão do porte de arma;

afastamento do lar; proibição de aproximação ou outra forma de contato (inclusive virtual) com a sobrevivente, bem como familiares e testemunhas desta; restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores etc. Caso haja descumprimento de alguma medida protetiva, o agressor estará cometendo um crime e pode haver detenção de três meses a dois anos (Brasil, 2006).

Vale ressaltar que, desde o dia 19 de abril de 2023, graças à Lei nº 14.550/2023, passaram a ser concedidas medidas protetivas a partir do depoimento da ofendida perante a autoridade policial (ou da apresentação de suas alegações escritas), “buscando acelerar o processo de proteção de risco à integridade física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral da ofendida ou de seus dependentes” (Brasil, 2023). É inegável que esse entrelaçamento de instituições e poderes promovido pela Lei nº 11.340/2006 busque contribuir para uma dimensão pedagógica sobre os direitos humanos das mulheres. Inclusive, é importante lembrar que as providências previstas não são marcadas hierarquicamente no texto da lei e sua aplicação deve ser feita de forma isométrica, atentando para as necessidades identificadas em cada caso (Santos; Medeiros, 2017).

No entanto, precisamos estar atentas para o fato de que, no interior desses poderes e serviços, ainda há “heranças da formação patriarcal e familista por parte dos/as agentes públicos/as responsáveis pela sua execução e entraves de recursos disponíveis para a criação e ampliação de equipamentos” (Bandeira; Almeida, 2011, p. 511). Tal desenho, dificulta significativamente maiores avanços para nossa causa.

Um exemplo infeliz desse entrave foram os gastos do misógino governo Bolsonaro com políticas públicas para mulheres em 2020, auge da Pandemia de COVID-19. Segundo o levantamento realizado pela consultoria legislativa da Câmara dos Deputados, a pedido da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, mostrou que apenas R\$ 5,6 milhões de um total de R\$ 126,4 milhões previstos na Lei Orçamentária de 2020 foram efetivamente gastos com a causa.

Outro óbice é a estrutura de poder cisheteronormativa que sustenta a Justiça brasileira. Ressalto que, somente em abril de 2022, ficou estabelecido que a Lei Maria da Penha também deve ser aplicada às mulheres trans nos casos de violência doméstica e familiar ou no ambiente de relação de intimidade/afeto. Após dezesseis anos, com base na própria doutrina jurídica, a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) finalmente compreendeu que o elemento de abrangência da Lei nº

11.340/2006 é o gênero feminino, independente do seu sexo biológico. Sendo assim, fica pacificado que, mesmo a lei não trazendo expressamente a mulher trans em seu texto, o entendimento é que a proteção deve ser estendida a todas as mulheres.

Vale lembrar que, anteriormente a essa decisão, tramitaram, ao menos duas propostas de alteração legislativa com o objetivo de assegurar a proteção legal a todas as mulheres. Ambas foram apresentadas no Congresso Nacional, mas não foram votadas. A primeira é o Projeto de Lei nº 8.032/2014, que ainda aguarda designação de relator na Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR). A segunda, o Projeto de Lei do Senado nº 191, que começou a tramitar em 2017, mas a proposição foi arquivada por falta de emendas.

Em suma, não resta dúvida de que a Lei nº 11.340/2006 é “um caso exemplar bem-sucedido de articulação política entre a sociedade civil, representada pelos movimentos de mulheres e feministas brasileiros e os Poderes Executivo e Legislativo” (Santos; Medeiros, 2017, p. 8). Contudo, é importante destacar que a sociedade brasileira, está marcada estruturalmente por desigualdades e, para que possamos compreender a desigualdade de gênero é necessário, “desvendar as contradições sociais fundamentais – de classe, gênero e raça/etnia –, a partir dos embates cotidianos das mulheres vítimas de violência e de outras formas de discriminação” (Saffioti; Almeida, 1995, p. 192). Afinal, a Lei nº 11.340/2006 existe para proteger a mulher contra qualquer tipo de violência, incluindo aquelas fundadas na identidade de gênero, no patriarcalismo e na misoginia, não apenas no sexo biológico (Sposato; Silva; Abreu, 2023).

### 4.3

#### **Uma lei, muitas margaridas**

Como venho defendendo, a Lei Maria da Penha inegavelmente demarcou uma das maiores conquistas brasileiras na luta feminista pela paridade de gênero. Além de desvelar o caráter interdisciplinar do problema, “o processo social que resultou na LMP alterou significativamente os termos em que se discutia violência doméstica no país, permitindo que o tema saísse das rodas de especialistas e se

transformasse em um ponto importante de debate na esfera pública” (Bernardes, 2020, p. 2).

Segundo o Atlas da Violência, a lei tem servido para diminuir a incidência da violência contra mulheres brancas e de classes trabalhadoras mais favorecidas. Essas estatísticas, entretanto, apontam para o insucesso da mesma lei quando olhamos para mulheres negras, periféricas e trans. Com pesar, reforço esse coro com nossas experiências de no grupo de acolhimento pesquisado. Temos, inclusive, denunciado a falta de atendimentos humanizados, até mesmo nas delegacias ditas especializadas (Fernandes, 2024), e a ineficácia (ou inexistência) de redes de proteção da mulher, que deveriam prestar serviços de saúde, abrigamento e capacitação. Isso contribui para o descrédito da lei por parte das mulheres que buscam a proteção do Estado.

Foi o movimento feminista de mulheres brancas, ricas e letradas que exerceu pressões para que se desenhasse no Brasil uma lei que transformasse, enfim, o pessoal em político (Hanisch, 2006). Assim, desde a formulação da lei destacaram-se as ações do Judiciário (Montenegro, 2015), investindo na “persecução criminal como símbolo contra a banalização do crime de violência doméstica” (Flauzina, 2015, p. 132). Esse feminismo carcerário preza por intervenções penais em detrimento de um estado social redistributivo: “defende a vida boa das pessoas privilegiadas, mais do que autonomia das oprimidas” (Vergés, 2021, p. 90).

Sabemos que o Estado de Direito e o Poder Judiciário são produtos de uma estrutura colonial que, na prática, não pretende nem a emancipação nem a igualdade de todos os sujeitos. Servem, na verdade, para manter a subordinação de corpos de cor/não brancos e colonizados para beneficiar corpos brancos e colonizadores (Bernardes, 2020). Por consequência, o sistema judiciário é feito por e para este último perfil de mulher, reforçando as dinâmicas de subalternização das mulheres negras, pobres e trans na implementação cotidiana da lei.

Vale notar uma contradição nas dinâmicas em torno da Lei nº 11.340/2006: a mulher negra e periférica que é desenhada como vítima potencial da violência doméstica é a mesma que se ignora como senhora das suas escolhas, como agente da sua própria luta para emancipação (op. cit). Um primeiro exemplo dessa falta de escolha foi, até ser sancionada a Lei nº 14.674/2023, a obrigatoriedade em registrar um boletim de ocorrência contra o agressor para ter acesso ao aluguel social, bem como a outros elementos de dignidade e subsistência.

Mulheres brancas e de classes trabalhadoras mais endinheiradas sempre tiveram melhores condições de escolher realizar a denúncia formal ou não, visto que podem recorrer a uma rede de apoio privada, em que consigam viajar para longe do agressor, hospedar-se em casas de parentes/amigos e deles receber, se for o caso, algum suporte financeiro. Por outro lado, mulheres negras e pobres tendem a precisar de programas governamentais (Crenshaw, 1991), geralmente sucateados e com centros de referência instalados longe de territórios vulnerabilizados (Akotirene, 2018).

Diante da obrigatoriedade de um boletim de ocorrência, um processo que por si só já é exaustivo, para terem acesso prioritário a programas sociais, habitacionais e de emprego e renda, muitas acabam desistindo da denúncia formal por medo de serem retaliadas pelo agressor e/ou pela própria parentela. Também temem pela prisão do agressor porque o homem em questão é, muitas vezes, pai/padrasto de seus filhos e única/principal fonte de renda da casa. Os casos se complexificam ainda mais quando os agressores são policiais militares, milicianos ou têm algum envolvimento com o tráfico de drogas. Em suma, o desejo individual de fazer cessar a violência não é acolhido a não ser pela engrenagem estatal.

Dizer isto não significa defender o pagamento de cesta básica à pena punição alternativa por danos físicos, patrimoniais, psicológicos e morais contra a mulher, mas reafirmar a necessidade de identificar o elitismo e racismos da Lei Maria da Penha e seus a priori raciais infantilizados da mulher negra, querendo ela dar e retirar a quina sem a presença do juiz (op. cit, p. 64).

Um outro exemplo da retirada de agência da mulher são as restrições à “retratação da vítima”. “Seu grito de denúncia vale para inaugurar o processo, mas a partir daí sua voz não é mais considerada autônoma” (Bernardes, 2020, p. 16). O argumento para esse refreio é a possibilidade de ela estar coagida pelo agressor e, por isso, a necessidade de comparecer perante o juiz para expressar o desejo de reconsiderar a representação. Essa decisão recente foi aplaudida de pé pela militância branca. Porém, essas mesmas feministas que infantilizam mulheres negras, periféricas e trans não se movimentaram por melhores condições para a manifestação da retratação, tais como assistência jurídica e psicológica. E o mais importante: as condições materiais para exercer com autonomia essa retirada (Flauzina, 2015; Bernardes, 2020).

Uma terceira questão está relacionada aos deferimentos de medidas protetivas de afastamento e a (in)efetividade dessa proteção quando estamos diante de uma mulher em condições de precariedade socioeconômica. É recorrente que mulheres que, mesmo com a medida deferida, elas mesmas necessitem contatar/encontrar seus agressores para pedir dinheiro para a subsistência dos filhos. Sendo assim, apesar da proteção formal, a exposição à violência física segue por razão de necessidade financeira (Bernardes; Albuquerque, 2016).

Em resumo, em todo esse processo de judicialização da causa, houve a subinclusão por parte do feminismo civilizatório das mulheres negras em vários aspectos. Isso inclui o não enquadramento expresso de ofensas racistas dentro de relacionamentos violentos como violência psicológica na Lei Maria da Penha (Flauzina, 2015).

Pelo que se pode constatar a demanda pela proteção das mulheres tem a branquitude como parâmetro, fraturando a experiência daquelas que tem no horror racial um ingrediente patente que autoriza e potencializa toda a sorte de vilipêndios que as assaltam (op. cit, p. 138).

Entendo que ultraje ainda pior é o que ocorre com mulheres trans, ao serem alvo de ações transfóbicas, cuja cisheteronormatividade foi estabelecida como hegemônica, precarizando ainda mais esses corpos dissidentes. Os direitos das trans têm sido invisibilizados e/ou deteriorados pelo próprio Direito, sendo o reflexo, inclusive, da posição límbica da mulher trans dentro do movimento feminista.

Decisões judiciais assentadas em essencialismos continuam sendo utilizadas para negar a aplicação da Lei nº 11.340/2006 para mulheres trans, traduzindo não só discriminação como também desconsideração da vulnerabilidade específica dessas companheiras. O próprio Supremo Tribunal Federal, enfatizou, na decisão em sede de ADI 4.275/DF, que se trata de um dos “grupos mais marginalizados” e “particularmente estigmatizado” (Brasil, 2018). Assim, casos de violência doméstica envolvendo mulheres trans devem ser abrangidos pelo Direito, sob amparo normativo do art. 5º da Lei nº 11.340/2006, visto que a tipicidade incide exatamente na violência com base no gênero, não devendo ser restritivo às mulheres cis.

Diante todo o exposto, acredito que não conseguiremos solucionar questões interseccionais simplesmente permitindo que sejam absorvidas pelas estruturas de gênero, sem analisar outras opressões, como o racismo e a transfobia. Deveríamos

“enfrentar o desempoderamento imposto ao Sul global, prestando atenção à subordinação interseccional e as estratégias partida das periferias para o centro” (Akotirene, 2018, p. 669). A prática de um feminismo inclusivo, decolonial, é crucial para findar com ideia legal de mulher universal, que nada mais é que cis, heterossexual, branca, magra, sem deficiência e de uma classe trabalhadora mais privilegiada (Nascimento, 2021).

Ao longo desses quase 18 anos, a Lei Maria da Penha segue sendo um avanço significativo na proteção dos direitos das mulheres e no combate à violência doméstica. Com a imposição de penas mais severas aos agressores, a lei representa uma mudança importante em relação ao que era previsto na Lei nº 9.099/1995, que tratava os casos de violência contra a mulher como crimes de menor gravidade, sem oferecer medidas de proteção às vítimas e com penas limitadas, como a simples doação de alimentos.

Compreendo que tudo o que foi tratado até aqui neste capítulo é relevante para a discussão que estabeleço a respeito da temática deste estudo no capítulo de análise de dados. Afinal, percebo que ainda há um longo caminho a ser percorrido para que o sistema de proteção à violência de gênero seja, de fato, o ideal, sobretudo para mulheres cis e trans em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica. Por isso, acredito que atividades de coletivos feministas plurais como o GRAM merecem um olhar atento, a fim de que sejam (re)conhecidas as necessidades reais desse público e as oportunidades de melhoria do sistema de combate à violência de gênero propostas pelas que mais necessitam desse sistema de proteção.

No capítulo a seguir, apresentarei os fundamentos que guiaram minha análise sobre feminismos e violência de gênero em um grupo de apoio e acolhimento destinado a mulheres cis e trans.

## 5

### Posicionamento teórico e analítico

No capítulo em tela, apresento os fundamentos que guiaram minha análise sobre feminismos e violência de gênero em um grupo de apoio e acolhimento destinado a mulheres cis e trans. Busquei compreender o assunto por meio dos estudos da narrativa, da teoria do posicionamento e do conhecimento de performance. Essa proposta surgiu da necessidade de investigar como a linguagem é utilizada pelas integrantes do GRAM que participaram das giras de conversa que serão analisadas em capítulo posterior.

#### 5.1

##### Estudos da narrativa

Ao contarmos histórias, (re)organizamos experiências (Bruner, [1990] 1997). Assim, as histórias têm seus significados e sentidos (re)construídos pelos(as) interagentes no curso da interação. Bastos (2005) nos ensina que a narrativa está mais para uma construção que uma representação do que aconteceu. Isso se dá porque construímos as histórias que contamos em função da situação de comunicação, em que levamos em consideração quando, onde e para quem contamos e o que estamos fazendo ao contar tal história.

A dimensão relacional do ato de narrar também é defendida por Garcez (2001) que, a partir de Sacks (1984), afirma que se trata de uma maneira de organizarmos nosso conhecimento, nossas experiências e se refere ao modo como aprendemos a ser comuns. Nesse sentido, a conversa cotidiana é a forma primordial de sociabilidade humana, em que nos monitoramos mutuamente contando e ouvindo histórias de modo a desempenhar o que normalmente se espera sobre nós (Cruz, 2015). Nesse diapasão, a atividade de narrar é aquilo que permeia nossa relação com o mundo.

“A análise de nossas práticas discursivas nos dá acesso aos significados que norteiam as práticas sociais envolvidas nas múltiplas formas de construção da realidade, de si e de outros” (Fabricio; Bastos, 2009, p. 41). Quanto às práticas

discursivas narrativas, nos envolvemos e envolvemos o(s) outro(s) em relações sociais, compartilhando nossas crenças e valores (Bastos, 2005), pois “contar estórias é uma prática social, uma atividade histórica e culturalmente situada” (Bastos, 2004, p. 119).

### 5.1.1

#### **Os conceitos fundadores de Labov e Waletzky e alguns desdobramentos**

Os primeiros estudos a observar as narrativas de experiências pessoais com o objetivo de compreender a atividade de recapitular experiências passadas datam dos anos 1960, a partir dos trabalhos sociolinguísticos de Labov e Waletzky. Labov define a narrativa como “um método de recapitular experiências passadas através da correlação entre uma sequência verbal de orações e uma sequência de eventos que (infere-se) realmente ocorreu” (Labov, 1972, p. 352).

Esses autores buscavam destacar a “mais simples e mais fundamental estrutura narrativa” (Labov; Waletzky, 1967, p. 3) para que pudessem observá-la “em conexão direta com as funções que a originaram” (op. cit, p. 3). Por meio de entrevistas com pessoas comuns sobre experiências de risco de morte, distinguiram a narrativa pela identificação de seus elementos mínimos.

A conversa como um todo contrasta claramente com a conversa cotidiana... Na conversa cotidiana, ouvimos uma rica variedade de modais, negativas... transformações e encaixes não encontrados na narrativa... Já que a complexidade sintática é relativamente rara na narrativa, ela deve ter um efeito quando ocorre (LABOV, 1972, p. 377).

Sob esse olhar, Labov e Waletzky (1967) propuseram um modelo para o estudo de narrativas não-ficcionais composto por seis componentes, embora nem todos, como o resumo e a coda, sejam de presença obrigatória. Resumidamente, a narrativa canônica se organizaria da seguinte forma: (i) o resumo – informação breve sobre o conteúdo da narrativa; (ii) a orientação – contextualização da história através de informações sobre os personagens, o local e o tempo em que o evento ocorreu; (iii) a ação complicadora – sequência temporal em que fica explícito o que de fato ocorreu; (iv) a resolução – resultado da ação complicadora; (v) a coda – sinalização do término da narrativa, trazendo o narrador e o ouvinte para o momento

presente da interação; e (vi) a avaliação – apreciação de ações e personagens da história, cuja definição agrega o conceito de ponto da narrativa, a razão de uma história ser contável (Bastos, 2004).

O único elemento obrigatório seria a ação complicadora, pois nela encontramos as informações imprescindíveis para a determinação do discurso narrativo. Quando apenas duas orações narrativas estão ordenadas em sequência por um conector temporal, estamos diante de uma narrativa mínima.

Quanto à avaliação, Labov (1972) nos ensinou que podem ocorrer por meio de mecanismos externos e internos. Os aparatos internos costumam ser recursos sintáticos de comparação, explicação, correlação e intensificação. Este último é marcado pelos seguintes elementos: (i) marcas não-linguísticas (gesticulações, direcionamento corporal); (ii) recursos paralinguísticos (alongamento de vogais, aceleração/retardamento do ritmo da fala, aumento/diminuição do tom da voz, ênfase silábica, entonação); (iii) elementos quantificadores; (iv) repetição.

Já os mecanismos externos são a avaliação externa, avaliação encaixada e ação narrativa. Na externa, interrompemos o curso da narrativa para a construção de uma opinião/emoção acerca do que está sendo narrado. A avaliação encaixada vai se desenrolando ao longo da narrativa, sendo possível lançarmos mão de diálogos entre as personagens do evento narrado. Aqui pode ser animada a própria voz do narrador (discurso reportado direto) ou a voz de outrem (discurso reportado indireto), impulsionando a carga dramática da narrativa. Podemos também nos citar, como nos dirigindo a alguém e, até mesmo, “introduzir uma terceira pessoa que avalia as ações do antagonista para o narrador” (Labov, 1972, p. 372-373). Na ação avaliativa, buscamos expor o que teria feito em vez de relatar o que disse. Como a ênfase se dá na ação, aqui também ocorre um maior vulto da dramaticidade.

Propondo um mesmo nível de análise para a organização das estruturas linguísticas e a interação social, Linde (1997) amplifica a noção de avaliação estabelecida por Labov (1972). Na compreensão da autora, a avaliação é “qualquer instanciação produzida pelo falante que tenha sentido social ou que indique o valor de uma pessoa, coisa, evento ou relacionamento” (Linde, 1997, p. 152).

A narrativa oral busca principalmente concordar sobre os valores morais envolvidos em diferentes situações, ao invés de apenas relatar essas situações. (Linde, 1997). Nesse sentido, a avaliação está imiscuída na dimensão moral da linguagem.

Esse conceito nos ajuda a compreender a relação entre os aspectos linguístico e social. Sendo assim, a avaliação é importantíssima para a narrativa porque “sinaliza para a audiência como ela deve compreender o significado de uma sequência de eventos narrados e o tipo de resposta que o falante deseja” (Linde, 1993, p. 72).

É possível ser elaborada por elementos lexicogramaticais; pela repetição de termos; pela alternância de estruturas linguísticas como o discurso indireto e o discurso direto. É importante mencionar que o discurso direto foi redefinido por Tannen (1989), que cunhou a expressão diálogo construído para abordar a inclusão e conexão de falas do próprio narrador em diferentes situações ou de terceiros, visando atender às suas intenções comunicativas.

Quando relatamos uma fala, tendemos a modificar a maneira como foi originalmente dita, com o intuito de gerar novos sentidos e expressar nossas opiniões (Tannen, 1989). Dessa forma, é possível pôr em evidência as falas de certos personagens para criar um maior engajamento com a audiência e gerar novos sentidos na interação.

Por tudo isso, podemos perceber uma rede de relações durante a (re)contagem de uma história (Linde, 1993). O narrador interage com seus interlocutores e com os personagens da história narrada; os personagens relacionam-se uns com os outros; os interlocutores interagem com o narrador, com os personagens e com a própria história. Essas interações permitem uma separação entre narrador(es) e personagens e possibilitam a construção de diferentes posicionamentos na narrativa (Bamberg, 1997, 2002), tema que desenvolverei na próxima seção.

O modelo canônico de narrativa sofreu e ainda sofre diversas críticas, dentre elas é que Labov (1972) propôs uma abordagem da narrativa “autônoma e descontextualizada”, ou seja, sem complexificar a relação entre “eventos passados, memória e narrativa” (Bastos, 2004, p. 120). No entanto, reconheço a proficiência dos elementos da narrativa canônica cunhados por esse pioneiro e farei uso de forma flexível desses aparatos na análise de meus dados para tratar de questões estruturantes das narrativas emergentes nas giras de conversa que compõem este estudo, inclusive os momentos avaliativos que indiquem a construção de posicionamentos (Bamberg, 1997).

Após apresentar o modelo laboviano, com suas influências para os estudos narrativos, irei agora direcionar minha atenção para as pequenas histórias e segundas histórias.

### 5.1.2

#### **Narrativas em perspectiva interacional, colaborativa e sequencial**

Na Sociolinguística Interacional, estudamos a forma como nos comunicamos no mundo onde as interações sociais se desenvolvem (Gumperz, 1999). Por meio da integração com diversas disciplinas, como Antropologia, Sociologia, Psicologia Social e Cognitiva, na Sociolinguística Interacional analisamos de forma abrangente as diferentes práticas linguísticas utilizadas nas interações. Nesse sentido, vemos a linguagem como resultado de ações realizadas de forma colaborativa, cooperativa e negociada.

A Sociolinguística Interacional busca estabelecer uma ponte entre duas abordagens no estudo da diversidade: uma que focaliza práticas comunicativas moldadas por disposições para agir e perceber o mundo a partir de forças políticas e econômicas e os relacionamentos de poder; outra de natureza construtivista que reivindica que nossos mundos sociais são moldados através da interação. Ao buscar estabelecer a ponte entre as duas abordagens a Sociolinguística Interacional focaliza a prática comunicativa, o mundo real em que as forças interativas novas e sociais emergem (PEREIRA, 2002, p. 9).

É na vertente da Sociolinguística Interacional que estuda a fala, o discurso, com o intuito de observar o funcionamento das unidades linguísticas na interação verbal que estão inseridos os estudos da narrativa em espaços institucionalizados. Nesse diapasão, podemos entender o ato de contar uma história como uma colaboração mútua entre quem conta e quem ouve, um processo de coconstrução, seja em uma situação de concordância ou discordância.

Assim, em uma prática de contar histórias vista como coconstrução, tornam-se importantes sinais de retroalimentação e de confirmação (com interrupções para comentários, opiniões etc.), pois são capazes de demonstrar compreensão e engajamento (Pereira; Cortez, 2011).

Os estudos de Norrick (2000, 2005) enquadram-se na perspectiva interacional e sequencial. As histórias surgem durante interações colaborativas, envolvendo a criação, contagem e recontagem de narrativas no contexto da

comunicação verbal. São apresentadas as formas e propósitos da narração de histórias em conversas cotidianas, juntamente com uma análise detalhada das estratégias utilizadas pelos narradores.

De acordo com Norrick (2000), em contextos conversacionais apropriados, assumimos os papéis de narrador e ouvinte. O narrador inicia a história e envolve os ouvintes, gerenciando o fluxo da conversa e garantindo a compreensão. Pode haver comentários e interrupções dos ouvintes, levando a alterações na história e reformulação do ponto central. Os ouvintes podem expressar sua avaliação de forma adequada e também compartilhar suas próprias histórias.

Essa perspectiva é importante para meu estudo, visto que as giras de conversa do GRAM promovem esse jogo interacional de coconstrução, quando relembramos eventos passados ou ao compartilhamos uma história em conjunto, colaborativamente.

#### 5.1.2.1

##### **Pequenas histórias**

*Small stories* (Bamberg; Georgakopoulou, 2008) são histórias breves que focalizam partes de nossas experiências. Elas têm orientação, mas não seguem o padrão convencional de eventos com verbos de ação no passado.

Ao analisarmos as micronarrativas, devemos levar em conta o que é emergente e situacional em um contexto específico. Sendo assim, elas integram pesquisas sobre narrativas a partir de uma perspectiva de narrativa como prática social.

Bamberg e Georgakopoulou (2008) e Bastos (2008) vêm realizando pesquisas sobre a funcionalidade das narrativas curtas e como nelas negociamos sentidos de nós mesmos e do mundo social. Ao atentarmos para as pequenas histórias, buscamos como as pessoas constroem sua identidade e nos afastamos da ideia de representação do mundo e das identidades.

Existem diferentes classificações em relação aos tipos de histórias que emergem nas interações (Bamberg, 2008; Bamberg; Georgakopoulou, 2008). A primeira delas engloba as chamadas *breaking news* (Georgakopoulou, 2007). São

pequenas histórias que podem abordar situações que estão ocorrendo ou que acabaram de ocorrer.

Já as “histórias que serão contadas” estão ligadas a aberturas de histórias criadas através de questionamentos como “você sabe o que aconteceu?”, cujas contagens são postergadas com frases do tipo “conto mais tarde”.

Há também aquelas “histórias compartilhadas” repetidamente em conversas cotidianas, mas com um objetivo diferente a cada interação. Servem para ponderar, persuadir, comparar, exemplificar etc. Por vezes, são contadas tantas vezes que passam a ser resumidas em gestos, palavras ou expressões reconhecidas por um grupo de pessoas. Essas “referências” (Georgakopoulou, 2007) podem servir para identificar eventos, lugares e pessoas com base na semelhança entre a história original e a nova versão contada

Outro tipo de história são as “projeções”, que tratam de situações que acontecerão em um futuro iminente. Costumam ter como base vivências passadas, sendo o espaço para a contagem negociado a partir dessas experiências.

Há também narrativas sobre acontecimentos passados que são recontadas de acordo com a situação em que são mencionadas. As pequenas histórias também podem se concentrar em incidentes reais ou fictícios que são mencionados durante a interação para apoiar os argumentos na discussão.

Sejam como forem, as micronarrativas são um evento narrativo cuja relevância extrapola a o debate sobre extensão da narrativa.

Em minhas análises, esse construto será valioso, uma vez que nas giras de conversa mensais promovidas pelo GRAM surgem breves narrativas, pelas quais nós participantes criamos significados para nós mesmas e para o mundo social (Bamberg; Georgakopoulou, 2008; Bastos, 2008). Essas micronarrativas que, por vezes, despontam como segundas histórias em nossas giras de conversa são fundamentais para nossa construção conjunta de intersubjetividade (Garcez, 2001).

#### **5.1.2.2**

#### **Segundas histórias**

Em nossas interações, é muito comum que nos alternemos na ação de narrar (Garcez, 2001). Compartilhamos uma história fomentada pela que nos foi contada

anteriormente, funcionando como uma forma de demonstrarmos nossa compreensão do que foi dito, estabelecendo um encadeamento de histórias que mantém uma similitude temática (op. cit).

Essa segunda história pode servir para exemplificar, comparar ou expandir o ponto da primeira, atestando nossa atenção ao que está ocorrendo na interação em curso.

Mais do que arrogar a si a compreensão do outro com algo como ‘eu entendo o que você quer dizer’, muitas vezes os interagentes veem relevância condicional em exibir sua compreensão do outro ao final de uma atividade narrativa de uma maneira mais robusta do que, por exemplo, simplesmente anuir à orientação de um prefácio indicativo [...] Ao contar uma segunda estória em resposta à que escutou, o participante oferece ao contador da primeira estória alguma substância subjetiva própria para exame de como a sua estória foi escutada” (GARCEZ, 2001, p. 200).

Ao encadearmos essas histórias, ampliamos o ponto da primeira, ilustramos ou contestamos (op. cit), funcionando como um mecanismo avaliativo (Cortazzi; Jin, 1999) e demonstrando o nosso ouvir atento. Dessa forma, quando na segunda história abordamos o mesmo ponto da primeira, estamos reforçando aquele ponto. Se o ponto não for o mesmo, uma nova justificativa para a narrativa guiará a elaboração das próximas ações discursivas em conjunto (op. cit).

Isso aponta para o fato de que, ao contarmos histórias, criamos “oportunidades privilegiadas para o estabelecimento da intersubjetividade” (op. cit, p. 199), pois, ao lançarmos mão de uma segunda história, quem está falando demonstra para quem narrou anteriormente ter entendido e validado o ponto da primeira narrativa.

Por meio de uma nova narrativa durante a interação, podemos expressar nossa compreensão e nossas posições em relação a uma história anterior (Bastos, 2004). Esse processo é comum quando buscamos um entendimento mútuo do que está sendo discutido ali. A construção coletiva da intersubjetividade é moldada, inclusive, pela negociação do espaço interacional para incluir uma narrativa que está relacionada a outra que foi contada anteriormente.

Na análise de dados, essa noção se torna essencial, uma vez que as segundas histórias são bastante recorrentes em nossas interações.

## 5.2

### **Narrativas, vida social e discurso**

Após os estudos de Labov e Waletzky (1967) e Labov (1972), pesquisadores mais contemporâneos salientam a linguagem como um lugar de construção de sentidos, visto que medeia nossa relação com os processos sociais que nos envolvem (Moita Lopes, 2002; Bastos, 2005, 2008; Bamberg, 1997, 2002). Nesse sentido, defendem que estudar narrativas é um modo de compreender nossa vida em sociedade, pois elas estão presentes em várias instâncias do cotidiano (Bastos, 2005).

As histórias que contamos não espelham o mundo em que vivemos, mas, em alguma medida, constroem esse mundo (Moita Lopes, 2002). Dessa maneira, podemos perceber o alcance de determinados efeitos sobre nossa audiência, o que faz com que a narrativa seja “uma forma de prática social estruturadora não só do discurso, mas também das relações sociais (Fabrício; Bastos, 2009, p. 42). Ao consideramos o narrar como uma forma de agir sobre outrem (Moita Lopes, 2001), “contar histórias é uma forma de ação, é fazer alguma coisa – ou muitas coisas simultaneamente – em uma determinada situação social” (Bastos, 2008, p. 77).

Dessa forma, as nossas histórias que emergem nas giras de conversa do GRAM se mostram fundamentais para compreender a vida social, permitindo que percebamos como nos posicionamos diante das situações e de outros atores sociais (Moita Lopes, 2002). Por tratar das experiências pessoais das participantes, aqui serão analisadas, majoritariamente, narrativas de experiência que expressam o *self*, ou seja, quem somos e como nos tornamos o que somos, ocasionando formas de pertencimento a grupos e compreensão de padrões morais (Linde, 1993).

## 5.3

### **Posicionamento**

Deppermann (2013) entende a procedência do termo posicionamento a partir do conceito de posições de sujeito de Foucault (2008), mais especificamente da noção de modalidades de enunciação. Nesse sentido, o discurso não seria a expressão verbal de um sujeito único, mas de um conjunto de posições sobre as

quais alguém se apropria quando tem a palavra. Assim, o discurso deve ser entendido como “um uso institucionalizado da língua” (Davies; Harré, 1990, p. 45), visto que “a força daquilo que é dito reside não nas palavras em si, mas num conjunto de relações que determinam seu significado social” (op. cit, p. 46).

As relações sociais estabelecem o que pode ou não ser dito em um certo lugar e em um determinado momento. No entanto, a situacionalidade discursiva não implica uma aceitação passiva de certas restrições às enunciações. Ao contrário, Foucault (2008) aponta para o salutar confronto de interesses diferentes, já que essas forças sociais diversas possibilitam a geração de novos sentidos.

Davies e Harré (1990) foram os primeiros a salientar as atividades de posicionamento como principal lugar da produção discursiva do *self*, sem ainda tratarem de posicionamento voltado especificamente a narrativas. Os autores cunharam o conceito de posicionamento, destacando que a forma como entendemos a nós mesmos e ao mundo é influenciada pelas diversas linhas de história que nos oferecem posições para ocuparmos e nos organizar em categorias.

À medida que nos familiarizamos com essas categorias ao longo de nossa vida, vamos nos afiliando com algumas em particular. Isso geraria um vínculo com essas categorias, fazendo com que enxerguemos o mundo a partir delas e adotemos valores morais relacionados a essas perspectivas. Ao expressarmos pensamentos e ações a partir de uma posição, estamos incorporando nossas experiências subjetivas passadas e nossa trajetória em diferentes formas de discurso à situação atual (Davies; Harré, 1990).

A abordagem de como nos constituímos nas histórias enfatiza a importância do contexto do discurso e adota uma visão na qual buscamos entender a interação a partir dela mesma e de sua conexão com nossas experiências anteriores. Dessa forma, Davies e Harré ressaltam que, ao nos posicionarmos no discurso, construímos os outros e a nós mesmos de forma situacional como seres sociais (Bamberg, 1997, p. 336).

Davies e Harré (1990) mencionam a diversidade do *self*, ao enfatizarem nossa inserção em distintas linhas de história, visto que “as posições criadas para si e para o outro não são parte de uma autobiografia linear não contraditória..., mas fragmentos cumulativos de uma autobiografia vivida” (Davies; Harré, 1990, p. 48). Para lidar com essa combinação de experiências que nos moldam, os autores defendem a utilização do termo posição como a forma adequada de descrever a

construção discursiva de uma variedade de *selves* (op. cit) convocados a participar das diversas interações das quais rotineiramente fazemos parte. Além disso, o entendimento de que os indivíduos se encontram em relação uns aos outros destaca o aspecto de alteridade do discurso.

Posicionamento, portanto, é um conceito que se vincula a uma ininterrupta produção dos sujeitos, coadunando com uma percepção dinâmica e passageira sobre identidades. Isso ocorre porque as ideias que as pessoas têm sobre si mesmas são desconstruídas até que estejam inseridas em uma história. Por essa razão, cada um de nós tem muitos *selves* coerentes possíveis e diversas narrativas podem ser construídas a partir do mesmo acontecimento (op. cit).

Por último, Davies e Harré (1990) enfatizam a importância de contar histórias como prática discursiva transformadora (De Fina, 2008) e parecem motivados por uma confiança na capacidade dos participantes discursivos em fazer escolhas, proporcionando um ganho político ao permitir que os interagentes negociem sobre as narrativas em que estão envolvidos.

De Fina, Schiffrin e Bamberg (2006) trazem a percepção de que as forças históricas e socioculturais, representadas por discursos dominantes, influenciam as práticas e a construção da identidade dos falantes, sem necessariamente a participação ativa destes. Por outro lado, os próprios falantes atuam como agentes ativos na construção de suas identidades, interagindo e escolhendo os meios pelos quais constroem suas identidades em relação aos outros e aos discursos dominantes (De Fina; Schiffrin; Bamberg, 2006).

A dinâmica entre se posicionar e ser posicionado é fundamental para compreender o construto de posicionamentos, conectando-o a uma visão processual e situacional das identidades nas narrativas.

De Fina (2013) ressalta a relevância da teoria dos posicionamentos, destacando que as reflexões e teorizações sobre foram essenciais para uma significativa transformação nos estudos das identidades narrativas, que antes eram centradas no narrador como ponto de origem e centralidade do processo identitário. Agora, a construção do *self* é vista de forma mais dinâmica, considerando as identidades como construídas em múltiplos níveis e em constante negociação com outros envolvidos.

Optei pelo conceito de posicionamento como ferramenta de análise de dados por sobrelevar a conexão entre as histórias que contamos e onde nos localizamos

como sujeitas feministas e sobreviventes de violência de gênero em relação tanto ao momento da interação quanto a uma ordem sócio-histórica.

### 5.3.1

#### O modelo de Bamberg

Inspirado nos trabalhos pioneiros de Davies e Harré (1990), que destacavam o caráter fluido dos posicionamentos dos participantes e o conseqüente dinamismo de suas performances identitárias, Bamberg (1997; 2002) propõe uma noção de posicionamento voltada para a compreensão do trabalho de identidade compreendido especificamente por meio da narração. “Com o posicionamento, o foco está em como as práticas discursivas constituem os falantes e ouvintes de certas maneiras e, no entanto, ao mesmo tempo, são um recurso pelo qual podem negociar novas posições” (Bamberg, 2002, p. 155).

Ainda que a noção de posicionamentos não tenha sido proposta exclusivamente para tratar das narrativas, Bamberg (1997) reconhece as contribuições desse construto para os estudos na área, pois se trata de um modelo que “tenta usar estrategicamente as noções de enredo e linhas de história” (p. 336). Assim, o objetivo passa a ser o que “o falante busca alcançar pelo ato de narrar” (Bamberg, 1997, p. 335). Dessa forma, direciona o foco para a participação ativa do indivíduo no desenvolvimento de suas histórias.

Em uma visão em que “a situação e o propósito discursivo são tão centrais quanto a organização semântica (temporal) da narrativa” (op. cit, p. 341), a temporalidade passa a ser compreendida como mais um recurso com propósitos discursivos e formadora de identidades locais.

Bamberg (1997) defende que a identidade e o *self* são narrativamente impressos independentemente do tipo de narrativa e que, mesmo quando as pessoas compartilham histórias sobre si (por mais íntimas que as informações sobre o *self* sejam), as experiências e identidades não podem ser atestadas como autênticas. Isso porque a fala narrativa está situada em cenários interacionais e é ajustada para uma audiência específica, com propósitos específicos. A mesma dependência ocorre com o *self*, que é posicionado pelo narrador diante de outros personagens no mundo da história e de acordo com o propósito discursivo da interação.

Observadas todas essas nuances, temos, a partir de Bamberg (1997), uma análise de narrativas com base em três níveis de posicionamento: o primeiro com enfoque no conteúdo da história; o segundo focado no aspecto interacional; e o terceiro, no posicionamento dos narradores diante dos discursos sociais, em uma dimensão mais macro. Assim, no nível 1, analisamos quem são os personagens da narrativa e como são posicionados e se relacionam nos eventos reportados. No nível 2, tratamos de como o falante se posiciona e é posicionado na situação interacional, diante de sua audiência. No nível 3, buscamos entender como os narradores se posicionam para si mesmos.

Neste último, temos a possibilidade de explorar em nossos dados como nossas margaridas posicionam um senso de si no que diz respeito aos discursos dominantes e como desenham um posicionamento relevante para a interação e se constroem como um tipo particular de pessoa, a partir da análise do discurso em nível micro, em dados etnográficos e na compreensão dos processos macrossociais subjacentes às relações de poder (De Fina, 2013).

Tanto em Bamberg (2002) como em De Fina (2013) é destacado que os níveis 1 e 2 são complementares e coincidentes, já que uma mesma escolha linguística pode atender tanto a um propósito mais referencial (nível 1) quanto interacional (nível 2) ao mesmo tempo. Além disso, Bamberg (2002) nos adverte de que o *self*, que seria formado pelo nível 3, não deve ser entendido como algo individual imutável diante das mudanças sócio-históricas, mas sim como uma construção discursiva criada “na relação de coautoria entre os participantes” (op. cit, 159) de uma interação. Defendo que há uma sobreposição dos níveis 2 e 3, pois acredito que o conceito de *self* também seja moldado pelo momento interacional. Dessa forma, a abordagem dos níveis representa uma mudança de foco para diferentes aspectos da análise, mas é importante ressaltar a simultaneidade desses múltiplos posicionamentos.

Penso que a proposta de Bamberg (1997) de analisar os posicionamentos em três níveis pode trazer uma contribuição importante para as pesquisas sobre identidades presentes nas narrativas dentro do enfoque adotado neste estudo.

A análise do posicionamento de nível 3 possibilita a identificação de múltiplos aspectos presentes nas construções identitárias, considerando tanto os elementos específicos do contexto, como os papéis e responsabilidades na interação, quanto as questões relacionadas ao poder, à afiliação a um grupo social,

e outros temas. Dessa forma, é importante destacar que, ao reivindicar certa configuração identitária, o falante torna relevante no lócus interacional.

Salientando a importância de analisar os grandes discursos, ou as categorias macro, Bamberg (1997) aponta para a relevância da dimensão sócio-histórica do discurso e direciona meu olhar analítico para os feminismos e as violências de gênero. Além disso, ao adotar uma visão macro, consigo conectar o que as mulheres sobreviventes de violência de gênero relatam em suas histórias com o que é dito sobre elas e outras mulheres que passam por diferentes tipos de violência. São justamente esses discursos que determinam os papéis dessas mulheres na sociedade e influenciam a forma como organizam suas narrativas.

Minha pesquisa não só focaliza o aqui e agora de nossas giras de conversa, mas também os processos macrosociais dessas interações. Nesse sentido, optei pela teorização de Bamberg (1997) como ferramenta de análise, sobretudo, por sua fertilidade na articulação entre os níveis micro e macrosocial proporcionada pelo nível 3 de posicionamento para análise das identidades via narrativas (De Fina, 2013). Assim, posso focalizar nosso engajamento ativo como integrantes do GRAM no processo de construção de narrativas (Bamberg, 1997), destacando a função destas na interação e na ordem social. levar em conta tanto os fatores locais de quando as integrantes do GRAM contam histórias.

Ao enfatizar que os grandes discursos, ou as categorias macro, sejam trazidos para análise, Bamberg (1997) contempla a dimensão sócio-histórica do discurso e orienta meu olhar analítico para as questões que envolvem violência de gênero e feminismos.

## 5.4

### Performance

Bauman (1986) nos ensina que performance é “um modo de comunicação, uma forma de falar, cuja essência consiste na assunção de responsabilidade para com os interlocutores, que é demonstrada na habilidade comunicativa, iluminando o modo em que a comunicação é conduzida para além de seu conteúdo referencial” (p. 3). Assim, os eventos não seriam externos à narrativa, mas abstrações dela.

Ao contarmos uma história, de uma experiência pessoal ou de outrem, estamos sempre realizando ajustes ao nosso modo. Assim, os eventos emergem da performance.

A performance oral, como toda atividade humana, é situada, estando sua forma, seu sentido e suas funções enraizadas em eventos e cenas culturalmente definidos – segmentos delimitados do fluxo de comportamento e experiência que constituem contextos significativos para ação, interpretação e avaliação (BAUMAN, 1986, p. 3).

Cada performance é única, ainda que envolva elementos comuns, tais como estes fatores situacionais: “a) papéis e identidades dos participantes; b) meios expressivos empregados na performance; c) estratégias, normas e regras interacionais e sociais para performance e critérios para suas interpretações e avaliações; d) a sequência de ações que compõem o cenário do evento” (op. cit, p. 4).

O caráter único da performance se deve, sobretudo, à nossa competência e aos nossos objetivos como falantes. Isso faz com que os eventos de performance, situados e não pré-determinados, variem de uma ocasião para outra, não obstante as diretrizes das convenções (op. cit).

Ainda a respeito dos eventos de performance estudados por Bauman (1992), podemos identificar algumas características únicas compartilhadas por eles. De acordo com o autor, tais eventos apresentam limites temporais e espaciais definidos; e organização de forma coordenada, incluindo tipos específicos de colaboração e público.

A partir desta visão de Bauman (1986), nossas narrativas podem ser tanto instrumentos para entendermos nossas experiências, como podem ser dispositivos para “obscurecer, limitar, confundir, explorar ou questionar o que aconteceu, isto é, para manter a coerência ou a compreensão dos eventos narrados em aberto” (p. 56). O autor adota uma abordagem que combina a narrativa e a interpretação, o que ajuda a entender tanto o evento narrado quanto o evento narrativo dentro de um quadro unificado de referência. Por conseguinte,

o evento narrado, como uma dimensão de um sentido da história, evocado por meios verbais formais no texto narrativo, é a este respeito emergente na performance, qualquer que seja o *status* externo do evento narrado, se, em algum sentido, de fato ocorreu ou se é narrativamente construído pelos participantes sem o conhecimento cultural de como os eventos são – ou não são, ou podem ser – constituídos na vida social (BAUMAN, 1986, p. 6).

Nesse universo, a performance é um elemento que consegue amalgamar esferas poéticas e sociais. De acordo com Bauman (1986), a performance abrange uma série de recursos poéticos, tais como estruturas narrativas, mecanismos de organização do discurso, métrica dos versos, formas de constituir verossimilhança, domínio do tempo na narrativa, metanarração, paralelismo etc. Em resumo, a performance é essencialmente social e intrínseca à arte verbal (Bauman, 1986).

Langellier (2001) destaca que o modo como certos aspectos são empregados pelo narrador para conferir destaque à sua história faz com que ela ganhe um valor interacional que extrapola seu conteúdo referencial. Ou seja, trata-se de observar como o narrador organiza estrategicamente o evento narrado – empregando paralelismos, discurso reportado, entre outros recursos – a partir do evento narrativo, o que, por sua vez, destaca a importância da audiência. daquilo que se diz numa rede de significados e esquemas interpretativos que tanto precedem quanto sucedem o momento do uso.

Quando penso em nossas giras de conversa, percebo participantes com grande capacidade de organizar o evento narrado. Portanto, esse será um construto importante para minha análise, que será desenvolvida no capítulo 7.

## 6

### Percurso metodológico da pesquisa

Neste capítulo, intento descrever e justificar minhas orientações metodológicas. Busco explorar não só o campo, mas também as participantes da pesquisa, os procedimentos de geração de dados, bem como os instrumentos que utilizei para tal. Por fim, apresento procedimentos que adotei para garantir uma pesquisa ética e que, por todo tempo, conduziram meu trabalho.

#### 6.1

##### Natureza da pesquisa

Ao longo desta pesquisa, segui a trilha de uma natureza qualitativa (Denzin; Lincoln, 2006) que me possibilitou entrelaçar métodos e instrumentos metodológicos. Assim, optei por um fazer etnográfico *online* (Hine, 2015; Amaral, 2018), em que acompanhei as interações via *WhatsApp* no grupo de mulheres assistidas pelo coletivo; gerei dados a partir de giras de conversa por videochamadas; e fiz uso do diário de campo.

Dessa forma, como sobrevivente de violência de gênero, voluntária e pesquisadora, localizada em uma determinada conjuntura e uma atividade situada, busquei realizar um trabalho subscrito à visão de uma Linguística Aplicada indisciplinar (Moita Lopes, 2006). Trata-se de uma linguística aplicada inter-/transdisciplinar que funciona como “um modo de criar inteligibilidade sobre problemas sociais em que a linguagem tem um papel central” (op. cit, p. 14) e que não se furta de contestar ideologias.

Nesse sentido, ao longo da pesquisa, atuei atenta à necessidade de ouvir as (nossas) vozes de integrantes do GRAM, levando em conta nossa heterogeneidade. Busquei não perder de vista os imbricamentos de poder e desigualdade inerentes ao nosso grupo, os diversos níveis em que cada uma de nós está alijada dos privilégios de um mundo moderno-colonial.

Meu empenho não se deu apenas para construir uma forma conhecimento sobre nós, mas, principalmente, pelo interesse em entender epistemes, desejos e

vivências que podem apontar para uma melhor forma de acolhida a mulheres cis e trans em situação de violência de gênero (Moita Lopes, 2009).

Mais atenta ao âmbito sociocultural que aos aspectos que se repetem na pesquisa qualitativa (Minayo, 2017), intentei olhar para singularidades e para significados de modo mais aprofundado. Assim, entendo que minha escolha por pesquisar um coletivo de mulheres sobreviventes de violência de gênero alinhou-se a essa perspectiva, pois me empenhei em reconhecer e analisar questões que foram trazidas por nós mesmas, nesse convívio proporcionado pelas Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs).

Ao optar pela pesquisa qualitativa, ou seja, “um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano” (Creswell, 2003, p. 26), também refutei o modo positivista de olhar para nós como “vítimas” de violência de gênero, comumente relatando/quantificando nossas tragédias pessoais ou nos classificando como portadoras de alguma síndrome/transtorno psicológico.

Advirto também que entendo que minha investigação foi um processo interativo. Dessa maneira, fui influenciada tanto pelas histórias pessoais, dentre outras realidades das participantes analisadas, tanto pelo meu olhar de voluntária, pesquisadora, sobrevivente de violência de gênero e feminista, localizada na sociohistória. Por essa razão, os significados construídos e as interpretações dos dados aqui não estão isentos de outras significações e de novas interpretações não sendo, portanto, verdade única e objetiva (Moita Lopes, 2004; Amaral, 2018).

Feitas as considerações sobre a pesquisa qualitativa, tratarei a seguir sobre o fazer etnográfico *online*.

### 6.1.1

#### **Pesquisa etnográfica *online***

A popularização do acesso à internet móvel por meio dos *smartphones* e do *wi-fi*, mesmo aquele que seja “emprestado” de um comércio próximo ou da casa ao lado, possibilitou que a internet se tornasse um fenômeno permeado, incorporado e cotidiano (Hine, 2015). Essa amplitude embaçou a distinção entre os estudos que envolvem a internet de outros tipos de etnografia.

Hine (2015) vê uma continuidade de princípios metodológicos entre os tipos de etnografia que podemos adotar para a internet e os tipos que usamos em qualquer outro domínio cultural, embora as técnicas possam diferir. A autora crê que usar termos específicos para a etnografia envolvendo a internet, tais como *online*, *net* ou *virtual*, não seja mais apropriado como já foi outrora, pois promoveria um afastamento dos princípios metodológicos mais gerais da etnografia.

Portanto, ao aplicar uma abordagem etnográfica à internet é preciso explicar/detalhar os modos pelos quais as atividades *online* produzem sentido. Os métodos precisam ser desenvolvidos em resposta aos ambientes virtuais em que se encontram e cada estudo é, por isso, único em sua abordagem, mesmo quando inspirado em outros espaços semelhantes (Hine, 2015).

Nesse sentido, busquei estruturar aqui um trabalho de observação e análise que poderia proporcionar um detalhamento mais minucioso de um coletivo como o GRAM. Meu prolongamento nesse coletivo me permitiu observação e escuta ampliadas, acarretando registros de fatos que ocorreram naturalmente e que podem ser complementados por outras formas de gerar dados (Frankham; Macrae, 2017).

Sobre investigações dessa natureza, Minayo (2002) aponta diversas vantagens, sendo uma delas a possibilidade de retirar do roteiro metodológico questões que, ao longo do caminho, possam parecer irrelevantes ou, ainda, inserir ou redefinir estratégias outras que não eram imaginadas antes da chegada ao campo (Minayo, 2002).

A retirada ou o acréscimo de caminhos para desenvolver uma pesquisa de base etnográfica passam pelo que Frankham e MacRae (2017) apontam como fundamental para nós pesquisadores etnográficos: a reflexividade. Ela é quem nos permite ziguezaguear entre teoria, prática e escrita, podendo revisitar ou descortinar novas perguntas sobre o eu, inéditas interpretações sobre os dados, além de reavaliar recursos teóricos empregados ou selecionados.

Após refletir sobre a etnografia *online*, tratarei a respeito do campo e das participantes envolvidas em minha investigação na seção a seguir.

## 6.2

### Campo e participantes da pesquisa

Neste momento, apresentarei não apenas o Grupo de Apoio à Mulher (GRAM), campo em que ocorreu meu estudo, mas também as participantes envolvidas nesse universo.

#### 6.2.1

##### O Grupo de Apoio à Mulher

Os dados gerados, bem como a observação participante tiveram como foco o Grupo de Apoio à Mulher (GRAM). Esse coletivo virtual foi fundado em 2010 por uma sobrevivente de uma tentativa de feminicídio a quem atribuí o nome fictício de Lélia.

Ela já havia resistido a todas as formas de violência previstas na Lei Maria da Penha ao longo de dezessete anos (física, sexual, patrimonial, moral e psicológica) perpetradas por seu ex-parceiro, policial militar, até o último evento que poderia ter culminado em sua morte. A partir daí, essa mulher passou a lutar não somente por seus direitos e pela punição de seu agressor, mas também pelo fortalecimento de tantas outras mulheres cis e trans no Brasil.

Lélia iniciou suas trocas com outras mulheres que viviam as mesmas opressões por meio de um *blog*<sup>8</sup>, no qual eram compartilhadas informações que auxiliam no reconhecimento da violência de gênero, os principais canais de denúncia e acolhimento etc. Também foram compartilhadas experiências vividas ao longo do processo criminal e de alimentos pelos quais passou. Paralelamente, ela criou um grupo fechado no Facebook<sup>9</sup>, no qual compartilha até hoje informações importantes para o reconhecimento de um relacionamento abusivo, bem como outras notícias relacionadas à violência de gênero.

Atualmente, as principais formas de divulgação das atividades e dos serviços prestados pelo GRAM são as fanpages mantidas no Facebook<sup>10</sup> e no

---

<sup>8</sup> <http://grupodeapoioamulher.blogspot.com/>

<sup>9</sup> <https://www.facebook.com/grupodeapoioamulher>

<sup>10</sup> [https://www.facebook.com/grupodeapoioamulher/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/grupodeapoioamulher/?ref=page_internal)

Instagram<sup>11</sup> por serem as mídias mais populares. Também têm sido importantes as diversas participações de nossa líder em entrevistas em redes de TV aberta e documentários.

Para ser acolhida pelo GRAM, uma sobrevivente de violência de gênero, costuma entrar em contato por uma dessas mídias elencadas, podendo recorrer aos *directs* tanto do Facebook tanto do Instagram, meios que permitem o envio de mensagens privadas para que sejam encaminhadas ao acolhimento. Há mulheres que, não se importando com a exposição pública, solicitam socorro em comentários de postagens no próprio feed. Existe também um endereço de e-mail institucional, divulgado nas fanpages e no site<sup>12</sup> do GRAM, que também recebem raras mensagens de pedidos de ajuda.

Uma última forma de contato, e que costuma ser a mais usada, é o contato direto pelo link divulgado tanto no site, quando na *bio* do Instagram, área logo abaixo da foto de perfil/logo do GRAM e onde são compartilhadas informações elementares sobre o coletivo. Esse link direciona ao número de *WhatsApp* da administradora responsável pela triagem.

Cabe explicar que, nesta pesquisa, não analisei os dados provenientes das mídias mencionadas até aqui. Todas foram citadas apenas com o objetivo de explicitar o caminho de divulgação da assistência disponibilizada.

Quando uma margarida busca o GRAM, ela entra em contato por alguma dessas vias citadas. A partir daí, ocorre o primeiro contato por meio de uma escuta social qualificada. Assim, é realizada uma entrevista em profundidade para conhecer a demanda, compreender a situação e refletir com tal mulher sobre os encaminhamentos a serem realizados, sem perder de vista suas próprias escolhas.

A disponibilidade de um ambiente receptivo é crucial para que a mulher que sofre violência possa se sentir protegida e confie na acolhida de seus relatos, que seja respeitada e encorajada a transbordar emoções que estavam reprimidas por receio. Em seguida, são encaminhadas para atendimento sigiloso com as voluntárias equipe de atendimento multidisciplinar: assistentes sociais, psicólogas e/ou advogadas. Por fim, as margaridas são convidadas a participarem do Grupo de *WhatsApp* GRAM, do qual tratarei a seguir.

---

<sup>11</sup> [https://www.instagram.com/grupo\\_de\\_apoioamulher/](https://www.instagram.com/grupo_de_apoioamulher/)

<sup>12</sup> <https://www.grupodeapoioamulher.com.br/>

### 6.2.1.1

#### Grupo de *WhatsApp* GRAM

Com a popularização do *WhatsApp*, oferecido no Brasil pela empresa Meta (antiga *Google*), foi criado um grupo de *WhatsApp* para assistidas no aplicativo, proporcionando tanto interações síncronas quanto assíncronas e estabelecendo uma maior troca entre nós. Nesse aplicativo de mensagens multiplataforma, podemos trocar mensagens ilimitadas com imagens, vídeos, áudios e arquivos de texto em formatos .doc, .PDF, .xml etc. (WhatsApp, 2021).

Assim, além dos relatos e das trocas de experiência sobre relacionamentos violentos, são compartilhadas matérias sobre violência de gênero, vertentes feministas, eventos relacionados às pautas de gênero, fotos, informes gerais do grupo etc.

Dentre as funcionalidades, a mais valiosa para essa rede de apoio é a interação em grupo, permitindo partilhar experiências entre as mulheres. Trata-se de uma ferramenta comunicacional que facilita a organização em abrangência nacional e tem forte potencial para diversas formas de ação. Ainda destaco a facilidade de relacionar, empoderar e promover ações coletivas. Gutiérrez-Rubí (2015) denomina esse comportamento de *mobile lifestyle*, ou seja, um comportamento social e individual que relaciona, empodera e promove ação coletiva e autônoma a partir do uso do *smartphone*.

Esse modo de vida é percebido, por exemplo, nos grupos do *WhatsApp* ao aproximar pessoas com interesses e/ou necessidades comuns através da própria iniciativa individual que se inicia com alguém que cria e administra o grupo, neste caso, a idealizadora do GRAM. Elas são inseridas por uma administradora ou pela líder do grupo para que interajam com outras mulheres que passaram pelas mesmas experiências. Vale ressaltar também que uma mulher que esteja na presença de seu agressor pode recorrer ao grupo e, de forma discreta, enviar suas mensagens para pedir ajuda.

Hoje este grupo de *WhatsApp* conta com aproximadamente 100 mulheres e todas foram vitimadas por alguma violência de gênero em algum momento da vida. A maioria delas já está vivendo novas realidades, longe de seus agressores, mas solicitam suas permanências em tal grupo para manterem o contato e permanecerem atualizadas sobre direitos das mulheres, violências de gênero e feminismos.

O grupo de *WhatsApp* foi um aparato fundamental para o aprofundamento no campo e, ao acompanhá-lo foi possível conhecer melhor as participantes da pesquisa, bem como inspirar minhas notas de campo.

#### 6.2.1.2

##### **Giras de conversa por videochamada via *Google Meet***

São encontros que ocorrem regularmente entre integrantes do GRAM e que convergem para discussões sobre os relacionamentos, violências de gênero, feminismos, sexualidade, política etc. Nossa líder envia para o grupo de *WhatsApp* GRAM um *link* da sala de reunião aberta no *Google Meet*, que é uma valiosa ferramenta tecnológica que se difundiu durante a pandemia e que é usada nas interações das mulheres do coletivo. Por meio dela, pudemos realizar, com certa regularidade, encontros síncronos que promoveram muitas trocas de experiências.

Ao longo da Pandemia de COVID-19, realizávamos essas interações semanalmente e conseguimos manter a frequência durante mais algum tempo. No entanto, por uma necessidade pessoal de recolocação no mercado de trabalho de nossa idealizadora, desde julho de 2022, nossos encontros passaram a ser mensais.

As assistidas entram na sala de acordo com sua vontade e/ou disponibilidade para interagir. A duração dessas conversas é de aproximadamente 1 hora e, em média, 6 a 8 mulheres participam de cada videoconferência. Vale ressaltar que todas as participantes desses encontros já estão seguras, longe de seus agressores. São as mulheres do grupo que já passaram da posição de assistidas pelo GRAM e que permanecem no grupo, atuando ativamente no acolhimento das recém-chegadas.

A escolha dessa atividade para a geração dos dados deveu-se à liberdade de interação que as assistidas têm nesses espaços de trocas de informações e experiências de relacionamentos abusivos/violentos. Essas reuniões abarcam bate-papo por áudio e vídeo, de modo gravado. Portanto, facilitou a geração dos dados videogravados com as participantes da pesquisa de diferentes partes do Brasil.

## 6.2.2

### As participantes da pesquisa

O GRAM, neste momento, acolhe, aproximadamente dez mulheres cis e trans por mês, distribuídas por diversos estados do território nacional. Hoje, vinculadas ao coletivo, há tanto aquelas que já saíram do relacionamento abusivo e/ou não vivem mais sob o mesmo teto que seus agressores, quanto mulheres que ainda estão nesses lares violentos. As mais antigas ingressaram no coletivo desde a sua fundação.

Para minha pesquisa, selecionei dez mulheres que participam intensamente tanto no grupo de *WhatsApp* GRAM, quanto nas conversas mensais. Tais participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) anexo. Abaixo, dei nomes fictícios para todas elas, participantes da pesquisa. Todos esses nomes homenageiam mulheres de acentuada relevância na história dos feminismos.

Quadro 1 – Perfil resumido das participantes da pesquisa

Participante	Idade	Id gênero	Cor	Escolaridade	UF
Lélia <sup>13</sup>	52	cis	preta	Ensino Médio	RJ
Anita <sup>14</sup>	55	cis	branca	Ensino Médio	SC
Simone <sup>15</sup>	56	cis	branca	Ensino Superior	SP
Xica <sup>16</sup>	25	trans	parda	Ensino Superior	MG
Pagu <sup>17</sup>	38	cis	branca	Ensino Superior	RJ
Augusta <sup>18</sup>	45	cis	branca	Ensino Médio	RO
Frida <sup>19</sup>	35	cis	branca	Ensino Médio	PE

<sup>13</sup> Lélia Gonzalez (1935-1994) foi pioneira nos estudos sobre Cultura Negra no Brasil e cofundadora do Movimento Negro Unificado e do Olodum.

<sup>14</sup> Ana Maria de Jesus Ribeiro (1821-1849), mais conhecida como Anita Garibaldi, foi uma revolucionária brasileira conhecida por sua participação na Revolução Farroupilha e no processo de unificação da Itália. Por esse motivo, é conhecida como a “Heroína dos dois Mundos”.

<sup>15</sup> Simone de Beauvoir (1908-1986) foi uma escritora francesa, filósofa existencialista, memorialista e feminista.

<sup>16</sup> Xica Manicongo é considerada a primeira travesti brasileira. Nascida no Congo, século XVI, foi levada para Salvador (BA), onde, escravizada, trabalhava como sapateira. Resistiu à opressão contra a sua autoexpressão. Ela usava roupas quimbandas, da região congoleza em que nasceu e cresceu: um pano amarrado em sua cabeça, com a ponta cingida virada para a frente, tal como as mulheres da sua terra.

<sup>17</sup> Patrícia Rehder Galvão (1910-1962), conhecida como Pagu, foi uma escritora, poetisa, diretora, tradutora, desenhista, cartunista, jornalista e militante comunista brasileira.

<sup>18</sup> Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885) foi educadora, escritora e poetisa.

<sup>19</sup> Frida Khalo (1907-1954) foi uma pintora mexicana conhecida pelos seus muitos retratos, autorretratos e obras inspiradas na natureza e artefatos do México.

Almerinda <sup>20</sup>	37	cis	parda	Ensino Médio	RJ
Kátia <sup>21</sup>	33	trans	preta	Ensino Médio	CE
Penha <sup>22</sup>	48	cis	parda	Ensino Fundamental	GO

Todas as mulheres participantes foram informadas sobre a presente pesquisa, que foi submetida e aprovada pela Câmara de Ética e Pesquisa da PUC-Rio em maio de 2022 (Parecer nº 36/2022). Vale ressaltar que, pensando no bem-estar e segurança das participantes, todas as assistidas que elenquei acima já não estão mais sob o mesmo teto que seus agressores.

Quanto à minha postura como pesquisadora diante do grupo analisado, como relatei anteriormente, também sou sobrevivente de violência de gênero, e, a partir do acontecimento, passei a me engajar em campanhas e projetos que tratam sobre tal forma de violência. Assim, encontro-me no coletivo feminista GRAM como voluntária, assessorando pedagogicamente nossa líder em projetos desenvolvidos no e pelo grupo.

Nesse sentido, entendo minha observação como participante (Fragoso et al., 2011) e, no grupo, há o conhecimento de todas as integrantes de que realizava esta pesquisa. Trata-se de um tipo de participação que vem se tornando cada vez mais comum em grupos fechados em redes sociais e com o qual as mulheres do grupo estão habituadas (Piaia et al., 2020).

Por ocasião da aprovação do projeto de tese, reforcei as estratégias para que as participantes fossem periodicamente lembradas sobre a pesquisa e sobre minha atuação nas interações.

---

<sup>20</sup> Almerinda Farias Gama (1899-1999) foi uma advogada e sindicalista. Foi uma das primeiras mulheres negras a atuar na política brasileira, sendo a única a votar como delegada na eleição para Assembleia Nacional Constituinte em 1933.

<sup>21</sup> Kátia Tapety foi a primeira travesti a ocupar um cargo público no Brasil, eleita em 1992. Seu pai a tirou do convívio social e só permitiu que ela saísse de casa quando completasse 18 anos por não aceitar sua identidade de gênero. É uma das membras mais antigas da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais).

<sup>22</sup> Maria da Penha Maia Fernandes é uma ativista brasileira que lutou para que seu agressor viesse a ser condenado. É líder de movimentos de defesa dos direitos das mulheres, sobrevivente emblemática da violência doméstica.

### 6.3

#### Instrumentos metodológicos, geração e tratamento dos dados

O corpus desta pesquisa foi composto por dados gerados em giras conversas no GRAM. Foram seis videoconferências gravadas de encontros mensais, via *Google Meet*, de conversas entre nós, mulheres que somos bastante atuantes no GRAM, conforme detalhado acima. Todos esses dados foram gerados apenas após a aprovação do projeto pela Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio.

O *Google Meet*, oferecido pela empresa *Meta*, tem seu sigilo assegurado pela plataforma. Nesse aplicativo, a sinalização da gravação é informada assim que a participante ingressa em ambiente com esse recurso e há uma marca na tela em vermelho para que as margaridas sejam lembradas a todo tempo que estão sendo submetidas a uma interação gravada<sup>23</sup>.

Escolhi as interações para análise tendo como critério a existência de discussões sobre importantes questões sociais que friccionam feminismos, dentro e fora do GRAM, tais como o tratamento jurídico dado a um caso de estupro de vulnerável; a situação da mulher trans na sociedade brasileira; o preconceito social e a falta de apoio entre mulheres; e a (i)legalidade do aborto. As videoconferências, conforme ocorriam, foram sendo gravadas e armazenadas em um *Hard Disc* externo pela pesquisadora, de acordo com a anuência das participantes.

Para transcrição de dados falados, utilizei elementos baseados nas convenções do modelo de Sacks, Schegloff e Jefferson (1974) e Atkinson e Heritage (1984), autores caros à Análise da Conversa Etnometodológica. A transcrição está próxima à norma padrão da língua brasileira. Assim, ao analisar os dados gerados, contemplei as dinâmicas das conversas, ou seja, o que é discutido e como a interação é conduzida.

Entendo que essas atividades ofereceram a oportunidade de observar a interação entre as participantes, pois por meio delas posso observar *in loco* as semelhanças e diferenças entre as opiniões e as experiências das envolvidas, concretizando atitudes. Foram espaços propícios para sustentar as discussões coletivas e investigar as representações desse grupo específico (Gondim, 2002).

---

<sup>23</sup> Mais informações sobre a Plataforma podem ser obtidas pelo endereço <https://workspace.google.com/intl/pt-BR/>

Tomei os devidos cuidados para cumprir as Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016, do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa com seres humanos, bem como atender às Orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual<sup>24</sup>, de 3 de março de 2021, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa.

## 6.4

### **Diário de campo**

Em minha pesquisa, o diário de campo foi um valioso recurso metodológico, de natureza (auto)etnográfica. Esse material me possibilitou não só o registro de dados a partir da observação do grupo de apoio, mas também como uma espécie de prontuário para anotações sobre conversas informais que tive com elas e com nossa líder. Nele, também registrei dados que emergiram na observação das atividades do GRAM e reflexões sobre os caminhos que a pesquisa tomou.

Desde a aprovação deste projeto, realizei notas de campo de forma regular e sistemática daquilo que eu observava, criando um registro escrito acumulativo dessas experiências. Esse diário reflete as sensibilidades e os significados que são incorporados no campo, por ter estado perto e participado dos eventos com as assistidas do GRAM (Emerson et al., 2014).

Em diálogo direto e diário com o grupo investigado, sempre busquei atuar como pesquisadora pertencente à realidade estudada. Assim, o diário me permitiu entender situações que não seriam percebidas por meio de uma entrevista posterior, uma vez que as colaboradoras e assistidas estavam sendo observadas em sua própria realidade (Minayo, 1992).

Por fim, compreendo que o conhecimento que venho construindo com as demais mulheres do GRAM são atravessados por minhas percepções. Nesse sentido, realizei uma interpretação parcial e situada no tempo-espço, ou seja, indissociável entre o mundo objetivo e minha subjetividade.

---

<sup>24</sup> [https://cep.ensp.fiocruz.br/sites/default/files/carta\\_circular\\_01.2021.pdf](https://cep.ensp.fiocruz.br/sites/default/files/carta_circular_01.2021.pdf)

Acredito que as anotações que fiz foram úteis na construção do capítulo de análise. Entendo que, sem esse recurso em mãos, detalhes importantes poderiam escapar à memória meses depois da geração dos dados.

## 6.5

### **Aspectos éticos da pesquisa**

Como pesquisadora compreendo que um estudo dentro de uma perspectiva qualitativa e interpretativista necessita de um posicionamento ético e atencioso. Sua elaboração, sua divulgação e suas implicaturas acarretam não só novas percepções sobre o tema, mas também novas construções diante dos grupos e dos sujeitos que dela participam – o que pode, inclusive, trazer prejuízos e danos, caso seja conduzida de modo descuidado e irresponsável, mesmo que de maneira não intencional.

Princípios éticos regeram minhas escolhas desde o planejamento da pesquisa, o que me levou a preferir caminhos que não causassem sofrimento à nenhuma mulher assistida pelo GRAM. Nesse firme propósito, mantive procedimentos de proteção às integrantes do coletivo, bem como expliquei em diversas ocasiões as proposições da pesquisa da qual elas participaram de forma ativa.

Tenho entendimento que foi indispensável o consentimento informado, na forma de diálogo contínuo e reafirmação do consentimento ao longo da pesquisa. Essa parceria possibilitou a certeza de que as participantes estavam entendendo os objetivos da pesquisa, o seu papel como participantes, ao mesmo tempo em que deixei explícita a liberdade que todas elas tinham de desistir de participar a qualquer momento (Celani, 2005).

Desde o primeiro encontro, passando por minha permanência no campo como pesquisadora, tratei sobre as motivações que me levaram até o tema; as ferramentas utilizadas para a geração de dados; os apontamentos que feitos em um diário de campo; as etapas a serem percorridas durante a investigação; futuras divulgações dos dados (tese, artigos, congressos, etc.); e possíveis problematizações em relação à identificação das participantes, mesmo com nomes fictícios.

Além disso, conforme as Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016, do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa com seres humanos, as participantes formalizaram o aceite para participação na pesquisa por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (anexo II), permitindo que os dados gerados pudessem servir de base para o presente estudo. O termo foi disponibilizado por mim em arquivo digital (.PDF) por e-mail. O documento foi baixado e impresso pela participante. Em seguida, foi assinado de próprio punho por ela, escaneado com a assinatura e remetido (também em .PDF) para o meu e-mail.

Quanto à observação dos dados no grupo de *WhatsApp* GRAM especificamente, estive atenta à privacidade, aos requisitos de proteção de dados sensíveis expressos na Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018). A referida lei se dedica à proteção de dados e define, no artigo 12, que os dados anonimizados não recebem a proteção conferida aos dados pessoais e sensíveis. Ainda assim, reitero que recebi a anuência da administradora do grupo de *WhatsApp* em questão, conforme o anexo I.

Para nossa segurança, os dados da pesquisa foram arquivados em um *Hard Disc* externo – instrumento pessoal ao qual apenas minha orientadora e eu temos acesso. Os dados armazenados serão disponibilizados às participantes em DVD, quando solicitado.

Apresentado o percurso metodológico, passarei à análise de dados no próximo capítulo.

## 7

### Feminismos em gira

Para a discussão das narrativas que emergem nas giras de conversa em questão, selecionei quatro fragmentos, os quais organizei em temas “de fora para dentro” do Grupo de Apoio à Mulher (GRAM). Aqui analisarei esses excertos no intuito de encaminhar minha discussão em relação à construção de narrativas e posicionamentos pelas integrantes do coletivo e aos discursos que emergem nessas interações.

Como ponto de partida, lançarei mão de algumas categorias labovianas, sobretudo a orientação e a avaliação e que me permitirão delimitar as narrativas presentes. Em seguida, articulo com contribuições teóricas mais atentas à relevância das histórias no mundo social e à construção interacional delas, como o modelo dos posicionamentos em três níveis (Bamberg, 1997) e do conceito de performances (Bauman, 1986).

Além desses teóricos mais preocupados em observar a linguagem em uso, também me apoio em contribuições das estudiosas de outras áreas que tratam das violências de gênero e dos feminismos das quatro ondas, já apresentadas nos capítulos anteriores.

#### 7.1

#### **“Não é possível que uma juíza coloque os valores pessoais dela acima da lei”**

Nesta seção, analiso um fragmento da gira de conversa ocorrida em 23 de junho de 2022, cujo tema principal é uma audiência em que uma juíza e uma promotora do estado de Santa Catarina induziram uma criança de 10 anos, estuprada e engravidada, a manter a gestação.

A gravação da audiência foi divulgada pela plataforma *Intercept Brasil* e tomou grande repercussão nacional, movimentando liberais e conservadores. A menina foi pressionada pela juíza Joana Ribeiro Zimmer e pela promotora Mirela

Dutra Alberton a desistir do aborto legal, em uma audiência marcada por irregularidades.

As gravações em vídeo que circularam na web à época evidenciaram que tanto a menina quanto a sua mãe manifestava o desejo de interromper a gestação. Após a grande repercussão do caso, a menina, que foi mantida em um abrigo para não abortar, voltou para casa e realizou o procedimento de interrupção da gestação.

Nesta interação, participamos Lélia, Pagu, Anita, Augusta e Penha e eu. Todas nós estávamos cientes da situação, seja porque tivemos contato com a reportagem na íntegra, seja porque participamos de debate(s) em outro(s) momento(s) interacional(is), em outro(s) espaço(s). A gira de conversa esteve centrada na construção da revitimização da criança ocorrida ao longo da audiência divulgada.

Fragmento 1 – “Não é possível que uma juíza coloque os valores pessoais acima da lei”

001	Lélia	a nossa gira de hoje é muito importante... tem um
002		tema muito, muito bizarro, mas necessário de
003		debater, né↑... foi uma semana de bizarrice... a
004		criança de onze anos e a mulher lá, juíza... hoje
005		o debate é sobre a situação dessa criança, quem
006		quer começar levanta a mãozinha↑
007	Pagu	eu preciso falar porque a situação dessa criança me
008		deixou dois dias <u>tonta</u> ... porque <u>bizarro</u> ainda não
009		define... eu não sei se vocês viram o site do
010		intercept, eles conseguiram uma gravação e fizeram
011		uma reportagem sobre essa audiência... <u>gente</u> , é de
012		< <u>revirar</u> o estômago>... <u>não é possível</u> que uma juíza
013		coloque os valores pessoais <u>dela aci- acima</u> da [lei]
014	Anita	[e
015		uma] <u>outra</u> mulher, né, isso que assusta
016	Pagu	ela é mulher, o que pra mim ainda é um agravante,
017		é um magistrado, um magistr <u>ado</u> que coloca a sua
018		opinião pessoal acima da <u>lei</u> ... gente, se eu colocar
019		minha opinião pessoal acima do meu trabalho, eu tô
020		sendo <u>antiética</u> ... a isenção faz parte da
021		[ <u>profissão</u> ]
022	Augusta	[o negócio] é que os valores tão todos eles
023		conturbados, tão todos eles ao contrário, as
024		peças tão até brutalizadas... eu falo assi-
025		tenho percebido, ninguém mais se comove com nada...
026		ninguém mais se comove com agressão, com [nada]
027	Lélia	[ela]
028		induziu a criança, “você <u>aguenta</u> ficar mais um
029		pouquinho::↑”
030	Pagu	eu sinceramente tô <sem palavras>, eu passei dois
031		dias engasgada, porque olha...((suspiro))... alguém
032		aqui assistiu os contos de aia?, é uma série
033		distópica, as mulheres férteis são aprisionadas
034		como camareiras nas casas dos mais importantes, dos
035		mais ricos, dos mais influentes, <u>só que</u> , além de
036		camareiras, elas têm a obrigação de uma vez por mês

037		se deixarem <estuprar pelos patrões> pra
038		engravadar, pra que essas famílias tenham filhos...
039		e elas são completamente controladas por outras
040		mulheres... quando eu vi a história dessa menina,
041		e eu vi passar as quatro temporadas da série na
042		minha frente... é:: porque é exatamente esse tipo
043		de manipulação, esse tipo de linguagem coercitiva
044		de uma <u>mulher</u> , ainda por cima, sobre outra... de um
045		controle teoricamente moral sobre uma criança
046	Anita	e sobre o imoral, sobre um estupro
047	Pagu	então é o que eu disse, a palavra absurdo não
048		define, a palavra bizarro não define, e a gente
049		sabe que <u>acontece</u> ... gente, vocês <u>têm</u> noção do que
050		é ter uma criança tão criança assim?... <u>eu</u> tive que
051		<u>criar</u> minha irmã, tive que cuidar da minha irmã
052		desde que eu tinha dez anos de idade... vocês têm
053		noção de como isso é complicado pra cabeça da
054		gente?, e eu <u>só</u> criei a minha irmã, que era minha
055		<u>irmã</u> , tá↑... mas, que eu criei desde <u>bebezinha</u> ,
056		>obrigação de dar mamadeira, de cuidar, de trocar
057		a roupa, de pôr pra dormir<... e já era over, já
058		era <u>sobrecarga</u> ... porque eu tinha dez, onze anos de
059		idade nessa época... e aí a gente tem uma lei que
060		vem de mil novecentos e <u>quarenta</u> , tá com quase cem
061		anos a lei, que permite o aborto legal em <qualquer>
062		criança até quatorze anos de idade... e:: é isso aí
063		que acontece, o que a gente viu essa semana
064	Lélia	tá havendo uma certa-, uma ditadura mesmo, tipo uma
065		imposição, de forma errada, e que se da::ne, vai
066		sair atropelando tudo e::, o pessoal não tá nem
067		mais [aí]
068	Anita	[e] quantas passaram na mão dela, e não tiveram
069		essa chance, de ter uma audiência gravada, e como
070		tiveram a sua vida transformada pra <u>pior</u> ... é triste
071		isso, né↑
072	Pagu	além de ser triste, é:: <indignante>, <u>revoltante</u> ,
073		de revirar o <u>estômago</u> ... e a certeza da
074		impunidade... agora, por que uma pessoa como ela
075		tem certeza da impunidade, de poder fazer isso de
076		boa?... qual é o sistema no qual e- ela trabalha?...
077		quem são as pessoas ali à volta dela?, quais são os
078		valores que essas pessoas propagam pra ela achar
079		que tá tudo bem agir dessa maneira?... olha como
080		isso é <u>grande</u> , importante, e assustador... porque
081		se ela <u>tivesse</u> certeza de que >o negócio lá dos
082		magistrados que eu não lembro mais o nome< ia encher
083		o saco, eu garanto que ela não teria aberto a boca,
084		numa audiência gravada
085	Anita	ainda <u>bem</u> que alguém tornou público, ainda bem
086	Penha	exatamente... e se não tivesse vazado, essa menina
087		tava no abrigo até agora... esperando, ou morrer ou
088		essa criança nascer... o pior é que é mais provável
089		que ela morresse porque ela não tem condição física

O fragmento inicia na linha 1, quando Lélia introduz o tema a ser debatido nesta gira de conversa (linhas 1 a 6), em que tece um resumo já com viés avaliativo (foi uma semana de bizarrice – linha 3) e uma orientação (a criança

de onze anos e a mulher lá, juíza – linha 4) que traz as personagens dessa audiência sobre a qual todas nós já tínhamos algum conhecimento prévio. Entendo que esse conhecimento prévio possibilitou que várias de nós, integrantes do GRAM, colaborássemos com a construção da narrativa sobre a revitimização da menina durante a já referida audiência.

Lélia faz uma solicitação para que as participantes iniciem a recontagem: hoje o debate é sobre a situação dessa criança, quem quer começar levanta a mãozinha↑ (linhas 5 e 6). Compreendo que a entonação ascendente utilizada funcione como um convite para o engajamento de todas. A partir daqui, observo a construção colaborativa, com destaque para a inserção de diversos trechos avaliativos.

Logo em seguida, Pagu toma o turno, explicando eu preciso falar porque a situação dessa criança me deixou dois dias tonta (linhas 7 e 8) e constrói uma avaliação (porque bizarro ainda não define – linhas 8 e 9), em que retoma a mesma ideia utilizada por Lélia para avaliar a situação a ser construída pelas participantes da gira (bizarrice – bizarro). Aqui Pagu já parece querer retificar a escolha do termo utilizado por Lélia, pois bizarrice e/ou bizarro seriam incapazes de expressar tamanha falta de empatia e profissionalismo de uma juíza diante de uma criança tão vulnerável.

Em seguida, inicia a construção da ação complicadora em uma primeira sequência de orações narrativas (o site do Intercept, que é um jornalismo independente, eles conseguiram uma gravação, que depois foi, circulando pela internet, e fizeram uma reportagem sobre essa audiência – linhas 9 a 11). Pagu suspende a narrativa construindo uma avaliação externa em que performa alto envolvimento com o evento narrado (gente, é de <revirar o estômago>... não é possível que uma juíza coloque os valores pessoais dela aci- acima da [lei] – linhas 11 a 13). Ressalto aqui o emprego de artifícios linguísticos e paralinguísticos nessa performance. Quanto aos linguísticos, chama atenção a escolha de expressões que remetam a sensações físicas tonta (linha 8) e revirar o estômago (linha 12). Já os elementos paralinguísticos contribuem para o reforço de uma ideia de repulsa às atitudes da juíza.

Na sequência, Anita, Augusta e Penha se engajam em uma colaboração na construção da narrativa da audiência. Anita é a primeira e toma o turno sobrepondo-se à fala de Pagu ([e uma] outra mulher, né↑, isso que assusta – linha 15). Nesse turno, Anita destaca a questão de gênero em sua avaliação, visto que esperaríamos solidariedade entre mulheres. Saliento aqui o assombro de Anita, enfaticamente marcado, ao trazer a personagem juíza: uma outra mulher que desfruta de um cargo de elevado poder e prestígio social. Dentro desse quadro de privilégios, a magistrada parece optar por uma prática social patriarcal em vez de combater esse sistema (Safiotti, 1992).

Retomando o turno, Pagu se mantém alinhada à Anita ao longo da construção de mais uma avaliação *ela é mulher, o que pra mim ainda é um agravante, é um magistrado, um magistrado que coloca a sua opinião pessoal acima da lei* (linhas 16 a 18). Em seguida, traça um paralelo com o seu próprio fazer profissional com uma pequena narrativa hipotética (*gente, se eu colocar minha opinião pessoal acima do meu trabalho, eu tô sendo antiética... a isenção faz parte da profissão* – linhas 18 a 21).

Saliento que, por mais que uma juíza seja uma mulher e desfrute de um cargo ao qual ela teve acesso a partir das lutas por igualdade de gênero promovidas por um feminismo que atenda melhor os anseios de mulheres detentoras de diversos privilégios sociais, a questão da violência de gênero ainda é considerada por grande parte dos magistrados como não prioritária. Mesmo em se tratando de uma criança neste caso, alguns operadores da Lei apresentam resistência em relação aos pareceres apresentados sobre as sobreviventes feitos por profissionais de saúde mental e assistentes sociais. Aqui também se aponta para uma noção idealizada de família/maternidade (Lisboa; Zucco, 2022) que parece ser a razão do questionamento da juíza à menina, que será trazido por Lélia a seguir.

Por meio desta fala construída, que se remete a um dos questionamentos polêmicos que tal juíza teria feito para a menina durante a audiência (“*você aguenta ficar mais um pouquinho::↑*” – linhas 28 e 29), nossa líder anima a voz desta personagem para encenar a história. Assim, traz o diálogo construído a partir do uso do verbo *induziu*, novamente indicando o desrespeito da juíza diante da livre vontade da menina em findar aquela gestação.

Quanto aos efeitos do uso do diálogo construído em nossa interação, creio oportuno retomar a perspectiva apresentada em Tannen (1989) de que o relato das palavras usadas por outrem em outra ocasião não é um mero relato de conteúdo, mas uma ressignificação que acontece quando um trecho discursivo é recuperado numa outra situação. Desse modo a autora defende o uso do termo “discurso construído”, o que ressalta a coconstrução do significado e a relação entre a situação relatada e o momento interacional. Isso se dá porque o processo ativa dois contextos concomitantes – o reportado e o em que se dá o relato (Tannen, 1989). Interpreto como recurso manipulado estrategicamente por quem conta uma história e se torna relevante para a percepção sobre as narrativas como local de construção identitária.

Pagu retoma o turno, avaliando (eu sinceramente tô <sem palavras>, eu passei dois dias engasgada, porque olha... ((suspiro)) – linhas 30 e 31). Ressalto aqui mais uma vez o emprego de artifícios linguísticos e paralinguísticos nessa performance de Pagu. Quanto aos linguísticos, chama atenção a insistência na remissão a sensações físicas engasgada (linha 31). Já os elementos paralinguísticos contribuem mais uma vez para a ideia de desaprovação das atitudes da juíza, como a desaceleração da fala <sem palavras> e da pausa seguida de um suspiro (linha 31).

Em nossa interação, Pagu traz uma breve história, na qual apresenta às demais participantes uma série de bastante sucesso, sobretudo entre nós feministas, disponível em uma famosa plataforma de serviço de *streaming* (linhas 31 a 45). Ao construir a coda, Pagu compara a ficção distópica com a realidade vivida pela menina noticiada pelo *Intercept*: quando eu vi a história dessa menina, e eu vi passar as quatro temporadas da série na minha frente... é:: porque é exatamente esse tipo de manipulação, esse tipo de linguagem coercitiva de uma mulher, ainda por cima, sobre outra... de um controle teoricamente moral sobre uma criança (linhas 40 a 45), construindo suas avaliações por meio de ênfases prosódicas em mulher e criança. Compreendo que a avaliação feita por Pagu como uma avaliação moral (Linde, 1997) do comportamento da juíza divulgado em vídeo, em que apresenta mais uma vez sua discordância com tais atitudes, possibilita o entendimento da relação entre a dimensão linguística e a dimensão social.

No turno seguinte, mais uma vez Anita se alinha à Pagu e sobre o imoral, sobre um estupro (linha 46), contribuindo com a avaliação já construída por Pagu. Aqui Anita também traz sua avaliação bastante marcada, com ênfases fonológicas, reforçando o horror coletivo diante dos fatos.

Retomando o turno e a ideia (então é o que eu disse – linha 47), Pagu constrói mais uma avaliação (a palavra absurdo não define, a palavra bizarro não define – linhas 47 e 48), em que com paralelismo e repetição de bizarro, ideia levantada anteriormente por Lélia, reforça o quão ruim é a situação que está sendo narrada.

Essas estratégias linguísticas usadas para a construção de uma imagem sobre essa audiência como esdrúxula merecem atenção. Atentando ao que se repete desde a fala de Lélia, Pennycook (2010) nos ensina que o que se repete não está simplesmente se remetendo a um sentido cristalizado, mas apontando para a geração de novos significados. Nesse sentido, a nova situação de uso por Pagu parece promover a ampliação do significado de bizarro ao se apropriar e repeti-lo. Nesse caso, implica a inserção daquilo que se diz numa rede de significados e esquemas interpretativos que tanto precedem quanto sucedem o momento do uso.

Em seguida, Pagu encaixa mais uma narrativa gente, vocês têm noção do que é ter uma criança tão criança assim? – linhas 49 e 50), cuja entonação ascendente presente é um convite à reflexão sobre a maternidade na infância e na adolescência. E, a partir desse resumo, Pagu constrói uma narrativa, em que tece sua experiência como cuidadora de sua irmã: eu tive que criar minha irmã, tive que cuidar da minha irmã desde que eu tinha dez anos de idade (linhas 50 a 52). Nessa ação complicadora, Pagu enfatiza que foi dela (eu) a atribuição de cuidar de uma criança, ou seja, uma responsabilidade maior do que deveria ser atribuída à pequena Pagu. Atento também para o verbo modal tive, indicando a necessidade ou obrigação, quanto aos cuidados mais básicos, construindo-se como uma criança repleta de obrigações.

Pagu suspende a narrativa para avaliar mais detidamente. Aqui ela novamente se remete às demais participantes da interação, convidando à reflexão: vocês têm noção de como isso é complicado pra cabeça da gente?, e eu só criei a minha irmã, que era minha irmã

tá↑ (linhas 52 a 54). Aqui, mais uma vez, Pagu enfatiza só e irmã para destacar que não havia uma obrigação social e legal sobre a irmã. E retoma a ação complicadora, eu criei desde bebezinha, com ênfase no som em bebezinha, indicando o quão cedo começaram os cuidados com a irmã e, em seguida, construindo suas obrigações rotineiras com fala acelerada: >obrigação de dar mamadeira, de cuidar, de trocar a roupa, de pôr pra dormir< (linhas 56 e 57) e avalia que já era over, já era sobrecarga... porque eu tinha dez, onze anos de idade nessa época (linhas 57 a 59).

Nas linhas 59 a 62, Pagu encerra seu turno com uma coda avaliativa, em que volta para o tempo da interação, chamando atenção para a legislação que ampara crianças e adolescentes à realização do aborto e aí a gente tem uma lei que vem de mil novecentos e quarenta, tá com quase cem anos a lei, que permite o aborto legal em <qualquer> criança até quatorze anos de idade (linhas 59 a 62), destacando o ano de sanção da lei<sup>25</sup>, o que remete a uma lei bastante antiga, e sobre as beneficiárias dessa lei, reforçando com lentidão na fala, reforçando que <qualquer> criança dentro daquela faixa é/deve ser livre de quaisquer discussões sobre abortar ou não. Na linha 64, Lélia toma o turno, alinhando-se à Pagu ao construir sua avaliação. Nas linhas seguintes, Anita e Pagu seguem alternando turnos, mantendo o alinhamento.

Sobre o fragmento como um todo, trata-se de uma narrativa tecida a muitas mãos. Apresenta poucos momentos de ação complicadora e muitos trechos avaliativos. Tal composição parece sinalizar que o foco do grupo de mulheres que participam dessa interação é muito mais avaliativo que referencial. Nesse sentido, entendo que seja mais importante aqui o desenho de um “pano de fundo”, o qual possibilite que essas margaridas se construam como providas de sororidade.

Esse movimento narrativo traçado pelas participantes ao recontarem uma audiência tão polêmica ecoa uma percepção enunciada em Labov e Waletzky

---

<sup>25</sup> Art. 128 do Decreto Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940:

Não se pune o aborto praticado por médico:

I – se não há outro meio de salvar a vida da gestante;

II – se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal.

(1967) sobre uma das possíveis funções das avaliações: promover o auto engrandecimento de quem narra. Assim, de alguma maneira, todas as participantes envolvem-se nesta construção, buscando construir-se como feministas empáticas diante de tamanha violência moral, afiliadas a um feminismo que acolhe outras mulheres em situação de vulnerabilidade e que verdadeiramente respeitem o desejo de mulheres periféricas nas tomadas de decisão de qual melhor caminho seguir.

No modelo de posicionamentos, Bamberg (1997, 2002) propõe a articulação da análise linguística com uma análise discursiva acerca dos significados construídos não somente na e sobre a interação face a face, como também no que diz respeito àqueles constituídos em relação ao mundo social no qual os interagentes estão inseridos. Nesse sentido, realço que, para Bamberg (2002, p. 155), o modo como as pessoas “pensam e interpretam a si mesmas não é um reflexo de ideologias sociais já existentes, ou discursos com D maiúsculo”. Tais modos são construídos microgeneticamente em interações situadas em uma dada circunstância social, “já que o objetivo é ser entendido pelos outros” (Bamberg, 2002, p. 155).

Neste estudo, os posicionamentos das participantes na dimensão das giras de conversa, assim como os posicionamentos dos personagens na dimensão da narrativa, configuram-se como um instrumental relevante na análise dos entendimentos emergentes nas interações que apontam para questões sobre feminismos e violência de gênero entre mulheres diante das histórias de violência de gênero.

Na narrativa construída de forma colaborativa e que conduz este segmento, observo, pelo viés do nível 1 de análise, fase em que o foco é a construção de personagens com relação uns aos outros, que as ações das personagens juíza e criança são expressas na recontagem de uma narrativa a partir de vídeos divulgados pelo portal de internet. As ações das duas personagens em si são menos desenvolvidas que as avaliações que se têm sobre essas ações. Assim, as integrantes do GRAM constroem a criança como revitimizada, pois além de ter sido vítima de violência sexual por alguém do sexo masculino, foi vítima de violência institucional por parte de uma mulher juíza (e todo o sistema patriarcal que envolve a magistratura) que se torna responsável pelo processo de abortamento legal, ao tomar atitudes antiéticas. É possível perceber essa construção por meio de elementos linguísticos e paralinguísticos nas falas das participantes.

Como exemplo de tais elementos, cito o uso frequente do substantivo *menina* por todas as participantes da interação e da expressão um magistrado que coloca a sua opinião pessoal acima da lei (linha 17), na qual as ênfases feitas por Pagu apontam para o cargo exercido pela mulher agente da revitimização (magistrado) e àquilo que está sendo gravemente infringido (lei).

Destaco também que a construção discursiva por intermédio da fala das participantes posiciona a menina como uma criança desprovida de agência, à mercê das ações de outrem, neste caso, da juíza. Esta, por sua vez, detém toda a agência na narrativa, o que fica exposto, por exemplo, com a utilização do verbo *induziu* e dos substantivos *manipulação* e *controle*.

Enfocando a razão da contagem de uma história em um determinado ponto da interação e o efeito que as narradoras desejam alcançar (Bamberg, 1997, 2002), nesse nível 2, volto-me para como Pagu posiciona suas interlocutoras na situação interativa, sobretudo, quando ela (re)constrói sua história nas linhas 47 e 48. Nesse cenário, Pagu recorre à narrativa com vistas a argumentar, com sua experiência pessoal, o que compreende que a palavra *absurdo* não define, a palavra *bizarro* não define: a negativa de um aborto legal a uma criança vítima de estupro.

De maneira geral, interpreto que, ao encaixar essa narrativa de experiência como criança-irmã-cuidadora e que, no tempo da narrativa tinha a mesma idade da criança tratada na reportagem da plataforma *Intercept Brasil*, Pagu visa reforçar o quanto um bebê na vida de uma criança é incompatível com uma rotina infantil<sup>26</sup>, que deveria ser estudar e brincar. Mesmo assim, ela toma apenas um dos aspectos que envolve a situação da menina: maternidade/maternagem na infância.

Em sua fala, Pagu usa uma pergunta retórica para convidar a todas nós à reflexão: vocês têm noção do que é ter uma criança tão criança assim? (linhas 49 e 50), sinalizando a importância de todas pensarmos

---

<sup>26</sup> Art. 15 do Estatuto da Criança e do Adolescente: “A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

[...]

IV – brincar, praticar esportes e divertir-se.” (ECA\_1990)

criticamente sobre a realidade dela e da menina revitimizada (e de outras meninas, mundo afora). Interpreto também que indica que o GRAM precisa ser um espaço reflexivo capaz de desenvolver a empatia por meio do exercício de se colocar no lugar da outra mulher/menina, considerando sua realidade específica e as ferramentas possíveis para a amenização daquela dor. O mesmo ocorre mais adiante, nas linhas 52 a 54: vocês têm noção de como isso é complicado pra a cabeça da gente?, momento em que, (re)força a reflexão crítica de todas as demais interagentes.

Ao ampliar a análise de posicionamentos para o nível 3, enfoco o modo como as (co)narradoras constroem, para si e para a audiência, sentido de suas ações no mundo. Mediante tal perspectiva, verifico não só a construção da sororidade, como também da responsabilidade do grupo quanto à prática da sororidade.

## 7.2

### “A gente tem que olhar a especificidade de cada tipo de mulher”

Nesta seção, analiso um excerto da gira de conversa ocorrida em 28 de outubro de 2022, que tem como tema principal nossas experiências em outras organizações que atuam com mulheres. Nesta interação, participamos Lélia, Kátia, Almerinda, Augusta, Penha e eu.

#### Fragmento 2 – “A gente tem que olhar a especificidade de cada tipo de mulher”

001	Almerinda	é:: ontem aqui em caxias, veio uma suíça dar
002		palestra sobre >poupar água e reaproveitar<... e
003		a mulher lá falou “ah, vocês têm que
004		economizar, têm que aprender a reutilizar”, e
005		a gente, dentro da nossa rotina, a gente já
006		faz isso tudo, a gente reaproveita por
007		necessidade, então quer dizer, aquilo que ela
008		falou naquele momento, aquilo ali, na nossa
009		vida, é uma coisa tão comum, né↑... mal
010		comparando, é a mesma coisa quando a gente fala
011		de violência contra a mulher, existe aquela
012		escala de:: da violência contra a mulher negra
013		periférica trans, enfim... infelizmente, aquele
014		tapa que <u>pra gente</u> é bizarro, às vezes é a
015		<u>rotina</u> da outra, a gente às vezes passa por
016		coisas que é difícil da gente conceber, e a
017		outra mana passou aquilo a vida inteira,
018		né↑... então, >eu não sei se eu estou
019		conseguindo me fazer entender<, então, a gente

020		tem que olhar a especificidade de cada tipo de
021		mulher... as pessoas num, não dão a devida
022		importância à dor [da outra]
023	Lélia	[toda vez] que eu ouço sobre
024		violência contra a mulher, eu não consigo não
025		focar na dor da mulher trans e por que que ela
026		só foi incluída na lei maria da penha depois?,
027		no quanto a gente tem que:: que tirar esse
028		preconceito de dentro do conceito de mulher,
029		né↑ eu sempre tive uma luta muito grande aqui
030		no rio com relação a isso dentro duma
031		associação feminista que eu tô há muitos anos,
032		lá até hoje eu só vi mulher trans fazendo
033		trabalho administrativo, bastidor, ajudando na
034		barraca, nunca deixaram trans participar da
035		liderança, nunca deixaram atuar como
036		representante dentro dessa rede, e eu sei que
037		existem várias trans lideranças em outros
038		coletivos no rio de janeiro, e por que que
039		nesse ainda não teve essa abertura?, que luta
040		é essa que segrega?... se a gente não conseguir
041		transpor essa barreira entre a gente, o
042		patriarcado vai se manter eternamente, a gente
043		tem que mudar pela gente mesmas, entendeu↑,
044		começar a se unir mais, a abrir espaço
045		[pra todas]
046	Kátia	[essas re]flexões Lélia, elas fazem pensar que
047		a gente ainda tá no campo da <rivalidade>, que
048		foi isso que o patriarcado pregou pra gente,
049		né↑, pra nós mulheres trans, por exemplo, eu
050		saí muito cedo de casa, saí de casa e fui
051		ganhar a vida, e fiquei no campo da
052		prostituição, e o espaço da prostituição é um
053		espaço assustador porque se a outra tomar o
054		seu espaço ali de de:: prostituição, no outro
055		dia você não tem o dinheiro pra pagar a
056		cafetina, o lugar que você vai dormir, então
057		tem que expulsar a outra dali, não tem espaço
058		pra duas... começa uma briga... são coisas
059		assim <assustadoras>, que não são contadas
060		diariamente, e maior que isso é a violência no
061		quesito de homens matando mulheres trans, por
062		não assumirem sua sexualidade ou por não
063		assumirem um relacionamento com a mulher trans
064		porque a vida deles pode ser exposta a qualquer
065		momento... então, ali é tanta coisa
066		vivenciada, sabe↑, e aí você fica se
067		perguntando por que essa rivalidade↑, por que
068		que a gente não ainda não se uniu?, a gente
069		não se uniu porque muitas de nós ainda vivem
070		fora do processo de empoderamento, e tem as
071		que se empoderaram, mas ainda não conseguiram
072		se empoderar ao nível de conseguir ver a outra
073		como parceira de luta... a gente pode usar até
074		uma frase bíblica que diz grande é a seara,
075		poucos são os trabalhadores, né↑, então, é
076		grande o movimento que a gente tem que fazer,
077		mas poucas somos nós que pensamos dessa forma
078		de tentar trazer as outras pro nosso meio
079		

Almerinda contextualiza a narrativa para as demais margaridas presentes na interação apresentando, por meio de recursos linguísticos espaço-temporais em que a história teria ocorrido (ontem aqui em caxias – linha 1). Em seguida traz o resumo veio uma suíça dar palestra sobre >poupar água e reaproveitar< (linhas 1 e 2) e a ação complicadora e a mulher lá falou “ah, vocês têm que economizar, têm que aprender a reutilizar” (linhas 3 e 4).

Ao se referir ao tema da palestra, Almerinda pronuncia as palavras de forma acelerada, possivelmente indicando a obviedade que o assunto representa para si. Em seguida, a partir de um registro informal, a margarida traz o que teria sido a fala da palestrante estrangeira, animando a voz desta personagem para encenar a história. Assim, traz o diálogo construído a partir do uso do verbo discendi falou, no qual a estrangeira teria utilizado o pronome vocês e o verbo modal têm, indicando ser obrigação do público presente economizar e reutilizar, como cidadãos ecologicamente conscientes, em seu cotidiano.

Logo em seguida, Almerinda avalia, tratando da obviedade da temática da palestra para os espectadores daquele evento: e a gente, dentro da nossa rotina, a gente já faz isso tudo, a gente reaproveita por necessidade, então quer dizer, aquilo que ela falou naquele momento, aquilo ali, na nossa vida, é uma coisa tão comum (linhas 5 a 9). Para essa construção, Almerinda usa repetidamente o indexical a gente, marcando pertencimento a esta audiência de mulheres periféricas. Outrossim, resalto a presença de expressões que retomam as ações propostas pela palestrante já faz isso tudo (linha 6) e (uma coisa tão comum – linha 9), em que já e tão reforçam essa “naturalidade”.

Chamo atenção também para a discrepância de objetivos em poupar água e reaproveitar e/ou economizar e reutilizar trazidos por meio da narrativa. Enquanto a personagem palestrante tem uma visão meramente ambiental, a narradora constrói para si e para o grupo da assistência uma ação por carência material, marcada lexicalmente pelo termo necessidade, em que a ênfase no som presente reforça essa ideia.

Nessa fala, observo uma remissão aos discursos de um feminismo branco e de países considerados desenvolvidos, que pauta comportamentos com tendência globalizante, e que não conhece nem respeita especificidades locais (Zakaria, 2021). Ao contrário da Suíça, onde há um altíssimo índice de desenvolvimento humano, que leva em conta renda, educação e saúde, em Duque de Caxias, cidade brasileira da Baixada Fluminense, por exemplo, a depender do distrito e do bairro, o abastecimento de água é feito apenas uma ou duas vezes por semana, obrigando suas moradoras a pouparem a pouca água encanada a que têm acesso.

Dando prosseguimento ao seu turno, Almerinda continua avaliando, mas agora de forma comparativa (mal comparando, é a mesma coisa quando a gente fala de violência contra a mulher – linhas 10 e 11). Nessa avaliação por comparação (Labov, 1972), a narradora explora tanto a ignorância da palestrante, como uma mulher de um país considerado desenvolvido, sobre a realidade das mulheres da região de Caxias, tanto a nossa ignorância, como membras de um coletivo contra a violência de gênero, em relação às realidades de raça, classe social e identidade de gênero, que atravessam as experiências de violência contra a mulher no Brasil (aquela escala de :: da violência contra a mulher negra, periférica, trans, enfim – linhas 11 a 13). E continua a comparação, exemplificando os contrastes que envolvem esse tipo de violência em um nível mais micro: infelizmente, aquele tapa que pra gente é bizarro, às vezes é a rotina da outra, a gente às vezes passa por coisas que é difícil da gente conceber, e a outra mana passou aquilo a vida inteira (linhas 13 a 17).

Nessa comparação, Almerinda recorre lexicalmente à expressão aquele tapa para se referir metonimicamente a uma violência física, e retoma a ideia de violência, mais genericamente, em coisas. Outrossim, contrasta nossas percepções gerais como feministas, grupo ao qual se inclui por meio do indexical a gente, avaliando a violência como algo bizarro e difícil de conceber; com as percepções de outra mana, que não se fortaleceu e/ou não se libertou da violência por razões diversas, por meio da expressão rotina, enfaticamente marcada por Almerinda, chamando atenção para essa realidade adversa. A rotinização, inclusive, é uma das características específicas da violência doméstica

e isso contribui para a uma codependência, estabelecendo uma sensação de prisão (Saffioti, 2011).

Mediante o nível 1 de análise de posicionamentos na narrativa (Bamberg, 1997, 2002), interpreto que a personagem palestrante é posicionada como alguém alienada da realidade das mulheres caxienses presentes no evento que foi presenciado e narrado por Almerinda. Na fala dessa personagem, construída por Almerinda, há incitação a ações que tal palestrante pressuporia que o público não faz. A construção linguística da incitação se configura no uso do verbo *têm* no presente do indicativo atrelado a verbos principais de ação, corroborando, assim, para a construção do posicionamento da estrangeira por Almerinda como alguém que não é capaz de olhar a especificidade de cada tipo de mulher (linhas 19 e 20).

Ainda sob o enfoque do nível 1 de análise, Almerinda posiciona suas conterrâneas e a si mesma como adaptadas à realidade que vivem na região, pois já faz isso tudo o que foi “ensinado” pela palestrante.

No nível 2 de análise, busco observar a razão de Almerinda contar esta história neste momento da interação e efeito desejaria alcançar (Bamberg, 1997, 2002). Nesse sentido, interpreto que ela indica fortemente que nós feministas que atuamos no combate à violência de gênero precisamos refletir sobre nossas práticas, no que diz respeito à observação de todo o cenário em que a vítima está inserida para um melhor acolhimento.

Também observo como Almerinda tece, a partir de uma avaliação (Linde, 1997), a realidade social diversa entre nós sobreviventes de violência de gênero. Ela cria uma contraposição entre mulheres já fortalecidas e as que não se libertaram de seus algozes.

Para tal, posiciona mulheres mais vulneráveis como mais expostas a situações de violência de gênero, cujo histórico de abusos é marcado pelas expressões *rotina/ passou aquilo a vida inteira* (linha 17). De outro lado, estariam mulheres mais fortalecidas como nós que participamos da interação que lemos esse mesmo histórico como *bizarro/ difícil da gente conceber* (linha 16).

Ao enfatizar fonologicamente pra gente, Almerinda posiciona a si e as integrantes do GRAM como empoderadas, a ponto de não tolerarmos mais as

violências. Finalizando o turno, Almerinda posiciona a si mesma, com o uso do indexical “a gente”, e as demais interagentes como agentes da própria prática feminista, levando em conta, em nosso trabalho, a especificidade de cada tipo de mulher (linha 20).

Ampliando a análise para o nível 3, compreendo que Almerinda constrói para si e para a audiência a responsabilidade do coletivo quanto à necessidade de um processo mais plural e atento no apoio e acolhimento de mulheres em situação de violência de gênero. Nesse cenário, emergem a agentividade e a responsabilidade de se analisar a condição de cada margarida para se traçar caminhos mais eficientes de libertação da violência e efetivo fortalecimento socioemocional para que tal assistida não se permita construir novos relacionamentos violentos.

A seguir, Lélia toma o turno com uma breve sobreposição à fala de Almerinda, demonstrando engajamento na gira de conversa e buscando o enfoque, a partir desse momento da interação, para a realidade, a que avalia como dor, de mulheres trans diante da violência de gênero ([toda vez] que eu ouço sobre violência contra a mulher, eu não consigo não focar na dor da mulher trans – linhas 23 a 25). Em seguida, traça questionamentos que remetem a uma luta feminista com viés mais plural e inclusivo, tanto diante da Lei (por que que ela só foi incluída na lei maria da penha depois? – linhas 25 e 26), quanto em outros espaços da sociedade civil: a gente tem que:: que tirar esse preconceito de dentro do conceito de mulher (linhas 27 e 28).

Imediatamente, Lélia segue na construção de uma história, cujo ponto é a segregação de mulheres trans dentro de uma associação feminista que também atua no combate à violência de gênero. Segundo Bastos (2005), “construímos as histórias que contamos em função da situação de comunicação (quando, onde e para quem contamos), de filtros afetivos e culturais, e do que estamos fazendo ao contar uma história” (p. 80). Assim, direciono o olhar analítico para esta história (linhas 29 a 40), em que Lélia exemplifica, para as participantes desta gira de conversa, uma experiência discriminatória que vem ocorrendo na associação em que atua desde o começo de sua trajetória como sobrevivente e ativista contra a violência de gênero.

Essa vivência é inicialmente sumarizada em eu sempre tive uma luta muito grande aqui no rio com relação a isso dentro

duma associação feminista que eu tô há muitos anos (linhas 29 a 31), em que a narradora aponta que haverá um fluxo narrativo sobre tal circunstância. Ao mesmo tempo, interpreto que essa construção já aponta para apresentar um combate pessoal contra essa discriminação eu sempre tive uma luta muito grande (...) com relação a isso (linha 29) por discordar da instituição quanto às funções delegadas às companheiras trans.

Adiante, contextualiza no espaço (lá) e no tempo (até hoje) o que em seguida será contado em sua ação complicadora: eu só vi mulher trans fazendo trabalho administrativo, bastidor, ajudando na barraca, nunca deixaram trans participar da liderança, nunca deixaram atuar como representante dentro dessa rede (linhas 32 a 36). Ressalto aqui as marcas linguísticas só e nunca (seguida, em repetição, da forma verbal deixaram) e a ênfase fonológica em liderança e representante, que funcionam como uma avaliação interna e que são essenciais para que Lélia desenhe a disparidade de tratamento entre mulheres cis e trans dentro dessa rede feminista.

Chamo atenção também para a escolha da forma verbal deixaram, que, conjugada na terceira pessoa do plural, dificulta que se identifique quem (ou quais pessoas) dessa associação impede(m) mulheres trans de atuarem na linha de frente das lutas travadas pela instituição. Interpreto tal uso como estratégico para que Lélia não exponha totalmente essa organização. Ademais, em momento algum da interação, a idealizadora do GRAM revelou às participantes o nome da rede.

Encerrando a narração, Lélia lança mão de interrogações importantes para que as demais interagentes reflitam sobre a transfobia tratada: e eu sei que existem várias trans lideranças em outros coletivos no rio de janeiro, e por que que nesse ainda não teve essa abertura?, que luta é essa que segrega? (linhas 36 a 40). A partir desse estágio, fica mais latente o posicionamento de Lélia em relação a tudo o que veio sendo narrado. Essa ação passa a ser feita de modo externo, suspendendo aquilo que contava para construir seu ponto de vista e estabelecer sua relação com o grupo participante: se a gente não conseguir transpor essa barreira entre a gente, o patriarcado vai se manter eternamente, a gente tem que mudar pela gente mesmo,

entendeu↑, começar a se unir mais, a abrir espaço pra todas (linhas 40 a 45).

Nesse momento, ao fazer uso do indexical a gente, Lélia indica sua afiliação não só ao GRAM, mas também às feministas que combatem a transfobia dentro do movimento feminista. Ademais, ao observar a repetição de a gente, interpreto que a idealizadora do GRAM quer convocar as participantes da interação para essa luta que, apenas com a união de todas (mulheres cis e trans) é possível mudar para que o patriarcado não se mantenha eternamente.

Seguindo o modelo de análise de posicionamentos na narrativa (Bamberg, 1997, 2002), interpreto que, no nível 1, as personagens mulheres trans que atuam na associação feminista tratada são posicionadas como desvalorizadas (e subaproveitadas) em suas potencialidades de trabalho. Linguisticamente, a construção desse pouco-caso se configuraria no uso do advérbio só que traz consigo um valor restritivo para as ações que se seguem. Ressalto também a escolha pelo termo bastidor, onde é permitido uma mulher trans atuar nesta organização, que se contrapõe com os termos liderança e representante, espaços de decisão e destaque onde nunca deixaram as mulheres trans da rede estarem.

Ressalto também que a construção de Lélia parece não apontar para uma resistência por parte das mulheres trans a esse quadro de desvalorização. O movimento contra esse padrão estabelecido é construído por Lélia para si mesma, atribuindo-se agência, marcada pela primeira pessoa do singular (eu), em uma luta muito grande e que sempre travou contra essa segregação.

No nível 2 de análise, buscando entender a razão de Lélia construir essa história neste momento da interação e o impacto desejaria alcançar (Bamberg, 1997, 2002), observo que nossa líder buscou afunilar a discussão iniciada por Almerinda sobre a importância do olhar interseccional no combate à violência contra mulheres.

No caso construído por Almerinda, observo esforços empregados para ressaltar relações de classe e raça. Já na experiência de Lélia, o enfoque se dá na identidade de gênero não-cis. Nesse último caso delineado por Lélia, mesmo em uma associação feminista atenta às questões de classe e raça, não consegue tratar com igualdade as companheiras trans que transitam nesse espaço que também acolhe sobreviventes de violência de gênero. Nas palavras de Letícia Nascimento:

“o conceito de cisgeneridade é uma máquina de guerra discursiva que expõe o modo pelo qual corpos generificados se apropriam do direito de subalternizar outros corpos generificados” (Nascimento, 2021, p. 99).

No nível 3 de análise, interpreto que Lélia constrói para si e para a audiência, a responsabilidade do grupo quanto ao processo de apoio e acolhimento de mulheres cis e trans em situação de violência de gênero. Nesse cenário, emergem, assim como na fala de Almerinda, a agentividade e a responsabilidade para com a causa: a gente tem que mudar pela gente mesmas (linhas 42 e 43). No entanto, Lélia faz isso de maneira mais abrangente, visando transpor essa barreira entre a gente (linha 41) e defendendo a união entre mulheres e abrir espaço pra todas (linha 44), com ênfase prosódica em todas, referindo-se tanto às mulheres que se identificam com o gênero que foi designado quando nasceram, o qual é associado socialmente ao sexo biológico, quanto àquelas que não se identificam com essa marca. Caso não haja união, o patriarcado vai se manter eternamente (linha 42).

Após uma rápida sobreposição, Kátia toma o turno (linha 46) e passa a contar uma história, cujo ponto parece ser que a gente ainda tá no campo da <rivalidade> (linha 47). Seria uma condição que paira entre mulheres cis e trans indistintamente e que foi isso que o patriarcado pregou pra gente (linha 48). Por essa razão, teríamos cenários de discriminação dentro das próprias organizações feministas. Imediatamente, Kátia constrói o que chama de exemplo, ou seja, uma experiência sua como mulher trans (pra nós mulheres trans – linha 49), com uma ação complicadora breve que remete a uma realidade muito comum entre as mulheres trans: eu saí muito cedo de casa, saí de casa e fui ganhar a vida, e fiquei no campo da prostituição (linhas 50 a 52).

A partir daí, segue uma longa avaliação em que Kátia trata primeiramente do convívio entre mulheres trans no espaço da prostituição, onde ocorrem coisas assim <assustadoras>, que não são contadas diariamente (linhas 59 e 60). Chamo atenção para os recursos linguísticos e paralinguísticos em <assustadoras>, cuja ênfase associada ao retardamento da fala expressam as condições terríveis desse local de exploração capitalista de pessoas que romperam com os destinos naturais de seus corpos generificados.

Em um segundo momento desse trecho avaliativo, Kátia constrói um óbice maior que isso, apontando para um outro patamar ainda pior de violência a que mulheres trans estão submetidas: a violência no quesito de homens matando mulheres trans (linha 61), momento em que faz menção à expressão mais abjeta e trágica do caráter político das identidades de gênero: o transfeminicídio. E traça as motivações para esses assassinatos: por não assumirem sua sexualidade ou por não assumirem um relacionamento com a mulher trans porque a vida deles pode ser exposta a qualquer momento (linhas 62 a 65).

Ao adotar a proposta dos posicionamentos discursivos em três níveis de Bamberg para a análise da história de Kátia, observo a construção da narradora no mundo da história (nível 1 de posicionamento) como protagonista. Já a cafetina e a outra mulher trans que venha a tomar o seu espaço ali de de:: prostituição (linha 54) são posicionadas como suas antagonistas.

No entanto, não interpreto que durante essa construção seja apontada uma <rivalidade> interpessoal das três personagens em si, sobretudo no que diz respeito à narradora e a outra mulher trans. O que compreendo é que Kátia traz uma espécie de “normalização” de comportamentos nesse espaço da prostituição, reprodutor de um sistema cisheteropatriarcal, de exploração capitalista. Tal percepção é corroborada pelas escolhas linguísticas, como a expressão com o verbo modal ter (tem que expulsar) que expressa uma obrigatoriedade de ações, devido às circunstâncias. Nesse ambiente, algumas atitudes se tornariam comuns por necessidade de competição material, por sobrevivência, pois naquele lugar não tem espaço pra duas (linhas 57 e 58).

Se, no mundo da história, Kátia traz à tona uma situação comum da prostituição de mulheres trans, ao examinar a ordem interacional (nível 2 de posicionamento), percebo que ela avalia o ambiente em que trabalhou como um espaço onde ocorrem situações <assustadoras>, inclusive com o risco iminente de ser vítima de um transfeminicídio, cujo aniquilamento do corpo é uma forma de expressão e manutenção do poder masculino hipócrita, transfóbico e misógino (Bento, 2014). Essa história, além de exemplificar que a rivalidade entre mulheres estaria em toda parte, parece ter sido contada neste momento da interação

para que Kátia pudesse retomar as falas de Almerinda e Lélia: a necessidade de uma visão interseccional nas práticas feministas para o apoio adequado a sobreviventes de violência de gênero, bem como a dor diária das mulheres trans e que veem insipientes conquistas no âmbito dos direitos civis, políticos e sociais.

Em uma análise no nível 3, entendo que Kátia consegue amalgamar os questionamentos que balizaram as falas anteriores e apontar para uma resposta: e aí você fica se perguntando por que essa rivalidade↑, por que que a gente não ainda não se uniu?, a gente não se uniu porque muitas de nós ainda vivem fora do processo de empoderamento, e tem as que se empoderaram, mas ainda não conseguiram se empoderar ao nível de conseguir ver a outra como parceira de luta (linhas 66 a 74), em que constrói para si e para a audiência, a responsabilidade do grupo quanto à necessidade de um processo mais plural e atento no apoio e acolhimento de mulheres em situação de violência de gênero.

Nesse cenário, novamente, emergem, a agentividade e a responsabilidade de analisarmos as demandas de cada margarida para traçarmos caminhos mais eficientes de libertação da violência e efetivo fortalecimento socioemocional para que tal assistida não se permita construir novos relacionamentos nocivos.

### 7.3

#### **“Uma das psicólogas voluntárias julgou as meninas”**

Nesta seção, analiso um excerto da gira de conversa ocorrida em 20 de outubro de 2022, que tem como tema uma interação anterior entre voluntárias do GRAM. Nessa interação, uma profissional de saúde voluntária do coletivo defendeu uma fala polêmica do então presidente Jair Bolsonaro que estava em plena campanha para reeleição.

Nela, tal político insinuava que adolescentes venezuelanas a quem ele havia encontrado na comunidade São Sebastião em Brasília estariam se prostituindo. A gravação da entrevista foi divulgada pelo podcast Paparazzo Rubro-Negro e tomou grande repercussão nacional, novamente movimentando liberais e conservadores.

O descompasso entre a psicóloga e demais voluntárias foi tema desta roda de conversa gravada e transcrita por mim. Nela participamos Lélia, Simone, Anita, Augusta, Penha e eu. Todas nós estávamos cientes da fala de Bolsonaro, mas apenas Lélia e eu sabíamos da reação da psicóloga.

Fragmento 3 – “Uma das psicólogas voluntárias julgou as meninas”

001	Lélia	hoje nós tivemos um problema no grupo de voluntárias, foi colocada a questão da fala do Bolsonaro sobre as duas meninas, e uma das psicólogas voluntárias julgou as meni[nas]
005	Anita	[oi↑] como
006		assim, gente↑
007	Lélia	eu fico pensando a que ponto a gente tem que chegar pra escolher uma voluntária para trabalhar num coletivo acolhendo mulheres, e como isso passa pela política, pela classe social, por tudo, né↑...quer dizer, a gente só avalia o crp... será que isso é suficiente para uma mulher ter empatia pela outra?, só ver um registro no conselho↑, eu acho que não... porque pela fala da mulher, vocês tinham que ver, incompatível pra estar num grupo de acolhimento, num grupo de mulheres, num grupo de apoio e combate à violência [contra a mulher]
019	Anita	[pelo amor de deus], imagina, uma mulher defendendo o abusador↑
021	Lélia	quer dizer, não falta mais nada no mundo, pode acabar... há anos eu fico questionando a no- a nossa luta, a nossa militância, e se:: a gente tá, a gente acha que tá num lugar de refúgio, de acolhimento, de cuidado, e você vê uma fala dessa num lugar desse, onde a gente vem procurar proteção, né↑... e que tipo de atendimento tão dando, né↑, e de que forma a gente pode coibir esse tipo de gente dentro do gram↑... porque foi exatamente essa expressão que ela usou “esse tipo de gente”, quando ela se referiu às meninas, as crianças que estavam “arrumadinhas e pintou um clima”, aí pra minha sorte no grupo, todo mundo se levantou contra ela... a minha preocupação já era quem ia apoiar aquela fala, entendeu↑, pra ver o tamanho do estrago, sabe↑, mas pra honra e glória de todas as deusas, ela ficou isolada ali... e todo mundo recriminando a fala dela, e ela acabou se excluindo... porque não tem como ficar, né↑, num grupo como o nosso, com essa fala, não tem como ficar, não cabe ali, não há espaço para ela, ela que vá buscar um lugar onde ela se encaixe... enfim, eu fiquei assim, assustada... mas é bom a crise, a crise é boa porque ela separa as águas, né ↑, na hora da crise as pessoas se revelam... como tá perto da eleição as pessoas não tão conseguindo se segurar... se ela não conseguiu ter empatia por uma criança, como é que ela vai ter empatia com uma adulta, entendeu↑... se ela viu aquela situação e já julgou, como é que ela
022		
023		
024		
025		
026		
027		
028		
029		
030		
031		
032		
033		
034		
035		
036		
037		
038		
039		
040		
041		
042		
043		
044		
045		
046		
047		
048		
049		
050		

051		vai atender no gram, é↑...nossa, foi terrível,
052		julgou, condenou e ainda apoiou o abusador
053	Simone	essa mulher é psicóloga mesmo↑
054	Lélia	com crp e tudo, direitinho.
055	Simone	olha, eu tô chocada, me caiu o queixo agora você
056		falando
057	Marília	simone, já não é a primeira psicóloga que tem uma
058		postura acusatória em relação à mulher dentro do
059		gram... há um tempo atrás a lélia tava fazendo
060		uma triagem, e aí a psicóloga disse que a
061		assistida >que ela tava atendendo< tinha se
062		tornado a abusadora dentro dos relacionamentos,
063		acusando a margarida de ser uma pessoa abusiva
064		porque ela já não aceitava mais nenhum tipo de
065		destrato masculino... a psicóloga reclamou que a
066		mulher se doía muito à toa depois do primeiro
067		episódio de violência que ela tinha sofrido, e
068		ela nunca mais aceitou nada... colocando isso
069		como se fosse um erro, um problema dessa mulher...
070		e o mais triste é que foi uma psicóloga que se
071		tornou voluntária do grupo, depois de a lélia ter
072		atendido ela como margarida também.... então isso
073		parece que não é uma coisa assim tão incomum,
074		né↑... infelizmente... então, esse comportamento
075		já tinha acontecido antes... e o mais
076		interessante é que muitas vezes elas fazem
077		questão de permanecer no grupo como
078		voluntárias... a lélia fala pra elas se cuidarem
079		mais um pouco, se restabelecerem mais um pouco
080		antes de começar a atender, pra que elas não
081		tenham gatilho, a lélia tem essa preocupação...
082		mesmo assim, elas insistem muito, dizem que faz
083		parte do processo delas de cura, de libertação,
084		e quando retornam pra fazer o atendimento aí saem
085		essas pérolas, que são bastante assustadoras
086	Anita	eu passei por isso, eu contei pra lélia, eu fui
087		à defensoria com a minha questão, e eu criei uma
088		expectativa de acolhimento e de ser ouvida... aí
089		o tempo todo a defensora perguntava o que o meu
090		marido tava achando daquilo, >nós temos uma
091		diferença de idade de vinte e dois anos<, toda
092		hora ela queria saber como o meu marido ia se
093		sentir, quando era <u>ele</u> que tava provocando o
094		divórcio, quando <u>ele</u> que me levou a ficar
095		deprimida e várias outras violências... a partir
096		de um dado momento de várias tentativas, eu não
097		consegui falar mais nada pra defensora... pelo
098		meu marido ser cac e <u>bolsonarista</u> , eu expus isso
099		pra defensora, que o meu medo maior era de a gente
100		ter um atrito sério e da coisa ficar complicada
101		aqui em casa... e quando você tá lidando com uma
102		pessoa que não te deu acolhimento em relação ao
103		seu marido, e que é realmente perigoso↑... o que
104		eu estou dizendo é igual o caso que aconteceu da
105		psicóloga que se expôs no grupo de acolhimento
106		sendo psicóloga... é uma profissional que você
107		tem que jogar fora o mais rápido possível... e
108		que <u>bom</u> que teve esse momento em que ela mostrou
109		a face verdadeira, né↑
110	Simone	essa psicóloga que veio dizer que a assistida tá
111		sendo abusiva tem que estudar porque ela não

112		entende o que é uma relação de abuso... e é nesses
113		casos que a gente precisa ser muito grossa com a
114		peessoa
115	Anita	eu entendo que enquanto vítima, pra mim também é
116		muito difícil, você fica sem ação e às vezes tá
117		numa situação de extrema delicadeza...você tá
118		numa situação de extrema vulnerabilidade e você
119		não pode abrir a boca.... porque você vivencia
120		cada::, cada negativa... porque quando você
121		consegue força pra se abrir, você já passou por
122		um processo muito doloroso, muito difícil... e
123		aí, de quem você acha que você vai ouvir uma
124		palavra de apoio, ou só uma escuta sem julgamento,
125		>só isso<, e você não recebe... é <u>muito</u> difícil...
126		e você volta pro início, você não consegue
127		falar... você sente aquela dor novamente... é
128		<u>muito</u> ruim lidar com pessoas que agem assim...
129		quando é com a gente, a gente numa situação de
130		vulnerabilidade, às vezes a única coisa que a
131		gente pode fazer e entrar mudo e sair calado
132		depois disso

Nesse fragmento, emergem narrativas sobre situações em que profissionais que prestam atendimento a mulheres cis e trans em situação de violência de gênero apresentaram condutas incompatíveis com tais funções. As primeiras trazem experiências infelizes com psicólogas voluntárias do GRAM e a última trata de um caso dentro de uma sede da Defensoria Pública.

A primeira narrativa (linhas 1 a 53) é construída por Lélia, que traz em seu início o tópico que conduziu toda a gira de conversa. Nas linhas 1 e 2, Lélia sumariza e contextualiza que hoje nós tivemos um problema no grupo de voluntários e, em seguida, constrói uma breve ação complicadora: foi colocada a questão da fala do bolsonaro sobre as duas meninas, e uma das psicólogas voluntárias julgou as meninhas (linhas 2 a 4). Nessa construção, Lélia entextualizou a fala do então Presidente da República sobre o encontro entre ele e meninas venezuelanas por ocasião de sua campanha à reeleição, narrada pelo próprio, em uma entrevista com grande repercussão nacional e de conhecimento de todas as participantes da interação: fala do bolsonaro sobre as duas meninas (linhas 2 a 3). Também observo aqui um traço avaliativo em julgou as meninhas, cuja ênfase no som destaca a decepção de Lélia com o descompasso entre a ação de julgar e quem estava sendo julgada pela psicóloga voluntária no evento narrado.

A narrativa é ligeiramente interrompida por Anita, sugerindo espanto pela situação oi↑ como assim, gente↑ (linhas 5 e 6). Esse espanto aponta

também para um alinhamento com a percepção de Lélia de que tal situação se trata de um problema, ao mesmo tempo que fomenta o longo trecho avaliativo a seguir.

Seguindo adiante, Lélia constrói uma avaliação em que reflete sobre o processo de seleção de voluntariado para o GRAM (linhas 7 a 18), apontando para como isso passa pela política, pela classe social, por tudo, né↑ (linhas 10 e 11) e questiona a lacuna existente entre ser habilitada ao ofício de profissional de saúde mental e prestar um atendimento adequado como psicóloga será que isso é suficiente para uma mulher ter empatia pela outra?, só ver um registro no conselho↑, eu acho que não... (linhas 12 a 14).

E continua, em um segundo momento desta avaliação, destacando a inadequação da profissional em questão às necessidades específicas de nossas margaridas e pelo engajamento político do GRAM: incompatível pra estar num grupo de acolhimento, num grupo mulheres, num grupo de apoio e combate à violência [contra a mulher] (linhas 15 a 18). O paralelismo construído aqui com a repetição num grupo de marca uma gradação que reforça essas especificidades do GRAM: acolhimento (função primeira de uma psicóloga), mulheres (nosso público cis e trans) e apoio e combate à violência [contra a mulher] (nossa missão no GRAM).

Mais uma vez, Anita sobrepõe sua fala a de Lélia, alinhando-se à liderança do coletivo: pelo amor de deus, imagina, uma mulher defendendo o abusador↑ (linhas 19 e 20) e Lélia emenda sua avaliação: não falta mais nada no mundo, pode acabar (linhas 21 e 22), cujos termos generalizantes e enfaticamente empregados nada e mundo sugerem uma forte decepção com a atitude da voluntária.

Lélia segue apresentando suas reflexões como líder do coletivo diante de situações como a narrada aqui: há anos eu fico questionando dentro da no- nossa luta, da nossa militância, se:: a gente tá, a gente acha que tá num lugar de refúgio, de acolhimento, de cuidado (linhas 22 a 25). Neste momento, nossa idealizadora recorre ao aumento no som em acha, contrapondo-se novamente àquilo que se esperaria de uma voluntária em um grupo feminista: a certeza de um atendimento empático

diante do sofrimento de uma outra mulher sobrevivente de outra(s) violência(s). Lélia reforça a ideia de incompatibilidade entre a atitude da psicóloga (uma fala dessa – linha 25) com as especificidades do GRAM (num lugar desse, onde a gente vem procurar proteção – linha 26). Também levanta a preocupação sobre que tipo de atendimento tão dando (linha 27) e uma nova abordagem com as voluntárias a partir de agora (de que forma a gente pode coibir esse tipo de gente dentro do gram† – linhas 28 e 29).

Logo em seguida, explica o porquê de ter se referido à psicóloga como esse tipo de gente, **enfaticamente marcado**: porque foi exatamente essa expressão que ela usou “esse tipo de gente”, quando ela se referiu às meninas, as crianças que estavam “arrumadinhas e pintou um clima” (linhas 29 a 33). Aqui, há dois brevíssimos momentos de diálogo construído: quando Lélia cita o que seria a forma como a voluntária teria se referido às menores envolvidas no episódio julgado pela psicóloga: “esse tipo de gente”; e, em seguida, faz o mesmo emprego remetendo à fala do ex-presidente na entrevista ao podcast: “arrumadinhas e pintou um clima” (linha 32).

Após o longo trecho avaliativo finalmente, na linha 33, retoma a ação complicadora. Nas linhas 33 e 34, Lélia constrói a reação das demais voluntárias diante da fala da psicóloga em questão: aí pra minha sorte, no grupo todo mundo se levantou contra ela (linhas 33 e 34) e prossegue, apresentando o temor daquilo que seria um cenário ainda pior: a minha preocupação já era quem ia apoiar aquela fala, entendeu†, pra ver o tamanho do estrago, sabe† (linhas 34 a 36) e comemora mas pra honra e glória de todas as deusas, construindo uma **resolução**, em que apresenta o desfecho da situação: ela ficou isolada ali... e todo mundo recriminando a fala dela, e ela acabou se excluindo (linhas 37 a 39).

Analisando a narrativa a partir dos posicionamentos discursivos em três níveis (Bamberg, 1997), observo a construção de Lélia no mundo da história (nível 1 de posicionamento) como liderança do GRAM, responsável pela seleção e conduta das profissionais voluntárias. As meninas venezuelanas expostas são

posicionadas por Lélia como vítimas revitimizadas pela profissional de saúde mental. A psicóloga é apontada como antagonista não apenas do coletivo, mas de toda uma gama de mulheres que tenham sido vítimas de violência de gênero, uma profissional cuja conduta é incompatível com seu ofício e com o GRAM. Já as demais voluntárias, que condenaram a atitude da antagonista, são posicionadas como aliadas de Lélia, do coletivo e da luta contra a violência de gênero.

Durante nossa interação, percebo, em um nível 2 de posicionamento, uma latente decepção de Lélia perante o julgamento das meninas por parte dessa psicóloga, o que faz Lélia refletir sobre a seleção do voluntariado e a necessidade de avaliar os antecedentes ideológicos dessas profissionais. Ao mesmo tempo em que se sente responsável por todas as ações praticadas no GRAM, Lélia se preocupa por não poder ter total controle de todas essas ações. Essa percepção se dá por diversas marcas prosódicas de intensificação, o pesar e a preocupação com as quais Lélia contou essa história.

No nível 3 de posicionamento, em que a investigação se volta para como a narradora se posiciona para si mesma, interpreto que Lélia se posiciona e posiciona o GRAM como contra um preconceito social trazido pela psicóloga de que meninas/mulheres que estão na linha da pobreza e que estejam arrumadinhas (trajando roupas, cujos formatos sejam considerados voluptuosos por uma sociedade conservadora, e fazendo uso de maquiagem) estejam se prostituindo ou fadadas à prostituição. Também percebo que Lélia posiciona o grupo de voluntárias do coletivo como agentes conscientes de sua prática, visto que todo mundo se levantou contra a psicóloga em questão. Por meio dos indexical todo com ênfase fonológica, Lélia construiu uma certa agentividade dessas voluntárias ao mencionar a reação contra os absurdos apontados pela profissional desajustada ao grupo.

Após o questionamento de Simone sobre a profissional em questão ser psicóloga mesmo (linha 53), tomo o turno construindo uma segunda história, em que me mostrei não apenas solidária àquela trazida por Lélia, mas também onde reforço para Simone e demais participantes da interação que, infelizmente, a reprodução de comportamentos colono-patriarcais dentro da prática de algumas profissionais voluntárias do grupo de apoio vem ocorrendo há um tempo no coletivo.

Início, na linha 57, uma breve apresentação sobre o que será a narrativa. Neste resumo, também me dirijo diretamente à Simone, quem detinha o turno anterior e indicava compreender que o comportamento da psicóloga colocada em pauta por Lélia fosse um caso isolado no GRAM: *simone*, já não é a primeira psicóloga que tem uma postura acusatória em relação à mulher dentro do gram (linhas 57 a 59). Nessa construção, o advérbio *não* e o numeral *primeira* imprimem o sentido de desconstrução dessa ideia preconcebida de exceção.

Na orientação, situo vagamente o contexto em que o evento aconteceu: há um tempo atrás a Lélia tava fazendo uma triagem (linhas 59 e 60) e sigo com a ação complicadora (linhas 60 a 69) com a introdução da conjunção *aí*. Ao longo dessa ação complicadora, recorro a marcas prosódicas em *abusadora*, *acusando*, *à toa*, *erro* em que expesso minha discordância quanto às atitudes dessa segunda psicóloga. E sigo com uma avaliação, em que destaco a vivência anterior dessa psicóloga como margarida: *e o mais triste é que foi uma psicóloga que se tornou voluntária do grupo*, depois de a Lélia ter atendido ela como margarida também (linhas 70 a 72), mas que essa experiência somada à capacitação profissional esperada não foi capaz de fazê-la desenvolver um modo empático de lidar com mulheres que também são sobreviventes de violência de gênero. E finalizo como uma coda de caráter também avaliativo: *então isso parece que não é uma coisa assim tão incomum, né↑... infelizmente... então, esse comportamento já tinha acontecido antes* (linhas 72 a 75).

Em uma análise em três níveis bamberguiana, no nível 1, encontro como personagens Lélia, outra psicóloga e uma margarida, as quais não nomeio por estarmos em uma roda de conversa com outras assistidas do grupo. Lélia é posicionada por mim como liderança do grupo de apoio, que executa suas tarefas no GRAM e que se preocupa com o bem-estar geral das mulheres que fazem parte do coletivo: assistidas e voluntárias. Posiciono a assistida como uma mulher que aprendeu a criar limites em seus relacionamentos afetivos e, ao mesmo tempo, como revitimizada pela psicóloga voluntária por ter adotado essa nova conduta social. É possível perceber essa construção por meio de elementos linguísticos,

como o uso do verbo *reclamou* para descrever a ação da profissional que tratava de uma assistida e as percepções que essa psicóloga teria sobre sua margarida e paralinguísticos como em *se doía muito à toa* (linha 66) e colocando isso como se fosse um erro (linha 69), marcando enfaticamente aquilo com o que discordo.

No nível 2 de análise, cujo enfoque está na razão eu ter contado essa segunda história neste determinado ponto da interação e o efeito que desejei alcançar (Bamberg, 1997, 2002), olho para como eu posiciono minhas interlocutoras na situação interativa em que (re)construo a história. Nesse cenário, recorri à narrativa para destacar a reprodução de comportamentos colono-patriarcais dentro da prática de algumas profissionais voluntárias do grupo de apoio, grupo no qual Lélia, Simone, Anita e as demais participantes da interação se incluem discursivamente como margaridas antigas, conscientes da missão do GRAM como coletivo feminista. Nesse sentido, além de reforçar a noção de um grupo bastante diverso, posiciono as participantes da interação como parceiras de luta que precisam estar cientes dessas nuances e atentas a sua própria prática feminista.

No nível 3, compreendo que me alinho com nossa líder no sentido de, ao abriremos essas questões dos bastidores, que se faça uma reflexão compartilhada para um melhor acolhimento e gestão do grupo.

Entre as linhas 86 a 112, ficam marcadas as intervenções de Anita e Simone, inclusive com a sobreposição de falas, marcando a emergência de um olhar mais atento aos comportamentos das voluntárias do GRAM em seus atendimentos.

Na linha 86, Anita toma o turno e inicia uma terceira história em que (re)constrói sua revitimização dentro de uma sede da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. Anita faz uso de um resumo *eu passei por isso, eu contei pra lélia* (linha 86), em que marca a necessidade da tomada de um turno maior para si e a chancela da líder do grupo para (re)contar sua narrativa de revitimização. E segue engajada em sua ação complicadora por meio da qual conta sua ida à Defensoria, local onde tinha uma expectativa de acolhimento e de ser ouvida (linha 88), até a resolução em que fala da desistência de denunciar seu agressor: *eu não consegui falar mais nada pra defensora* (linhas 96 e 97).

Nessa ação, observo também a presença de momentos importantes de orientação em que Anita fornece informações relevantes para o delineamento de seu algoz: >nós temos uma diferença de idade de vinte e dois anos< (linha 91) e meu marido ser cac e bolsonarista (linha 98). O dado da diferença de idade parece estar estrategicamente apresentado por Anita para fornecer uma possível razão da violência de o tempo todo ser indagada pela defensora sobre as percepções do agressor quanto à sua tentativa de formalização de uma denúncia: o fato de ele já ser idoso. Já a informação sobre o agressor ser cac<sup>27</sup>e bolsonarista aponta para sentido de que o marido de Anita está longe de ser um idoso debilitado e/ou indefeso, mas um homem realmente perigoso↑. Em termos linguísticos e paralinguísticos, temos uma fala mais acelerada na primeira informação e ênfase fonológica na segunda, reforçada, mais adiante, com um advérbio de afirmação.

Adiante, Anita estabelece uma coda avaliativa, em que conecta sua experiência pessoal de mau atendimento profissional com o ponto das demais narrativas: o que eu estou dizendo é igual o caso que aconteceu da psicóloga que se expôs no grupo de acolhimento sendo psicóloga (linhas 104 a 106). E avalia: é uma profissional que você tem que jogar fora o mais rápido possível (linhas 106 e 107). Tal avaliação fomenta a interrupção de Simone, que se alinha à Anita e defende que uma profissional que haja tal como a psicóloga trazida em minha narrativa tem que estudar porque ela não entende o que é uma relação de abuso (linhas 110 e 111).

Analisando em três níveis, no nível 1, encontro como personagens na narrativa de Anita, ela mesma, como usuária do sistema convencional de combate à violência de gênero; a defensora pública; e seu (ex-)marido agressor. Anita se posiciona como uma vítima de violência de gênero que foi revitimizada ao buscar apoio jurídico institucional. Posiciona a defensora pública que lhe prestou atendimento como uma profissional pouco empática no atendimento de uma mulher vítima de violência de gênero e mais atenta aos direitos de um homem idoso, cuja sociedade machista poderia entender como “seduzido” por uma mulher mais jovem e que agora desejaria “abandoná-lo”. Já o agressor é posicionado pela narradora

---

<sup>27</sup> Colecionador, Atirador Desportivo e Caçador (CAC).

como uma pessoa perigosa por ser alguém que coleciona e maneja armas de fogo na residência, o que o afasta de uma noção de fragilidade pela idade e aponta para uma intimidação a qualquer movimento de rompimento com esse agressor pelo alto risco de morte.

No nível 2 de análise, compreendo que Anita conta essa terceira história para destacar os efeitos de um mau atendimento a uma vítima. Enquanto Lélia e eu, nas outras narrativas apresentadas nesse excerto, apresentamos nossos olhares de liderança/voluntária/vítimas longínquas, aqui Anita destaca seu ponto de vista como assistida, aquela que ainda está vivenciando a situação de extrema delicadeza...você tá numa situação de extrema vulnerabilidade (linhas 117 e 118). Ao se posicionar no mundo da história como vítima silenciada pelas circunstâncias de denúncia, Anita traça um panorama das dificuldades encontradas para se libertar e lutar por justiça diante da violência de gênero no Brasil (nível 3).

#### 7.4

##### **“A minha vida não pode ser utilizada para controlar corpos”**

Nesta seção, analiso um excerto da gira de conversa ocorrida em 21 de dezembro de 2022, que tem como tema o aborto. Tal tema foi levantado a partir de discussões fomentadas no grupo de *WhatsApp* GRAM, onde foram compartilhadas notícias sobre o famigerado Estatuto do Nascituro. O projeto de lei em questão voltou a ser pauta urgente entre os conservadores, visto que, após a derrota de Bolsonaro nas urnas, seria a última chance para aprovação e sanção.

Nesta roda de conversa gravada e transcrita por mim, participamos Lélia, Frida, Xica, Simone, Kátia e eu.

##### Fragmento 4 – “A minha vida não pode ser utilizada pra controlar corpos”

657	Frida	eu não acho certo brincar com vidas, se eu faço
658		um exame de ultrassom e com cinco semanas já
659		bate um coração, pra mim ali já é uma vida, uma
660		vida de quem não pode gritar por socorro, uma
661		vida de quem não pode pedir nada, sabe↑, na
662		minha mente eu sou bem arcaica, e se me
663		considerarem machista, pra mim também não vai
664		fazer diferença nenhuma, é o meu pensamento, eu

665		acho uma covardia... e o judiciário não tem que
666		demorar <u>tanto</u> , porque esperar a criança fazer
667		cinco meses, eu acho o cúmulo... eu tive uma
668		criança com cinco meses e saiu todo <u>perfeito</u> ,
669		mesmo sem vida, então não vou mentir, sou a
670		favor da vida sim, não sou a favor de estupro,
671		não sou a favor de agressões, mas a favor da
672		vida... eu tava dando uma olhadinha aqui no
673		whatsapp ((apontando para seu smartphone)),
674		uma mesma pessoa cometeu três abortos em um
675		ano, essa gente não tem bom senso, falta
676		orientação, falta também <u>empatia</u> ... eu prezo
677		muito por ser mãe, eu luto demais pelos meus
678		filhos, então vamos orientar em casa, vamos
679		orientar nossas famílias, porque a vida não é
680		um brinquedo
681	Lélia	eu tô vendo aqui que a xica tá revoltada, pode
682		falar, xica
683	Xica	frida, boa noite, meu nome é xica, sou uma
684		mulher trans travesti, e há dez anos atrás mais
685		ou menos, eu tinha os <u>mesmos</u> pensamentos em
686		relação a tudo o que você falou... eu relutei
687		muito pra deixar de achar que o aborto seria a
688		pior coisa da face da terra, porque <u>lá</u> atrás,
689		em 1992, quando eu tava sendo gerada na barriga
690		da minha mãe, ela tentou não só um, mas <u>três</u>
691		abortos, eu não consegui ser abortada, e hoje
692		eu tô aqui... porém, a minha vivência, a minha
693		vida não pode ser utilizada para controlar
694		corpos... o meu testemunho não pode servir
695		<u>jamais</u> pra mim dizer a uma mulher o que ela
696		deve ou não deve fazer numa sociedade que a
697		mulher, é:: é colocada como <u>marionete</u> da
698		sociedade, onde o homem dentro do
699		falocentrismo, dentro da heteronormatividade,
700		dentro do comportamento heterossexual como
701		normal, ela é sempre colocada como objeto, como
702		hipersexualizada, controlada, sem voz, sem
703		poder, sem nada... então a gente tem que
704		questionar que sociedade é essa que a gente tá
705		falando que só pensa na vida de um pequeno ser,
706		por que parece que a gente, que tá lutando pela
707		legalização do aborto, quer ver aborto vinte e
708		quatro horas, como se fosse um reality show na
709		televisão, e não é, a gente <u>também</u> tá lutando
710		pela [vida]
711	Frida	[com re]lação aos meus pensamentos,
712		>respeito totalmente de cada uma<, mas meus
713		pensamentos mesmo, eles são bem fixos, sou
714		<u>contra</u> o aborto nesse estágio, até porque, como
715		mulher, também como outras aqui fui vítima,
716		vivi muitos anos de violência... sou mãe, crio
717		três filhos sozinha, tenho dois trabalhos, sou
718		empreendedora... na realidade eu durmo umas
719		quatro horas por dia, e ofereço a eles uma vida
720		bem confortável... eu sei como mulher, pra gente,
721		nessa sociedade, é muito criminalizada muitas
722		vezes, mas apesar de ser, ainda continuo com
723		meus pensamentos
724	Simone	frida, cê tem noção do que significa viver com
725		menos de trezentos reais por mês†, na extrema

726		pobreza↑, pensa quantas dessas famílias são
727		lideradas por mulheres, e de repente se veem
728		numa situação que engravidam... elas não têm
729		nem o que dar de comer pros filhos que elas já
730		<u>têm</u> . essas mulheres vão tentar o aborto porque
731		pra elas é a coisa mais <u>piadosa</u> que elas podem
732		fazer, porque é uma criança a menos para passar
733		<u>fome</u> ... e eu sei porque eu já lidei com tudo
734		que é tipo de coisa em hospital, de gente que
735		usava agulha de tricô... a mulher enfiava a
736		agulha de tricô pra tirar aquela criança, e se
737		perguntava, ela falava "menos um pra passar
738		fome"... isso eu tô falando de quando eu era
739		jovem, quando eu comecei, que eu fazia
740		estágio... o que se fala pruma mulher dessa que
741		não tem acesso a um prato de comida pros filhos
742		que estão <u>vivos</u> ↑... então não dá pra ser contra
743		o aborto... e quando a gente olha pro fato de
744		que a gente tem um número <u>imenso</u> de mulheres
745		que sofrem estupro marital, eu vou dizer uma
746		coisa, gente... EU VIVI, e numa época em que
747		não tinha lei que protegesse mulher de jeito
748		nenhum... e é <u>tão</u> hediondo quanto o estupro
749		feito por outra pessoa qualquer, o estupro pelo
750		marido é tão hediondo quanto. Então assim, não
751		dá pra ser contra... e a gente tem que lembrar
752		que se tivesse totalmente legalizado, a gente
753		obrigatoriamente teria política pública e
754		rapidez, porque num país desigual como o nosso
755		quem tem privilégio aborta com segurança... e
756		<u>eu</u> que sou cis, hétero, branca, >quase
757		transparente<, ou seja... que vim de um lugar
758		privilegiado, eu acho que ainda é muito mais
759		difícil viver no Brasil quem não veio desse
760		lugar privilegiado, então... de novo e de novo,
761		>pela milionésima vez<, <u>eu</u> sou a favor do aborto
762		<u>sim</u> , porque acho que <u>ele</u> tem mais que ser
763		legalizado, porque só assim pra morrer menos
764		gente. e acredite se quiser, só assim pra ter
765		menos aborto... fala Almerinda... agora que vi
766		você levantar a mão, >desculpa se vocês não me
767		param de falar eu não parohh<.

Entendo a narrativa presente entre as linhas 657 e 661 como uma história hipotética (Bamberg, 2008; Bamberg; Georgakopoulou, 2008), cujo foco se dá naquilo que Frida considera como ponto de partida de uma vida se eu faço um exame de ultrassom e com cinco semanas já bate um coração, pra mim ali já é uma vida (linha 659). Segundo Bamberg (2008) e Bamberg e Georgakopoulou (2008), as pequenas histórias marcam o caráter dialógico de narrativas curtas que não apresentam o modelo canônico de eventos com verbos de ações no passado. Elas são breves e tendem a centralizar aspectos da experiência vivida, estando o foco de sua análise voltado para o modo

como as pessoas constroem um senso de quem são. Aqui, Frida se constrói como alguém que não considera certo brincar com vidas (linha 657), ou seja, aquilo o que para ela seria o aborto a partir de um determinado estágio de gestação.

Nesse enfoque, Frida contextualiza a narrativa para suas interlocutoras ao apresentar, por meio de recursos linguísticos, a ocasião (em um exame de ultrassom – linha 658) e o tempo gestacional (com cinco semanas– linha 658) em que considera que ali já é uma vida (linha 659), visto que já bate um coração. O dêitico ali retoma a ideia e define o momento em que, para Frida, já não seria mais possível um aborto, mesmo em casos de estupro, e segue reforçando argumentativamente a fragilidade dessa vida intrauterina, por meio da repetição de uma vida de quem não pode, apontando para uma total falta de agência desse feto hipotético, afinal não seria possível gritar por socorro ou pedir nada (linhas 660 e 661).

Adiante, Frida defende a celeridade da Justiça ao tratar pedidos de aborto por estupro e o judiciário não tem que demorar tanto (linhas 665 e 666) e avalia porque esperar a criança fazer cinco meses, eu acho o cúmulo (linha 667), em que aponta para o macrodiscurso, ao empregar a expressão fazer cinco meses, que remete ao estágio gestacional já avançado de uma menina estuprada que foi noticiado na grande mídia nacional e tema do gira de conversa presente na primeira seção deste capítulo.

Logo em seguida, Frida constrói uma outra história com o objetivo de ratificar a ideia de que seria o cúmulo um aborto, mesmo que legal, aos cinco meses de gestação: eu tive uma criança com cinco meses e saiu todo perfeito, mesmo sem vida (linhas 667 a 669). Nesse caso, segundo Bamberg e Georgakopoulou (2008), a pequena história configura-se um engajamento discursivo centrado em uma experiência pessoal e é mencionada por Frida na interação, a fim de fundamentar um argumento antiaborto. Ressalto ainda as marcas avaliativas, linguísticas e paralinguísticas, mais sutis utilizadas aqui ao se referir ao próprio filho morto todo perfeito (linha 668), reforçando a ideia de que o aborto de um feto (aparentemente) completo já seria criminoso.

Considerando o modelo de análise de Bamberg (1997, 2002), pelo viés do nível 1, fase em que o foco é a construção de personagens com relação uns aos outros na narrativa, observo que Frida se posiciona, tanto na narrativa hipotética

quanto na narrativa seguinte, como uma genitora incapaz de cometer um aborto. O outro personagem, o feto, é construído como um ser (vida e criança) é posicionado como sem agência, visto que não pode se defender.

O nível 2 de análise enfoca a razão de contar uma história em um determinado ponto da interação e o efeito que deseja alcançar (Bamberg, 1997, 2002). Nesse nível, o olhar analítico volta-se para como Frida posiciona a si e suas interlocutoras na situação interativa em que constrói suas histórias. Nesse sentido, Frida constrói suas histórias com o objetivo de ratificar/argumentar o que ela compreende ser a favor da vida.

Pensando o nível 3, o foco de Frida estaria em seu posicionamento como narradora diante de suas companheiras de grupo elaborando uma resposta (local) para a pergunta “Quem sou eu?” (Bamberg, 1997, p. 337). Interpreto que sua construção aponta para uma mulher que se considera feminista e é contra o aborto a partir de um determinado estágio da gestação (a partir do momento em que há batimentos cardíacos do feto).

Além disso, saliento que, na interação, Frida se constrói como bem arcaica e pressupõe que as demais participantes, mulheres-sobreviventes e autodeclaradas feministas, vão considerar que ela seja machista por defender que o aborto (a partir do momento em que há batimentos cardíacos) seria uma covardia. Aqui, mais do que destacar a figura daquelas a quem se dirige, a percepção do uso da língua sob o ponto de vista da performance, segundo Pennycook (2007), implica a inserção daquilo que se diz numa rede de significados e esquemas interpretativos que tanto precedem quanto sucedem o momento do uso. Aqui temos uma gira de conversa em que todas nós que participamos somos integrantes de um coletivo feminista de combate à violência de gênero. Portanto, ela conhece nossas práticas e têm acesso às nossas discussões sobre aborto.

Saliento também que a construção feita por Frida aponta para uma valoração implícita sobre a gravidade de violência (não sou a favor de estupro, não sou a favor de agressões, mas a favor da vida – linhas 670 e 671), na qual interpreto que Frida, ao empregar a adversativa *mas*, compreende que um aborto seria mais grave que uma agressão e/ou estupro, apesar de expressar ser contra as demais violências elencadas.

Logo em seguida, constrói uma pequena narrativa, uma espécie de *break news*, cuja origem duvidosa é apresentada por Frida: eu tava dando uma olhadinha aqui no whatsapp ((apontando para seu smartphone)), uma mesma pessoa cometeu três abortos em um ano (linhas 672 a 674). Aqui também é importante considerar o contexto macrodiscursivo, inscrito na sociohistória, de disseminação de *fake news* entre usuários de mídias sociais e aplicativos multiplataforma de mensagens instantâneas. Em seguida, constrói uma avaliação da personagem pessoa cometeu três abortos em um ano (Labov, 1972; Linde, 1997), ao mencionar que essa gente não tem bom senso (linha 675). De acordo com Linde (1997), a avaliação é um aspecto intrinsecamente relacionado à dimensão moral da linguagem; ou seja, aos comentários morais ou percepções do mundo, ou de como este mundo deveria ser, quais comportamentos são ou não adequados, o que possibilita o entendimento da relação entre a dimensão linguística e a dimensão social. Tal concepção nos permite compreender a avaliação feita por Frida é uma avaliação moral (Linde, 1997) do comportamento da pessoa que trouxe como personagem, acusando-a de não ter orientação e empatia.

Na sequência, Frida vai deixando a interação na dimensão da narrativa e retorna à dimensão da gira de conversa, indicando, na coda, o ponto da história: eu prezo muito por ser mãe, eu luto demais pelos meus filhos, então vamos orientar em casa, vamos orientar nossas famílias, porque a vida não é um brinquedo (linhas 676 a 680). Destaco aqui os recursos linguísticos e paralinguísticos que sobrelevam o ponto da história: ela inicia a construção com o uso do pronome eu, que indica uma percepção individual sobre a maternidade/maternagem, e modifica do singular para o plural, incluindo todo o grupo com vamos. Essa construção parece buscar o engajamento das demais participantes para que se evite gravidezes indesejadas e, em última instância, um aborto provocado.

Seguindo o modelo de Bamberg, no nível 1 dessa narrativa, temos uma personagem posicionada por Frida como vilã, desprovida de bom senso. No nível 2, interpreto que a razão de a narradora contar essa história nesse determinado momento da interação, mesmo após já ter apresentado outras, e o efeito que deseja alcançar (Bamberg, 1997, 2002), é exemplificar (ainda que de uma maneira

bastante vaga) um caso de uma pessoa com útero que praticamente/exageradamente usaria o aborto como método contraceptivo. No nível 3, de análise da narrativa, em que analiso como Frida se posiciona para si mesma, e elaborar uma resposta para a pergunta “Quem sou eu?” (Bamberg, 1997, 2002), como uma mulher que materna de forma a educar suas crianças para que o abortamento não seja necessário em suas vidas.

Tomando o turno, Lélia sinaliza um olhar atento às reações de Xica entre as linhas 681 e 682, passando o turno para essa margarida. Imediatamente, Xica se dirige nominalmente à Frida, cujo nome está sendo exibido na tela de apresentação do *Google Meet* para todas nós. Xica se apresenta à Frida, como se elas não se conhecessem. No entanto, minha vivência como pesquisadora e voluntária pode confirmar que ambas já se conheciam e compreender que a apresentação de Xica indica um caráter político pela afirmação de sua transgeneridade: *frida, boa noite, meu nome é xica, sou uma mulher trans travesti* (linhas 683 e 684).

Para a construção dessa imagem de potência política, a estratégia linguística de apresentar-se como *uma mulher trans travesti* merece atenção. Aqui percebo um processo de transmutação de significados que parece dar conta da atitude Xica, que se apropria de um chamamento que foi durante muito tempo considerado por pessoas cis como pejorativo e o coloca para funcionar de outra maneira. Aqui, Xica o ressignifica (Pennycook, 2010).

Em seguida, Xica inicia a contagem de uma segunda história, relacionada às outras histórias de Frida, que a precedeu na sequência interacional. A contagem dessa segunda história é um modo de Xica mostrar como entendeu o que ouviu anteriormente e que virá a discordar de Frida, o que contribui para a construção conjunta de intersubjetividade (Garcez, 2001).

Nessa empreitada, Xica inicia sua narrativa resumindo/prefaciando que há dez anos atrás mais ou menos tinha os mesmos pensamentos em relação a tudo (linhas 684 a 686) o que a Frida acabara de defender em sua fala e que havia relutado pra deixar de achar que o aborto seria a pior coisa da face da terra (linha 688). Nesse resumo/prefácio, as expressões *mesmos pensamentos* e *pior coisa da*

face da terra retomariam discursivamente uma defesa “pró-vida”; e tudo, as avaliações das histórias de abortamento construídas por Frida.

Aqui também, com as escolhas dos tempos verbais *tinha*, no pretérito imperfeito, e *seria*, no futuro do pretérito, Xica já deixa indícios de que seguirá em uma direção diferente que a trilhado por Frida. Ao relacionar as experiências narradas por Frida com sua experiência pessoal como sobrevivente de três tentativas de aborto, Xica vai construindo novos entendimentos acerca do tema polêmico.

Nessa construção, Xica tece uma breve narrativa e contextualiza temporalmente sua gestação na orientação: lá atrás, em 1992, quando eu tava sendo gerada na barriga da minha mãe (linha 689). Imediatamente, traz a ação complicadora ela tentou não só um, mas três abortos (linhas 690 e 691). Saliento aqui as marcas prosódicas avaliativas empregadas pela narradora, que enfatiza o tempo passado remoto em lá, referindo-se às suas origens; e sua resistência ao sobreviver a três tentativas de aborto praticadas por sua mãe.

Em seguida, constrói a resolução eu não consegui ser abortada (linha 691). No cenário discursivo desse excerto, destaco que a resolução da narrativa de Xica traz uma quebra de expectativa quanto às tentativas de aborto, pois nenhuma foi bem-sucedida. Nesse sentido, a resolução da história de Xica contrasta com as resoluções de Frida, em que as mortes dos fetos teriam ocorrido.

Adiante, um novo contraste fica marcado pelo uso da adversativa *porém* que inicia uma longa avaliação tecida por Xica. Nela, a margarida defende que seu testemunho (linha 694) não pode ser utilizado para controlar corpos (linha 693), contrapondo-se a maior parte da argumentação feita por Frida, que se baseou largamente em sua experiência pessoal para defender a manutenção de uma gravidez, mesmo em caso de estupro. Já Xica, constrói uma dupla negativa não pode servir jámais (linha 695), com ênfase prosódica em jámais para se afastar da pauta moral e conduta defendida por Frida, pois, mesmo tendo sido vítima de tentativas de aborto, Xica defende a liberdade de que mulheres, como sua mãe, pratiquem essa liberdade.

Mantendo o piso reivindicado, Xica segue com uma longa avaliação externa em que explora características da sociedade em que a mulher, *é:: é* colocada como marionete (linha 697), enfatizando fonologicamente (e

resumindo neste último termo) a tentativa do homem de usurpar a agência das mulheres. Xica utiliza outros elementos linguísticos importantes que ressaltam essa tônica social, tais como a voz passiva (ela é sempre colocada como objeto, como hipersexualizada, controlada – linhas 701 e 702) e a gradação (sem voz, sem poder, sem nada – linha 703).

Ao trazer esse panorama social falocêntrico, heteronormativo e patriarcal, Xica convida o grupo a refletir (a gente tem que questionar que sociedade é essa – linha 704) sobre as razões que levam a defender um feto (só pensa na vida de um pequeno ser – linha 705) e ignorar o sofrimento de uma mulher que gesta e recorre ao aborto.

Ao me debruçar sobre a dimensão narrativa pelo viés do nível 1 do modelo de análise proposto por Bamberg (1997, 2002), fase em que o foco é a construção de personagens com relação uns aos outros, observo que Xica se posiciona como feto-vítima (ainda que resistente) de sua genitora em três tentativas de aborto. Como já explorados anteriormente, é possível perceber a construção por meio de elementos linguísticos e paralinguísticos em sua fala.

O nível 2 de análise enfoca a razão de Xica contar uma história nesse determinado momento da interação e o efeito que deseja alcançar (Bamberg, 1997, 2002). Nesse nível, o olhar analítico volta-se para como ela posiciona as demais margaridas, sobretudo Frida, na situação interativa em que (re)constrói sua história. Nesse cenário, Xica recorre à narrativa destacando que as experiências pessoais não podem, por si só, pautar comportamentos gerais e convida o grupo, no qual ela se inclui discursivamente como sobrevivente de violência de gênero, a refletir sobre os traços pater-coloniais que levam a considerar que a vida do feto é mais importante que a da gestante. Em sua fala, Xica usa o indexical “a gente”, sinalizando membridade ao GRAM, e o verbo modal “ter”, indicando a necessidade quanto a essa análise.

Por fim, no nível 3 de análise da narrativa, volto-me para como Xica se posiciona para si mesma para transcender a pergunta “Como desejo ser entendida pela audiência?” e elaborar uma resposta para a pergunta “Quem sou eu?” (Bamberg, 1997, 2002). Em tal esfera de análise, verifico que Xica se posiciona como uma transfeminista que defende o aborto (a gente, que tá lutando pela legalização do aborto – linhas 706 e 707), mesmo tendo sua vida

ameaçada por tal ato no passado, por acreditar que existem circunstâncias sociais em uma sociedade pater-colonial que oprimem mulheres e tiram delas a liberdade de escolha sobre seus próprios corpos. Xica traz para sua fala uma comparação interessante que remete a discursos antiaborto que defendem a não legalização do aborto em geral. Nesse contexto, Xica compara com traços de exagero a realização de um aborto com a exposição e banalização da prática: aborto vinte e quatro horas, como se fosse um reality show na televisão (linhas 707 e 708). E finaliza com a real intenção da causa pela qual luta: e não é, a gente também tá lutando pela [vida] (linhas 709 e 710) até ter sua fala sobreposta por Frida e encerrar sua fala.

Ressalto também que Xica, constrói-se como membra do GRAM e defende o grupo como reflexivo e que cada uma de nós deve ser agente de sua prática feminista, atentando para as questões sociais que envolvem cada mulher e respeito a suas escolhas.

No próximo capítulo, retomarei minhas questões de pesquisa com base nas análises que desenvolvi no presente capítulo.

## Considerações parciais

Neste estudo de natureza qualitativa e interpretativa (Denzin; Lincoln, 2006), procurei sublinhar a relevância social da luta do Grupo de Apoio à Mulher (GRAM), como um coletivo virtual de acolhimento feminista que atua no enfrentamento à violência de gênero. Busquei interseções entre a minha prática de pesquisa no âmbito dos estudos da linguagem e meu fazer feminista como sobrevivente de violência de gênero e voluntária no coletivo pesquisado.

Assim, comprometida com a ética nesta investigação de cunho etnográfico virtual (Hine, 2015; Amaral, 2018), pude tecer uma compreensão sobre o feminismo em sua forma mais ordinária, cotidiana, intentando que este trabalho se consolide não só como um estudo acadêmico, mas também como um ato social e político no âmbito de uma Linguística Aplicada indisciplinar (Moita Lopes, 2006).

Durante a investigação, foquei minha atenção na maneira como a prática discursiva narrativa se desenvolvia durante as giras de conversa de nosso grupo. Acreditei que seria interessante explorar a conexão entre violência de gênero e discursos feministas na conjuntura desafiadora em que atuamos diariamente. Optei por analisar as narrativas, pois nós, membras do GRAM, compartilhamos experiências vividas nesse ambiente durante nossas interações de forma recorrente.

Como pesquisadora e integrante do grupo estudado, tive a oportunidade de observar de perto o que acontecia no momento presente da nossa interação, com um olhar interno. Destaco também que minha análise foi realizada sob uma perspectiva feminista, que desenvolvi a partir de minha experiência pessoal como sobrevivente de violência de gênero e participante voluntária do grupo, influenciada pelos significados que construí ao longo do tempo.

Sendo assim, neste capítulo, buscarei redarguir minhas questões de pesquisa com base na análise que desenvolvi no capítulo anterior. Outrossim, tratarei das contribuições e limitações de meu estudo. Por fim, apontarei para possíveis intervenções em nosso grupo feminista e de trabalhos futuros no campo acadêmico.

## 8.1

### Perguntas e respostas de pesquisa

#### **i) Como ocorre a construção de entendimentos sobre violência de gênero nas giras de conversa?**

À medida que avancei na análise dos excertos apresentados no capítulo anterior, busquei compreender como ocorreu a construção de entendimentos sobre violência de gênero nas giras de conversa. Observei que nas interações recorremos diversas vezes à elaboração discursiva de experiências vivenciadas em outras situações de abuso e violência de gênero como estratégia de reflexão e/ou argumentação sobre a violência que está sendo pauta naquela interação. Nesse processo, construímos pequenas histórias, assinalando um caráter dialógico e centralizado em aspectos da experiência vivida.

Como exemplo, observei pequenas narrativas hipotéticas utilizadas por Pagu e Frida. No primeiro caso, Pagu traçou um paralelo entre o seu fazer profissional isento com as práticas de uma juíza considerada antiética (conforme seção 7.1). Em outra interação, analisei Frida recorrendo a uma estrutura hipotética com o objetivo de demarcar que com cinco semanas o feto já seria uma vida, ao condenar o aborto ao longo da interação (conforme seção 7.4).

Outrossim, identifiquei pequenas narrativas sobre acontecimentos passados que foram estruturadas de acordo com a situação em que foram mencionadas, assim como Frida fez para demarcar seu parto aos cinco meses de gestação e sua constatação sobre o adiantar da formação de seu feto (conforme seção 7.4). Pagu contou que, mesmo com apenas 10 anos de idade, teve de cuidar da irmã caçula, buscando apresentar o quão absurdo é uma criança ter de cuidar de outra criança. Nos dois momentos, as narrativas foram trazidas durante a interação para apoiar os argumentos na discussão que estava em voga.

Ademais, verifiquei muitos momentos em que inserimos narrativas como segundas histórias, um modo demonstrarmos não só o que entendemos da história contada anteriormente, mas também para reforçar o que dizíamos. Um exemplo disso ocorreu na interação em que estávamos tratando sobre a má conduta de psicólogas voluntárias dentro do GRAM. Nesse sentido, eu tomei o turno construindo uma segunda história sobre acusações de uma psicóloga sobre uma

assistida. Nessa ocasião, não apenas me solidarizei à história trazida por Lélia que versava sobre a atitude uma psicóloga bolsonarista, mas também reforcei para Simone e demais participantes da interação que, infelizmente, a reprodução de comportamentos colono-patriarcais dentro da prática de algumas profissionais voluntárias do grupo de apoio já havia acontecido antes no coletivo (conforme seção 7.3).

Observei também ocasiões em que a segunda história foi empregada para refutar o dito, como quando Xica construiu a história de sua própria gestação e sua sobrevivência a três tentativas de aborto malsucedidas praticadas por sua mãe para contrastar com a defesa de Frida que tratava dos óbices do abortamento após um determinado tempo (cinco semanas) de gestação. Xica defendeu que seu testemunho não poderia ser utilizado para o controle de outros corpos, como argumento para que mulheres não tentassem o abortamento, contrapondo-se à maior parte da argumentação feita por Frida, que se baseou largamente em sua experiência pessoal para defender a manutenção de uma gravidez, mesmo em caso de estupro (conforme seção 7.4). Como pontos altos nessa narrativa de Xica, estão a construção de uma resolução que quebra a expectativa da morte fetal e sua avaliação em defesa da liberdade de escolha da pessoa que gesta.

Por meio da análise dos posicionamentos, também tratei da construção de entendimentos sobre violência de gênero nas giras de conversa. Para isso, observei como são posicionadas e como se relacionam as personagens das narrativas presentes em nossas interações. Também aponte para como nos posicionávamos quanto ao que estava acontecendo no aqui e agora das giras de conversa.

Destaquei, por exemplo, a narrativa construída de forma colaborativa sobre a audiência em que uma menina foi revitimizada pela conduta de uma juíza. Tratei da construção discursiva por intermédio de nossas falas, em que posicionamos a menina como uma criança desprovida de agência, dependente das ações de uma juíza que deteve toda a agência na narrativa construída coletivamente.

Tratei também do encaixe da narrativa Pagu sobre sua experiência como criança-irmã-cuidadora e que, no tempo da narrativa construída tinha a mesma idade da criança tratada na reportagem da plataforma *Intercept Brasil*. Interpretei que Pagu visou reforçar o quanto um bebê na vida de uma criança era incompatível com uma rotina infantil. Ela também recorreu à narrativa com vistas a argumentar, com sua experiência pessoal, o que compreende que a palavra absurdo não define,

a palavra bizarra não define: a negativa de um aborto legal a uma criança vítima de estupro. Inclusive, convidou a todas nós por meio de pergunta retórica sinalizando a importância de todas refletirmos sobre a realidade dela e da menina revitimizada (e de outras meninas, mundo afora) e indicando que o GRAM precisa ser um espaço reflexivo capaz de se desenvolver e exercer a empatia por meio do exercício de se colocar no lugar da outra mulher/menina, considerando sua realidade específica e as ferramentas possíveis para a amenização daquela dor (conforme seção 7.1).

Outro exemplo foi quando salientei como Almerinda posicionou a personagem palestrante estrangeira como alienada da realidade de mulheres caxienses em contraponto como posicionou como adaptadas à realidade que vivem na região suas conterrâneas e a si mesma. Outrossim, observei a razão de Almerinda contar aquela história naquele momento da interação e o efeito desejaria alcançar. Nesse sentido, interpretei que ela reivindicou uma reflexão coletiva sobre nossas práticas feministas, no que diz respeito à observação da situação de violência de gênero em que uma mulher está inserida para um melhor acolhimento (conforme seção 7.2).

A construção de entendimentos sobre violência de gênero nas giras de conversa ocorre, pois, por meio da elaboração discursiva de experiências vivenciadas em outras circunstâncias de abuso e violência de gênero como estratégia de reflexão e/ou argumentação sobre a violência que está sendo pauta naquela interação. Nesse processo, construímos pequenas histórias ao longo das giras de conversa, em que posicionamos personagens das narrativas e nos posicionamos quanto ao que aconteceu no aqui e agora das interações.

## **ii) Que discursos emergem nesses encontros virtuais?**

Na análise dos dados do capítulo anterior, também busquei compreender que discursos emergiram nas giras de conversa ao longo de minha pesquisa. Nesse processo, pude tecer entendimentos sobre os feminismos construídos microgeneticamente, em uma situação localizada e cotidiana, como são os nossos encontros virtuais no GRAM.

Assim, depreendo de nossas interações que os discursos feministas emergentes em nossas interações são baseados em feminismos de ordem teórico-prática que perpassam as pautas das primeiras ondas do feminismo brasileiro, mas

possuem muitos traços de nossas vivências individuais e coletivas, em sua forma mais ordinária. Como exemplo, observo a situação trazida por Kátia sobre o contraste entre as pautas feministas sobre sororidade/dororidade/empoderamento e a dura realidade vivenciada nas ruas pelas mulheres trans que estão no campo da prostituição (conforme seção 7.2).

Há discursos outros que também emergem em nossas giras de conversa, que compreendo, em linhas gerais, como anti-feministas. Como exemplo, observo a remissão de Xica a discursos anti-aborto, no momento em que ela traz para sua fala uma comparação exagerada para entre a realização de um aborto com a exposição e banalização da prática: aborto vinte e quatro horas, como se fosse um reality show na televisão (conforme seção 7.4).

Outros dois exemplos ocorreram em uma mesma interação, de quando Lélia e eu construímos as narrativas sobre as psicólogas voluntárias. Nessa interação, emergem discursos machistas e xenofóbicos por meio da construção da reação da primeira psicóloga, que teria julgado as meninas venezuelanas como fadadas à prostituição e a segunda voluntária, que teria se queixado do fato de uma sobrevivente não tolerar mais abusos em seus relacionamentos afetivo-sexuais (conforme seção 7.3)

## 8.2

### **Contribuições e limitações do estudo**

Estou ciente de que analisei um coletivo específico de mulheres cis e trans em um determinado ambiente de pesquisa. Assim, não tenho a intenção de generalizar conclusões nem de formar ideias preconcebidas sobre “vítimas” de violência de gênero ou sobre sua relação com a prática feminista.

Em vez disso, meu objetivo é que todas sejam reconhecidas como sobreviventes, ou seja, mulheres cis e trans que foram (e ainda são) protagonistas na quebra de seus ciclos de violência. Inclusive, intento que mesmo uma leitura simples dos dados apresentados seja capaz de promover, em alguma medida, a desconstrução de que mulheres que participam de grupos como GRAM apenas falem lamentosamente de suas dores.

Acredito ser relevante mencionar que minha pesquisa foi realizada com base

na análise de dados gerados *online* e que meu contato com as participantes do estudo ocorreu todo o tempo de forma virtual. Aliás, à exceção de Lélia, nunca tive contato presencial com as demais participantes. Esse fato pode ter resultado lacunas na tese, como, por exemplo, a falta de informações sobre uma suposta sede do GRAM ou escolas em que realizamos ações de conscientização. No entanto, como pesquisadora, defendo que pesquisas realizadas exclusivamente *online* podem fornecer análises aprofundadas e promover uma conexão significativa entre as envolvidas.

Também é importante ressaltar que, devido às restrições de tempo e espaço, a análise que realizei não pôde abordar temas importantes presentes nos dados, como a discriminação contra mulheres trans e a realidade das mulheres imigrantes.

Por outro lado, busquei algumas contribuições de cunho teórico, metodológico e social. Em relação às contribuições teóricas, acredito que a pesquisa tenha proporcionado um avanço ao promover a interface entre narrativa, posicionamento e interações em grupo. Quanto ao campo da pesquisa, percebo que a diversidade do coletivo estudado foi bastante frutífera e que essa variedade enriquecedora foi facilitada pelo fato de estarmos em um grupo virtual de apoio e acolhimento como o GRAM. Isso possibilitou a participação de mulheres de diferentes regiões do Brasil, bem como de diferentes situações socioeconômicas.

### 8.3

#### **Transbordamentos**

Ao refletir sobre a pesquisa como um todo, percebo que esta me proporcionou valiosas lições pessoais como ativista no enfrentamento da violência de gênero e, principalmente, como feminista. Qualquer uma de nós (que sofremos e/ou nos dedicamos a combater tal violência) não imagina deparar com experiências de revitimização, independentemente do local ou do momento em uma rede de apoio e acolhimento é acionada.

Quando situações de discriminação e exclusão de certas margaridas se manifestam em nosso próprio grupo, que se baseia na sororidade em seu cotidiano, isso pode ser ainda mais desalentador. Eu realmente esperava mais empatia entre mulheres, tanto dentro quanto fora de um ambiente tão plural, onde as margaridas

têm a oportunidade de compartilhar vivências e conhecer perspectivas diferentes das suas.

Assim, com o objetivo de evitar a reprodução destas práticas equivocadas, ainda durante o desenvolvimento do estudo, compartilhei algumas conclusões com três das participantes do coletivo: a idealizadora e duas voluntárias que realizam escuta ativa por ocasião da entrada para o GRAM. Entretanto, ainda não tive oportunidade de levar as considerações traçadas nesta pesquisa para as profissionais que atuam como voluntárias no atendimento de nossas assistidas de uma maneira mais específica: advogadas, psicólogas e assistentes sociais. Tenho a convicção de que esses *insights* também serão de grande valia para a reconfiguração da dinâmica entre profissional-voluntária e assistida no cenário deste estudo.

Por tudo isso, como voluntárias, devemos refletir criticamente sobre como estamos estabelecendo a relação entre nós e as assistidas: até que ponto ainda traçamos estratégias esdrúxulas para a saída do ciclo de violência, sem levar em consideração os anseios de nossas margaridas? Essa autocrítica pode ampliar nossa visão acerca da forma como nós, feministas no âmbito deste estudo, desenvolvemos nossas práticas e precisamos considerar cada vez mais o ordinário nos contextos de violência de gênero.

## Referências

- AKOTIRENE, C. Interseccionalidade. São Paulo: Polén, 2018.
- ALMEIDA, S. Essa Violência mal-dita. In: Almeida, Suely de S. (Org.). **Violência de gênero e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.
- ALTRICHER, H.; HOLLY, M. Diários de Pesquisa. In: SOMEKH, B.; LEWIN, C. **Teoria e métodos de Pesquisa Social**. Petrópolis: Vozes, 2015.
- ALVAREZ, S. "Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista". **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 43, p. 13-56, 2014.
- AMARAL, R. M. "**De lagarta a borboleta**": Protagonismo de mulheres com câncer de mama em redes sociais. Rio de Janeiro, 2018. 241p. Tese de Doutorado – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- ARAUJO, M. F. Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação. **Psicol. Am. Lat.** 2008, n. 14, 2004.
- AZEVEDO, Ana Carolina Colnago Roco de. **Novos enquadramentos da violência contra as mulheres no ambiente on-line: análise dos ataques de grupos masculinistas contra o blog "escreva lola escreva"**. Divino José da Silva. 2024. 00 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2023.
- BAMBERG, M. Positioning between structure and performance. **Journal of Narrative and Life Story**, 7(1-4), p. 335-342, 1997. 213
- \_\_\_\_\_, M; DE FINA, A; SCHIFFRIN, D. Discourse and identity construction. **Handbook of identity theory and research**, p. 177-199, 2006
- \_\_\_\_\_. Construindo a masculinidade na adolescência: posicionamentos e o processo de construção de identidade aos 15 anos. In: MOITA LOPES, L. P.; BASTOS, L. C. (Orgs.). **Identidades. Recortes multi e interdisciplinares**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002, p. 149-185.
- \_\_\_\_\_. Twice-told-tales: small story analysis and the process of identity formation. In: SUGIMAN, T.; GERGEN, K. J.; WAGNER, W.; YAMADA, Y. (Orgs.), **Meaning in action: construction, narratives and representation**. New York: Springer, 2008, p. 183-204.

\_\_\_\_\_, M.; GEORGAKOPOULOU, A. Small stories as a new perspective in narrative and identity analysis. Text & Talk. Special issue. **Narrative analysis in the shift from texts to practices**, 28(3), p. 377-396, 2008.

BASTOS, L. C. Narrativa e vida cotidiana. **Scripta**, v. 7, n. 14, p. 118-127, 2004.

\_\_\_\_\_, L. C. Contando estórias em contextos espontâneos e institucionais – uma introdução ao estudo da narrativa. **Calidoscópio**, São Leopoldo, v. 3, n. 2, p. 74-87, 2005.

BANDEIRA, L. (2005), **Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres**. Avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas. Brasília: CEPAL, SPM.

\_\_\_\_\_, L. (2014), Violência de Gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Sociedade e Estado**, v. 29, n. 2, pp. 449-469.

\_\_\_\_\_, L. M.; ALMEIDA, T. M. C. (2015). Vinte anos da Convenção de Belém do Pará e a Lei Maria da Penha. **Estudos Feministas**, 23(2), 501-517.

BARSTED, T. 2011. Lei Maria da Penha: uma experiência bem-sucedida de advocacy feminista. In: CAMPOS, Carmen Hein de (org.) **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico feminista**. Rio de Janeiro: Editora Lumens Juris, pp. 13-37.

BAUMAN, R.; BRIGGS, C. Poetics and performance as critical perspectives on language and social life. **Annual Review of Anthropology**, v. 19, p. 59-88, 1990.

\_\_\_\_\_. Performance. In: BAUMAN, R. (Ed.). **Folklore, cultural performances and popular entertainments**, New York: Oxford University Press, 1992. p. 41-49

BENEVIDES, B G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023** / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024.

BERNARDES, M. Questões de raça na luta contra a violência de gênero: processos de subalternização em torno da Lei Maria da Penha. **Revista Direito GV** [online]. 2020, v. 16, n. 3

BRASIL, Lei Maria da Penha, **Lei nº 11.340**, de 7 de agosto de 2006

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 466**, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF,

13 jun 2013. Disponível em:  
<https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 510**, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em:  
<http://www.conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.709**, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 115 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet). Diário Oficial da União 2018; 15 ago. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/Lei/L1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L1)

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Rede Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília: SPM/PR, 2011b. Disponível em Disponível em  
<http://www.spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2011/rede-de-enfrentamento> . Acesso em 10/

BORTOLI, R; ZUCCO, L. “Homens autores de violências de gênero contra a mulher: o relato de uma experiência profissional”. In: VEIGA, Ana Maria; LISBOA, Teresa Kleba; WOLFF, Cristina Scheibe. **Gênero e violências: diálogos interdisciplinares**. Florianópolis: Edições do Bosque/CFH/UFSC, 2016, p. 181-201.

BRUNER, J. S. **Atos de Significação**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1997.

BUENO, S. et al. **Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023.

BUITONI, D H. S. **Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira** São Paulo: Edições Loyola, 1981.

CANTARES, T. **Prevenção à violência de gênero na escola pública: rompendo silêncios**. Campinas, 2021. Tese de Doutorado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

CARDOSO, E **Imprensa feminista brasileira pós-1974**. São Paulo, 2004. 132 p. Dissertação. Escolar de Comunicações

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados** [online]. 2003, v. 17, n. 49 pp. 117-133.

CAVALCANTI, L. R. “**Nós somos tão invisíveis aos poderes**”: a lei Maria da Penha nas periferias de João Pessoa. João Pessoa, 2021. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal da Paraíba.

CELANI, M. Questões de ética na pesquisa em Linguística Aplicada. **Revista Linguagem & Ensino**, v. 8, n. 1, p. 101-122, 2005.

COLONESE, C. F. **Violência por parceiro íntimo na gestação**: análise do pré-natal ao puerpério. Rio de Janeiro, 2022. Tese de Doutorado – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz.

CORTAZZI, M; JIN, L. Bridges to learning: Metaphors of teaching, learning and language. **Researching and applying metaphor**, v. 149, p. 176, 1999.

COSTA, S. G. Onda, rizoma e sororidade como metáforas: representações de mulheres e dos feminismos (Paris, Rio de Janeiro: anos 70/80 do século XX). **Revista INTERThesis**. Florianópolis, v. 6, n. 2, jul-dez, 2009. Acesso em: 03 fev. 2023

COSTA, A. A.; SARDENBERG, C. M. Teoria e Práxis Feminista na Academia: Os Núcleos de Estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras. **Revista Feminismos**, [S. l.], v. 2, n. 2, 2015.

CRENSHAW, K. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex**: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics. University of Chicago Legal Forum, 1989, p. 538–554.

\_\_\_\_\_. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Revista Estudos Feministas**. Ano 10 (1). Florianópolis, 2002. p.171-188

CRUZ, C. A. G.; BASTOS, L. C. Histórias de uma obesa: a teoria dos posicionamentos e a (re)construção discursiva das identidades. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 15, n. 3, p. 367-384, set./dez. 2015.

CURIEL, O. Identidades Esencialistas o Construcción de Identidades Políticas: El dilema de las feministas negras. **Revistas Otras Miradas**, Grupo de investigación em Gênero y Sexualidad – GIGESEX. v.2, nº 2, p. 95-113, 2002.

DAVIS, B.; HARRÉ, R. **Positioning**: The discursive production of selves, *Journal for the Theory of Social Behaviour*, v. 20, n.1, p.43-63, 1990.

DE FINA, A., GEORGAKOPOULOU, A. **Analyzing narrative**: Discourse and sociolinguistic perspectives. New York, NY: Cambridge University Press, 2008.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. Porto Alegre, Artmed, 2006.

DEPPERMAN, A. **Positioning in narrative interaction**. *Narrative Inquiry*. John Benjamins Publishing Company, 23(1), p. 1-15, 2013.

DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira. O Gênero da humilhação. Afetos, relações e complexos emocionais. **Horizontes Antropológicos**, ano 25, n. 54, 2019, pp.51-78.

DINIZ, D; GEBARA, I. **Esperança Feminista**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022, p. 266.

DOMINGUEZ AGUIRRE, K. K. **Gênero e colonialidade: feminicídio e masculinidades na América Latina**. São Leopoldo, 2023. Tese de Doutorado, Escola de Humanidades, Unisinos.

DUARTE, C. L. Feminismo: uma história a ser contada. In: HOLLANDA, H. B. (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 25-40.

EMERSON, R; FRETZ, R I.; SHAW, L. Notas de campo na pesquisa etnográfica. **Revista Tendências: Caderno de Ciências Sociais**, v. 7, n. 1, 2014.

ESPINOSA MIÑOSO, Y. “Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica”. **Revista El Cotidiano**, 29, 184, mar.- abr. 2014, pp. 7-12

\_\_\_\_\_. “Superando el análisis fragmentado de la dominación: una revisión feminista descolonial de la perspectiva de la interseccionalidad”, 2019.

FABRICIO, B. F.; BASTOS, L. C. Identidade de grupo: a memória como garantia do “nós face ao ‘outro’”. In: PEREIRA, M. G. D.; BASTOS, C. R. P.; PEREIRA, T. C. (Org.). **Discursos sócio-culturais em interação: Interfaces entre a narrativa, a conversação e a argumentação: navegando nos contextos da escola, saúde, empresa, mídia, política, gênero e migração**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. p. 39-66.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA.; DATAFOLHA. **Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**, 2023.

FERNANDES, M. “Era um quadro bonito que se transformou num quadro do Salvador Dalí, tudo se derretendo”: emoções em uma narrativa de violência institucional de gênero. **Fórum Linguístico**, v. 21, n. 2, p. 10305-10318, 2024.

FLAUZINA, A. Lei Maria da Penha: entre os anseios da resistência e as posturas da militância. In: FLAUZINA, A et al. (org.). **Discursos negros: legislação penal, política criminal e racismo**. Brasília: Brado Negro, 2015.

GARCEZ, P. M. Deixa eu te contar uma coisa: o trabalho sociológico do narrar na conversa cotidiana. In: RIBEIRO, B. T.; LIMA, C. C.; DANTAS, M. T. (Orgs.). **Narrativa, Identidade e Clínica**. Rio de Janeiro: Edições IPUB, 2001, p. 189- 213.

GEE, J. **Social linguistics and literacies: ideology in discourses**. Londres: Falmer, 1996.

GONÇALVES, S. “**Vidas matáveis**”: feminicídio de mulheres negras e interseccionalidades de gênero, raça e classe. Porto Alegre, 2022. 224p. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

GONDIM, S. Grupos Focais como Técnica de Investigação Qualitativa: Desafios Metodológicos. **Revista Paidéia**. Cadernos de Psicologia e Educação. v.12, n.24, p.149-161, 2002.

GONZALEZ, L. **Mulher Negra**. Mulherio, São Paulo, Ano 1, n. 3:8-9, set.-out, 1981.

\_\_\_\_\_ (aut.); RIOS, F & LIMA, M. (orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

GUIMARÃES, Natália Cordeiro. **(Re)produção de desigualdades na implementação de políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres sob uma perspectiva interseccional**. 2023. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

HEILBORN, M. e SORJ, B. Estudos de gênero no Brasil, in: MICELI, Sérgio (org.) **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**, ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221.

HINE, C. **Ethnography for the internet: embedded, embodied and everyday**. Huntingdon, GBR: Bloomsbury Publishing, 2015.

HOLLANDA, H.B. (Org.). **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018

\_\_\_\_\_, Heloisa Buarque de. **Feminista, eu?** Literatura, Cinema Novo e MPB. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 224 p, 2022

HOOKS, B. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. Tradução de Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019. 380 p.

JESUS, J (org.). **Transfeminismo: teorias & práticas**. Rio de Janeiro: Editora Metanoia, 2014. 206 p.

KOYAMA, E. **The transfeministmanifest**. Eminism.org, 2003.

LABOV, W. **Language in the innercity: Studies in the Black Vernacular**. Philadelphia: University of Philadelphia Press, 1972. 116

LAGARDE, M. Sororidad. In: CASTRO, Amanda (Org.); MACHADO, R. (Org.). **Estudos Feministas: Mulheres e Educação Popular**. 1. ed. Curitiba: Editora CRV, 2016. v. 1. p-21-30.

LABOV, W. The transformation of experience in narrative syntax. In: LABOV, W. **Language in the inner city**. Philadelphia: University of Philadelphia Press, 1972. p. 354-397.

LABOV, W.; WALETZKY, J. **Narrative Analysis**. In: HELM, J. (Org.). Essays on the verbal and visual arts. Seattle: U. of Washington Press, 1967. p. 12-44.

LINDE, C. **Life stories, the creation of coherence**. New York: Oxford University Press, 1993.

LINDE, C. Evaluation as linguistic structure and social practice. In B.L. Gunnarsson, P. Linell & B. Nordberg (Eds.). **The Construction of Professional Discourse**. London: Longman, 1997.

LISBOA, T.; ZUCCO, L. Os 15 anos da Lei Maria da Penha. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 30, n. 2, 2022. DOI: 10.1590/1806-9584-2022v30n286982.

LORDE, A. **Irmã outsider: ensaios e conferências**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

LUCENA, M. B. N. (2020). **Morte violenta de mulheres no Brasil e novas vulnerabilidades: da violência do patriarcado privado à violência do patriarcado público** [Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul].

LUGONES, M. Colonialidade e gênero. **Tábula Rasa**, Bogotá. Nº 9: 73-101, jul-dez, 2008.

MACEDO, A. **Colonialidade da sexualidade: uma análise comparada e colaborativa sobre violência em relações lésbicas** [Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Estudos comparados sobre Américas, Universidade de Brasília (UNB)], 2020.

MATOS, M; PARADIS, C Goulart. Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro. **Cadernos Pagu** [online]. 2014, n. 43, pp. 57-118.

MIGNOLO, W. **Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade**. Em: RBCS. v. 32. n. 94. 2017.

\_\_\_\_\_, W. Epistemic disobedience: the de-colonial option and the meaning of identity in politics. **Gragoatá**, n. 22, p. 11-41, 2006. Disponível em: < <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33191>>. Acessado em 25 de fevereiro de 2021.

MOITA LOPES, L. P. Práticas narrativas como espaço de construção de identidades sociais: uma abordagem socioconstrucionista. In: RIBEIRO, B. T.; LIMA, C.; DANTAS, M. T. (Orgs.). **Narrativa, Identidade e Clínica**. Rio de Janeiro, IPUB, 2001, p. 55-71.

\_\_\_\_\_, L. P. Por uma lingüística aplicada Indisciplinar. 2ª ed. São Paulo: Parábola, 2006.

\_\_\_\_\_, L.P. Da aplicação de linguística à linguística aplicada indisciplinar. In PEREIRA e PILAR (orgs.). *Linguística Aplicada: um caminho com diferentes acessos*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 11-24.

MOORE, H. Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. **Cadernos Pagu**, n. 14, p. 13-44, jun. 2015.

MONTENEGRO, M. Lei Maria da Penha: uma análise criminológico-crítica. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

MEDEIROS, L. **Em briga de marido e mulher o Estado deve meter a colher**: políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Reflexão, 2016.

MUASSINLE, I. R. M. **Múltiplas faces da violência contra mulher imigrante e interseccionalidade**: do estado do conhecimento á evidências empíricas no Brasil. Porto Alegre, 2018. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

MUZART, Z. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 225, 2003. DOI: 10.1590/S0104-026X2003000100013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2003000100013>. Acesso em: 30 ago. 2024.

NASCIMENTO, B. Kilombo e memória comunitária: um estudo de caso. **Revista Estudos AfroAsiáticos**, Rio de Janeiro: CEAA/UCAM, v. 6-7, p. 259-265, 1982.

NASCIMENTO, L. **Transfeminismo**. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo, Jandaíra, 2021.

PASSOS, A. **Lei Maria da Penha e rede de enfrentamento à violência contra mulheres**: complexidade e multidimensionalidade. Salvador, 2022. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Difusão do Conhecimento, Universidade Federal da Bahia.

OLIVEIRA, C. N. **Produção do conhecimento do serviço social brasileiro no campo da violência de gênero contra a(s) mulher(es)**: uma abordagem feminista de(s)colonial. Santa Catarina, 2020. 240p. Tese

de Doutorado – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

OLIVEIRA, J. “**O perdão que ele me pediu nunca me limpou**” circuitos de violência contra as mulheres: o registro de uma cartografia. Salvador, 2022. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Universidade Federal da Bahia.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres**. Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher (1995).

PANDJIARJIAN, V. Balanço de 25 anos da legislação sobre a violência contra as mulheres no Brasil. In: DINIZ, C. S. G.; SILVEIRA, L. P. da.; MIRIM, L. A. L. (Orgs.) **Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher: Alcances e Limites**. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006.

PEREIRA, M. G. D. Introdução. In: PEREIRA, M. das G. D. (Org.). **Palavra**. Rio de Janeiro: Editora Trarepa, 2002, p. 7-25.

PEREIRA, M. G. D.; CORTEZ, C. M. Narrativas como práticas de agentes comunitárias: a fala ‘no’ e ‘sobre’ o trabalho em uma reunião sobre o tratamento da tuberculose. **Calidoscópio**, v. 9 , n. 2, p. 80-95, 2011.

PEREZ, O. “Relações entre coletivos com as Jornadas de Junho”. **Opinião Pública**, n. 25, p. 577-596, 2019.

PEREZ, O; RICOLDI, A. A quarta onda feminista no Brasil. **Revista Estudos Feministas** [online]. 2023, v. 31, n. 3 [Acessado 30 Agosto 2023],

PITANGUY, J.; MIRANDA, D. As mulheres e os direitos humanos. In: PITANGUY, J.; BARSTED, L. L; MIRANDA, D. **O Progresso das Mulheres no Brasil**. Brasília: UNIFEM, FUNDAÇÃO FORD, CEPIA. 2006. p. 14-31.

PORTELA, A. C. L. O não histórico à ideia de sororidade é dado pelo feminismo branco. **Correio**, Salvador, 23 jun. 2019. Disponível em <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/o-naohistorico-a-ideia-de-sororidade-e-dado-pelo-feminismo-branco/>. Acessado em 20 de fevereiro de 2020.

QUIJANO, A. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos rumos**, n. 37, p. 4-28, 2002.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais** – perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005. p. 107-30.

RAMOS, E. Transfeminicídio: genealogia e potencialidades de um conceito. *Revista Direito e Práxis* [online]. 2022, v. 13, n. 2 [Acessado 9 Abril 2024], pp. 1074-1096.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018. 148 p.

ROSEMBERG, F. EDUCAÇÃO E GÊNERO NO BRASIL. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S. l.], v. 11, 2012.

SANTOS, M.G. **Violência e dor em narrativas de mulheres transexuais em Manaus**. Tese (Doutorado) – UERJ, 2019.

SIMON, Carolina Russo. **Rompendo o silêncio e o anonimato: o feminicídio como fenômeno geográfico**. Raul Borges Guimarães. 2024. 396p. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente, 2023.

SARDENBERG, C. **Caleidoscópios de gênero: gênero e interseccionalidades na dinâmica das relações sociais**. Mediações, 2015

SCOTT, J; LOURO, G; SILVA, T. Gênero: uma categoria útil de análise histórica de Joan Scott. **Educação & realidade**. Porto Alegre. Vol. 20, n. 2 (jul./dez. 1995), p. 71-99, 1995.

SCHRAIBER, L. et al. **Violência dói e não é direito: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos**. São Paulo: Unesp, 2005. (Coleção Saúde e Cidadania).

SILVA, V .et al. Recomendações inter(nacionais) para enfrentamento a violências contra mulheres e meninas na COVID-19. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2023, v. 28, n. 06 [Acessado 9 Abril 2023], pp. 1643-1653.

SAFFIOTI, H; ALMEIDA, S.A. **Violência de Gênero**. Rio de Janeiro, Revinter, 1995.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência**. 2.ed. São Paulo: Expressão popular: Fundação Perseu Abramo, 2015. 117

SANTOS, E. C., MEDEIROS, L. Lei Maria da Penha: onze anos de conquista e muitos desafios. In C. Stevens, E. Silva, S. Oliveira, & V. Zanello (Orgs.), **Relatos, análises e ações no enfrentamento da violência contra mulheres** (pp. 234-258). Technopolitik, 2017.

SOARES, B. M. **Mulheres Invisíveis: violência conjugal e as novas políticas de segurança**. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1999.

SORJ, B. O feminino como metáfora da natureza. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 00, n. 00, p. 143-150, dez. 1992.

SOUSA, T. **Transmarias**: direito; direitos e gênero nos embates e enredamentos discursivos sobre a vitimação trans na lei Maria da Penha. João Pessoa, 2022. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal da Paraíba.

SPOSATO, K.; DE SOUZA SILVA, M.; NASCIMENTO GUSMÃO DE ABREU, L. Aplicação da Lei Maria da Penha para Mulheres Trans: Aportes da Teoria Crítica Feminista. **Direito Público**, v. 20, n. 106, 2023

STUKER, R. M. **Sobrevivências**: transferência condicionada de renda e processos de emancipação feminina da violência doméstica. Porto Alegre, 2021. 345p. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

TANNEN, D. **Talking Voices**: repetition, dialogue, and imagery in conversational discourse. Cambridge England; New York: Cambridge University Press, 1989.

VERGÈS, F. **Um feminismo decolonial**. Trad. Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu, 2021, p. 149.

XAVIER, G. **Ciência de Mulheres Negras: um experimento de insubmissão**. Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 45, n. especial, p.

ZAKARIA, R. (2021). **Against white feminism**: notes on disruption. WW Norton & Company. Media & Jornalismo, 23(43), 137-140.

## Anexo I – Carta de anuência

**CARTA DE ANUÊNCIA**

Declaramos que o **Grupo de Apoio à Mulher**, representado nesta Carta por **Solange Pires Revorêdo**, idealizadora e presidente, tem interesse em participar do Projeto de Pesquisa ***Feminismos em uma rede online de combate à violência de gênero*** proposto pela pesquisadora **Marília Araujo Fernandes** (CPF: 109.772.427-14/ RG: 020.677.443-2), aluna do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, sob a matrícula 1912308.

Afirmamos que a pesquisadora apresentou o projeto à organização, explicando as implicações éticas e se predispondo para quaisquer esclarecimentos. Outrossim ressaltou o caráter voluntário da participação e seus encadeamentos dentro e fora da esfera acadêmica. Assim, por este termo, a pesquisadora fica autorizada a utilizar em sua pesquisa os dados gerados tanto nas conversas semanais do GRAM por videochamada via *Google Meet* quanto nas interações no grupo de *WhatsApp* composto pelas assistidas de nosso coletivo.

Declaramos ainda concordar com as diretrizes propostas pelas Resoluções Éticas Brasileiras. Nesse sentido, entendemos as responsabilidades que envolvem um trabalho de campo de pesquisa e, junto à pesquisadora, declaramos nosso comprometimento em preservar a segurança e o bem-estar de todas as participantes do projeto supracitado.

Por fim, temos ciência de que esta autorização está condicionada à aprovação final da Câmara de Ética de Pesquisa da PUC-Rio, responsável final pela avaliação e pela aprovação do projeto da pesquisadora em questão.

Rio de Janeiro, RJ, 15 de dezembro de 2021.

**Solange Pires Revorêdo**  
**GRAM – Grupo de Apoio à Mulher**

## Anexo II – TCLE



**Título do Projeto:** Feminismos em uma rede *online* de combate à violência de gênero

**Pesquisadora do projeto:** Marília Araujo Fernandes / Doutoranda em Estudos de Linguagem

**Contato telefônico:** (24) 9-9989-0100 **E-mail:** marilia\_afernandes@outlook.com

**Pesquisadora Orientadora:** Profa. Dra. Maria das Graças Dias Pereira (PUC-Rio)

**Contato telefônico:** (21) 9-9769-0300 **E-mail:** mgdpereira@terra.com.br

**Instituição:** Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio, Departamento de Letras, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL)

Estimada (nome da participante),

Por meio deste documento, formalizo o convite para sua participação em minha pesquisa de doutorado, intitulada “**Feminismos em uma rede *online* de combate à violência de gênero**”.

Este documento explica o que é e quais são os objetivos de minha pesquisa. Sua participação é voluntária, ou seja, você pode escolher se quer ou não participar. Caso você aceite, também pode interromper sua participação e pedir a anulação de seus dados a qualquer momento.

A pesquisa será desenvolvida por mim, **Marília Araujo Fernandes**, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), matrícula 1912308, e por minha orientadora, professora Dra. Maria das Graças Dias Pereira (PUC-Rio).

Esta pesquisa tem como **objetivo principal** entender como e quais discursos feministas se fazem presentes nas interações entre mulheres que sofrem ou sofreram violência de gênero.

Minha proposta é analisar dados gerados em nossas conversas no GRAM. O *corpus* da pesquisa, portanto, será composto tanto por conversas que já ocorrem no grupo de WhatsApp quanto aquelas que temos semanalmente via *Google Meet* em videoconferências.

A previsão desses encontros é de 2 horas cada. Você, como participante, pode sempre optar por ficar com a câmera aberta/ligada ou fechada/desligada durante as interações. Para nossa segurança, os dados da pesquisa serão arquivados (por período mínimo de cinco anos) em um Hard Disc (HD) externo – instrumento pessoal ao qual apenas minha orientadora e eu teremos acesso.

Os benefícios da pesquisa são: (i) desenvolver entendimentos sobre violência de gênero, raça, sexualidade, dentre outras pautas coletivas; (ii) refletir sobre sua própria conduta como mulher/feminista diante do sofrimento de outras mulheres; (iii) contribuir para a melhoria do acolhimento/empoderamento de mulheres vítimas de violência de gênero.

Como riscos relacionados à pesquisa, você pode ter gatilhos emocionais, enquanto participa das conversas, principalmente, porque nelas trataremos de temáticas relacionadas a algo pessoal. Nesse sentido, você pode se emocionar ou se sentir desconfortável durante as interações. Caso você se sinta incomodada ou afetada de maneira negativa com quaisquer questões, se for do seu desejo, interromperei imediatamente a gravação atividade em curso no *Google Meet*. Em seguida, poderemos conversar, a fim de amenizar qualquer situação incômoda. Caso você queira, acionarei imediatamente uma das voluntárias do apoio psicológico do GRAM.

Também garanto que vou respeitar sua privacidade e guardar em segredo/sigilo seu nome real e seu rosto, durante todas as fases da pesquisa. Todos os dados que serão gravados e todas as informações a que vamos ter acesso serão de responsabilidade minha e, caso queira, você pode ter acesso aos materiais que envolvem sua presença. A participação na pesquisa é totalmente **voluntária e gratuita**, não envolve quaisquer custos a você e não é necessária a compra de qualquer equipamento ou material – **não haverá despesa alguma para você**. Não haverá também nenhum tipo de compensação financeira relacionada à sua participação, ou seja, **não haverá remuneração pela sua participação**.

Se tiver qualquer dúvida, você poderá entrar em contato comigo, a qualquer momento, por telefone ou por WhatsApp, em chamadas de vídeo ou via ligação

comum. Meu número é (24) 9-9989-0100. Disponibilizo também o contato da Câmara de Ética em Pesquisa responsável por resguardar o compromisso à ética da presente pesquisa: telefone (21) 3527-1618, e-mail: vrac@pucrio.br.

Este termo, **assinado por ambas as partes**, terá **duas vias originais**: uma ficará com você, outra comigo. Depois da finalização do estudo, entregarei a você um texto com os principais resultados do estudo. Peço a você autorização para apresentar os resultados deste estudo na pesquisa de doutorado em desenvolvimento, em eventos e em publicações acadêmicas. A qualquer momento, você poderá solicitar elucidações e ter acesso aos dados da pesquisa.

Posto isso, solicito que preencha com nome completo, date e assine o documento.

<p>Eu, _____),</p> <p><input type="checkbox"/> concordo      <input type="checkbox"/> não concordo</p> <p>em participar da pesquisa acima descrita. Fui informada pela pesquisadora sobre a pesquisa, sobre seus benefícios e sobre seus riscos. Fui informada também de que poderei retirar meu consentimento quanto à minha participação a qualquer momento, sem que haja qualquer tipo de prejuízo para mim.</p> <p>Sendo assim, eu</p> <p><input type="checkbox"/> autorizo a gravação      <input type="checkbox"/> não autorizo a gravação</p> <p>de dados gerados nas conversas semanais do GRAM por videochamada via <i>Google Meet</i> em que eu estiver participando.</p>
---

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
Nome da participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura da participante

\_\_\_\_\_  
Nome da pesquisadora

\_\_\_\_\_  
Assinatura da pesquisadora

## Anexo III – Convenções de transcrição

<b>Símbolo</b>	<b>Descrição</b>	<b>Interpretação</b>
.	ponto final	entonação descendente do turno
?	ponto de interrogação	entonação ascendente do turno
,	vírgula	entonação contínua
: ou ::	dois pontos	alongamentos
...	reticências	pausa ou silêncio não medido
(.)	ponto final entre parênteses	micropausa de até 2/10 de segundo
=	sinal de igual	elocuições contíguas, sem intervalo
[ ]	colchetes	fala sobreposta
↑	seta para cima	entonação ascendente da sílaba
↓	seta para baixo	entonação descendente da sílaba
-	hífen	marca de interrupção abrupta da fala
>palavra<	maior que / menor que	fala acelerada
<palavra>	menor que / maior que	fala mais lenta
MAIÚSCULA	maiúsculas	fala em voz alta ou muita ênfase
°palavra°	grau	fala em voz baixa
<u>sublinhado</u>	sublinhado	sílaba, palavra ou som enfatizado
hhhh	série de h's	riso expirado
.hhh	h's precedidos de ponto	inspiração audível
( )	parênteses	fala não compreendida
(palavra)	segmento de fala entre parênteses	fala duvidosa
((palavra))	segmento de fala entre parênteses duplos	comentários do analista, descrição de atividade não vocal
(...)	parênteses	trecho omitido
"palavra"	aspas	fala relatada

Convenções de transcrição adaptadas dos estudos da Análise da Conversa (SACKS, SCHEGLOFF e JEFFERSON, [1974] 2003), com incorporações do modelo de Loder (2008) e do símbolo ("palavra") para indicar diálogos construídos (TANNEN, D., 1989).